



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 116

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 11 de julho de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com a **Verificação de poderes do Sr. Deputado José Luís Pires Parreira**. A apresentação do relatório, elaborado pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, coube à Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, onde foram apresentados os seguintes votos:

– **Voto de Congratulação pelo Centenário da Fundação do Corpo Nacional de Escutas**, apresentado pela Representação Parlamentar do Chega.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado José Pacheco (CH), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

– [Voto de Congratulação pelos 50 anos do Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*), o referido voto foi aprovado por maioria.

– [Voto de Congratulação pelos 50 anos do Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Gomes (*PSD*), o referido voto foi aprovado por maioria.

– [Voto de Congratulação ao Arrifes Kickboxing Clube pela conquista do título de Campeão Nacional de Kickboxing](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Sandra Faria (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

– [Voto de Congratulação à Quinta do Martelo pela conquista do galardão “Green Key” pelo 17.º ano consecutivo](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Luís Soares (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

– [Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário da Casa do Povo da Feteira](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Ana Luís (*PS*) e usado da palavra o Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

– [Voto de Congratulação a Catarina Costa, aluna da Escola Básica Integrada dos Biscoitos, pela conquista do 1.º lugar na fase nacional do Concurso](#)

Nacional de Leitura (CNL) referente ao 3.º Ciclo do Ensino Básico, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Nídia Inácio (*PSD*) e usado da palavra os Srs. Deputados Pedro Pinto (*CDS-PP*) e Rodolfo Franca (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

– Voto de Congratulação pelos 25 anos do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira da Fajã de Cima, apresentado pela Representação Parlamentar do Chega.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado José Pacheco (*CH*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

– Voto de Congratulação ao Município da Praia da Vitória pelo Galardão de Prata no LivCom Awards, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Luís Soares (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

– Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário da Casa do Povo dos Flamengos, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Ana Luís (*PS*) e usado da palavra a Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*) e o Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

– Voto de Saudação pela resiliência popular em resposta ao sismo de 1998, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*) e usado da palavra os Srs. Deputados Rui Martins (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

– Voto de Saudação pela recuperação dos danos causados pelo sismo de 9 de julho de 1998 na passagem do seu 25.º aniversário, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*), o referido voto foi

aprovado por unanimidade.

– [Voto de Pesar pelo falecimento de Jaime Pereira Forjaz de Sampaio](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Ana Quental (*PSD*) e usado da palavra a Sra. Deputada Valdemira Gouveia (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*) usou da palavra para fazer uma **declaração política**, na qual intervieram os Srs. Deputados Carlos Furtado (*Independente*) e António Lima (*BE*).

A **declaração política** que se seguiu foi apresentada pelo Sr. Deputado José Luís Parreira (*IL*), tendo usado da palavra os Srs. Deputados José Pacheco (*CH*), Carlos Furtado (*Independente*), Carlos Silva (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), António Lima (*BE*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Posteriormente, avançou-se para o debate e votação da [Proposta de Resolução n.º 8/XII – “Conta da Região do ano de 2021”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores, cujo relatório foi apresentado pela Sra. Deputada Patrícia Miranda (*PS*). Intervieram no debate os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), Carlos Silva (*PS*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Luís Parreira (*IL*), Rui Martins (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*), Pedro Neves (*PAN*) e Carlos Furtado (*Independente*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Submetida à votação, foi aprovada por maioria.

Por fim, passou-se à discussão da [Anteproposta de Lei n.º 15/XII – “Primeira alteração à Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, que regula a utilização e o acesso pelas forças e serviços de segurança e pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil a sistemas de vigilância para captação, gravação](#)

e tratamento de imagem e som”, apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

A apresentação da iniciativa coube ao Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas (*Manuel São João*), tendo intervindo no debate os Srs. Deputados Luís Soares (*PSD*), José Luís Parreira (*IL*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), João Vasco Costa (*PS*), António Lima (*BE*), José Pacheco (*CH*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*), Mário Tomé (*PS*) e Carlos Furtado (*Independente*).

Em votação final global, a iniciativa foi aprovada por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 38 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 06 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário para o efeito. Faz favor.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**

Andreia Martins Cardoso da **Costa**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Célia Otelinda Borges **Pereira**

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Maria Isabel Góis Teixeira

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio de Fraga Mendonça

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lorenzo da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Vasco Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima de Sousa

Flávio da Silva Soares

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto da Costa** Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Duarte **Gomes**

Ricardo Beato Gomes **Vieira**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Chega (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Independente

Carlos Alberto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, vamos começar os nossos trabalhos pela **Verificação de poderes do Sr. Deputado José Luís Pires Parreira.**

Para a apresentação do relatório, elaborado pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

Deputada Joana Pombo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

Verificação de Poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, José Luís Pires Parreira.

Capítulo I INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 7 de julho de 2023, com recursos a meios telemáticos. Da agenda da reunião constava, e em outros assuntos foi emitido o parecer relativo

à verificação de poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, José Luís Pires Parreira.

Estiveram presentes os Deputados José Gabriel Eduardo (Presidente), Joana Pombo Tavares (Relatora), Sandra Dias Faria, Francisco Coelho e Maria Valdemira Gouveia (substituída por Manuel Ramos) do PS, Sabrina Furtado, Alberto Ponte, Flávio Soares (em substituição de Guilhermina Silva, Secretária), Ana Quental (em substituição de Carlos Freitas) e Ricardo Vieira do PSD, António Lima do BE, Paulo Estevão e Gustavo Alves do PPM.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no artigo 5.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro, os Deputados podem requerer ao Presidente da Assembleia a sua substituição temporária por motivo relevante.

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do citado Estatuto dos Deputados, o deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante determina a suspensão do mandato, a qual cessa pelo decurso do período de substituição ou pelo regresso antecipado do Deputado.

O n.º 1 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro (Regime de Execução do Estatuto dos Deputados), estabelece que, em caso de vacatura “o Deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respetiva ordem de precedência da mesma lista”. De acordo com o disposto no n.º 5 do mesmo dispositivo legal, a substituição de Deputado, em caso de vacatura, depende de requerimento da direção do grupo parlamentar ou de órgão competente do partido ou, ainda, do candidato com direito a preencher o lugar vago.

Nos termos do disposto no n.º 2 artigo 70.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, constitui competência da Assembleia Legislativa proceder à verificação dos poderes dos seus membros.

A verificação de poderes consiste na conferência da identidade do Deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe os n.ºs 1 e 2 do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro, na sua redação atual.

Nos termos do artigo 2.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia Legislativa” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Capítulo III

VERIFICAÇÃO DOS PODERES DOS DEPUTADOS

Por ofício dirigido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 5 de julho de 2023, na sequência do pedido de suspensão do respetivo mandato pelo Deputado Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com efeito a 5 julho de 2023, a Direção da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal comunicou que a vaga será preenchida pelo candidato José Luís Pires Parreira.

Compulsada a ata de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores realizada a 25 de outubro de 2020, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos e considerando a ordem de precedência na respetiva lista, há que proceder à verificação dos poderes do candidato José Luís Pires Parreira, a qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverá substituir o Deputado Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa.

O candidato José Luís Pires Parreira não apresenta qualquer situação de inelegibilidade. Quanto à verificação de incompatibilidades, verifica-se que o candidato é Engenheiro Aeroespacial na empresa TEKEVER UAS, S.A tendo suspenso estas funções a partir do dia 5 de julho de 2023, inclusive, pelo que não se verifica qualquer situação de incompatibilidade.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS PARTIDOS

Os Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do BE, do PPM, consideram estar verificada a elegibilidade e que o candidato supramencionado não está em situação de incompatibilidade.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Desenvolvimento Sustentável considera, por unanimidade, elegível o candidato José Luís Pires Parreira, e que o mesmo não está em situação de incompatibilidade, concluindo que, pode assumir o mandato à data da suspensão do mandato do Deputado que substitui, ou seja, a 5 julho de 2023.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Vila do Porto, 7 de julho de 2023

A *Relatora*, Joana Pombo Tavares

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O *Presidente*, José Eduardo

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o relatório. Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos votar este relatório de verificação de poderes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O relatório colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado, convido o Sr. Deputado a ocupar o seu lugar na bancada. Desejo-lhe muitas felicidades. Seja bem-vindo. E bom trabalho.

(Neste momento, o Deputado José Luís Parreira ocupou o seu respetivo lugar)

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com os votos que deram entrada na Mesa, no **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**. O primeiro voto de congratulação é apresentado pelo Chega, pelo centenário da fundação do Corpo Nacional de Escutas.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para a sua apresentação.

Deputado José Pacheco (CH): Bom dia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
Pelo Centenário da Fundação do Corpo Nacional de Escutas

O Escutismo foi fundado em 1907 pelo inglês Baden-Powell, mas só chegaria a Portugal a 27 de Maio de 1923, tornando-se o maior movimento de educação não-formal juvenil do mundo.

Foi por iniciativa do Arcebispo D. Manuel Vieira de Matos e do cofundador, Monsenhor Avelino Gonçalves, que nasceu há cem anos, em Braga, o Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português.

Em Portugal, o processo de legalização do Escutismo não foi simples a nível civil, no entanto, começou desde logo a ser uma instituição atrativa para os jovens e, por isso, o seu desenvolvimento foi-se alastrando a vários locais.

Nos Açores, os mais de três mil Escuteiros Católicos estão distribuídos por 97 agrupamentos incluindo lobitos, exploradores, pioneiros, caminheiros e dirigentes, divididos por sete núcleos nas nove ilhas dos Açores. O mais novo é o agrupamento 1289 de Porto Martins, na ilha Terceira, que surgiu em 2005.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelo centenário da fundação do Corpo Nacional de Escutas, do qual deve ser dado conhecimento aos Dirigentes regionais, à Direção Regional da Juventude, à Associação de Municípios da Região Açores, e à Diocese de Angra.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de Julho de 2023

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições. Não havendo inscrições, vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é pelos 50 anos do Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso para a sua apresentação.

Deputada Andreia Cardoso (PS):

Voto de Congratulação

Pelos 50 anos do Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense

O Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, fundado a 24 de junho de 1973, comemorou, no passado Dia de São João, 50 anos de História.

O Grupo foi fundado no seio da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, uma tertúlia de natureza taurina fundada a 22 de janeiro de 1966, em Angra do Heroísmo.

O Grupo de Forcados Amadores teve a corrida inaugural na Monumental de Angra do Heroísmo, sendo o Cabo Fundador João Hermínio Ferreira.

Desde a sua fundação que o Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense tem marcado presença regular nos mais diversos eventos taurinos que se realizam na ilha Terceira, tendo, ao longo das temporadas, estado presente noutras praças da Região, do Território Continental Português e Internacionais, designadamente com deslocações assíduas aos territórios onde se fixaram as comunidades de Terceirenses na América do Norte e Canadá.

Entre os momentos mais marcantes da sua história consta a estreia no Campo Pequeno, a primeira Praça do País, a 27 de maio de 1999.

Em 2009, o Grupo de Forcados Amadores venceu o Concurso de Cernelhas em

Évora, disputado entre todos os Grupos de Forcados do País.

Em 2011, o Grupo atua no Campo Pequeno, onde pegaram 3 toiros Rego Botelho, na apresentação desta ganadaria açoriana naquela Praça. A corrida foi abrilhantada pela Sociedade Filarmónica Recreio Serretense.

Ao longo dos seus 50 anos de história foram cabos do grupo João Hermínio Ferreira (1973-1989), António Baldaya (1989-2001), Adalberto Belerique (2001-2018) e João Pedro Ávila, que assumiu a chefia do Grupo nas Sanjoaninas de 2018.

No passado dia 24 de junho, no âmbito das comemorações do cinquentenário, o Município de Angra do Heroísmo atribuiu a Medalha de Mérito Municipal Cultural ao Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense por “50 anos de defesa da Tauromaquia”, “pelo apoio incondicional, desde sempre demonstrado, à realização de eventos Tauromáquicos no Concelho” e pelo “contributo fundamental para o prestígio da Tauromaquia insular”.

É por isso fundamental reconhecer o empenho de todos os Forcados Amadores que ao longo de 50 anos lutaram não só para manter em funcionamento o Grupo de Forcados, mas sobretudo para o transformar num dos grupos mais prestigiados panorama nacional.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que seja aprovado este Voto de Congratulação pelos 50 anos do Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, e que do mesmo seja dado conhecimento ao Cabo do Grupo de Forcados, o Senhor João Pedro Ávila e à Direção da Tertúlia Tauromáquica Terceirense.

Horta, Sala das Sessões, 11 de julho de 2023

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado, com 25 votos a favor do PS, 19 do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; 2 votos contra do BE e 1 do PAN.

Presidente: O próximo voto de congratulação é também ao Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense. É apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes para a sua apresentação.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação **50 anos do Grupo de Forcados Amadores da** **Tertúlia Tauromáquica Terceirense**

Fundado a 24 de junho de 1973, o Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense teve como seu primeiro cabo João Hermínio Ferreira. Nascia assim, fez 50 anos no passado Dia de São João, de forma organizada e oficial, um coletivo dedicado à nobre arte de pegar toiros.

Sob o seu comando, o Grupo atuou nas diversas praças açorianas, tendo deslocado elementos para atuarem nos Estados Unidos. Nas Sanjoaninas de 1989, após 16 anos de liderança, João Hermínio cede a jaqueta e o comando do Grupo a António Baldaya.

Com ele, o Grupo firmou maturidade, com grandes atuações no arquipélago, mas também nos Estados Unidos da América, Canadá e continente, atuando ao lado dos principais Grupos portugueses. Nesse período destaca-se a atuação no Campo Pequeno, primeira Praça do país, a 27 de maio de 1999.

Em 2001, no Concurso de Ganadarias da Feira de São João, Adalberto Belerique recebe a jaqueta de Cabo do Grupo, passando a comandá-lo daí em diante.

Passaram a ser assíduas as presenças dos Forcados da Tertúlia nas principais arenas do país, em cartéis de nomeada. Como em 2003, em Montemor e Vila Nova de São Bento. Na primeira corrida da Casa do Pessoal da RTP, na Praça de Toiros Ilha Terceira, com transmissão em direto no Canal 1. E nas pegas a 6 toiros nas Sanjoaninas, no 30.º aniversário.

Em 2004, participam na Corrida Real em Salvaterra de Magos.

Em 2005, em solitário, estão na 2.ª Corrida da Casa do Pessoal.

Em 2006, apresentam-se em Coruche e em São João da Pesqueira.

Em 2007, voltam ao Campo Pequeno, lá atuando nos dois anos seguintes, em corridas televisionadas pela TVI. Apresentam-se também na praça de Moura.

Em 2008, encerram-se com 6 toiros de diversas ganadarias regionais e nacionais, na comemoração do seu 35.º aniversário, com antigos e atuais elementos

Dos vários prémios alcançados, destacam-se, em 2009, a vitória no Concurso de Cernelhas, em Évora, com todos os Grupos de Forcados do país.

Em 2011, regressam ao Campo Pequeno, na Corrida do Correio da Manhã, para pegar em solitário os toiros de Rego Botelho, na apresentação da ganadaria açoriana naquela Praça. No mesmo ano, vão à Feira de maio da Moita do Ribatejo.

Em 2012, o Grupo desloca-se ao continente para espetáculos em Albufeira e Garvão.

Nos últimos anos realizaram treinos em ganadarias nacionais, com presença assídua também em Sevilha, na ganadaria Partido de Resina, ex-Pablo Romero, a convite do ganadeiro.

Na época de 2013, aquando do 40.º aniversário da sua fundação, o Grupo volta ao Campo Pequeno e festeja pegando 6 toiros, a 24 de junho, nas Sanjoaninas.

O atual Cabo João Pedro Ávila assumiu a chefia do coletivo em 2018, após 17 anos com Adalberto Belerique aos comandos. O processo de renovação foi-se

efetivando, com os frutos que as recentes atuações têm mostrado. Como se provou nas Sanjoaninas 2023, na festa das suas bodas de ouro.

O Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense tem sido um bastião na defesa e promoção da Festa Brava, integrando todos os cartéis na Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Santa Maria e São Miguel, bem como em diversas corridas nos Estados Unidos da América e Canadá.

Da história do Grupo fazem ainda parte diversas organizações de Festivais Taurinos e Corridas de Toiros, bem como colóquios e eventos de promoção da Festa Brava.

A Instituição conta ainda com um Grupo Juvenil, que funciona como escola de valores, onde primam a Amizade, a Lealdade, a Humildade e a Coragem, em Praça e na vida.

No passado dia 24 de junho, dia do seu 50.º aniversário, o Grupo recebeu da Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo a Medalha de Mérito Municipal Cultural, por 50 anos de defesa da tauromaquia.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 50 anos do Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à direção da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, à Associação Nacional de Grupo de Forcados, à Associação Portuguesa de Municípios com Tauromaquia e à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Horta, Sala das Sessões, de 11 julho de 2023

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições. Vamos então passar à votação

do voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado, com 24 votos a favor do PS, 17 do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; 2 votos contra do BE e 1 do PAN.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Partido Socialista, pela conquista do título de Campeão Nacional de Kickboxing.

É apresentado pela Sra. Deputada Sandra Dias Faria.

Deputada Sandra Faria (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Ao Arrifes Kickboxing Clube pela conquista do título de Campeão Nacional de Kickboxing

O Arrifes Kickboxing Clube (AKC) participou, no campeonato nacional de Kickboxing e Muay Thai 2023, que decorreu no Centro de Desportos e Congressos de Matosinhos, nos dias 1 e 2 de julho, com cerca de 30 atletas, arrecadando 16 medalhas e conquistando o título de Campeão Nacional na variante de Kick Light, num campeonato com 140 clubes e mais de 1000 atletas inscritos.

A comitiva do Arrifes Kickboxing Clube fez-se acompanhar pelo Mestre Nilton Silva e pelos treinadores Renato Costa e Marco Raposo, regressando com 5 medalhas de ouro, 2 de prata e 9 de bronze. O evento foi organizado pela Federação Portuguesa de Kickboxing e Muay Thai.

Após a conquista, no passado mês de maio, do título regional por equipas, este foi

o seu 16.º título em 19 possíveis. Tais feitos só são realizáveis dada a qualidade dos atletas que integram o AKC, conquistas importantes para o clube dos Arrifes, mas igualmente importante para a modalidade e para a Região.

Com mais de 20 anos de existência, o Arrifes Kickboxing Clube continua a distinguir-se, conquistando lugares no pódio em provas regionais, nacionais e internacionais. A sua origem deve-se ao já incontornável nome da modalidade, Nilton Silva, atual Mestre do Arrifes Kickboxing Clube. A ele juntaram-se nomes como Antero Silva, Renato Costa e Marco Raposo, hoje, também eles, referências nesta modalidade.

Graças ao talento e à persistência destes atletas e responsáveis pelo AKC, o clube é hoje uma referência regional e nacional, responsável pela conquista de diversos títulos, tendo mesmo atletas a integrar a seleção nacional.

Mantendo um nível competitivo de elevada qualidade, a sua atividade traduz-se num palmarés por todos reconhecido como de excelência. Constitui-se como agremiação independente desde 2008, com órgãos sociais próprios, uma equipa técnica de gabarito e um conjunto de atletas que mantêm o clube numa posição de destaque.

A 10 de outubro de 2020, o Arrifes Kickboxing Clube recebeu, do Governo Regional dos Açores, o estatuto de entidade de utilidade pública.

O clube cresce diariamente na sua atividade sob o lema “Força, Coragem, Respeito”, assumindo uma missão que vai para além da competição, dando primazia à formação desportiva de jovens e desenvolvendo competências como a disciplina, autocontrole, coordenação motora e defesa pessoal.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula os técnicos, atletas e dirigentes do Arrifes Kickboxing Clube pela conquista do

Campeonato Nacional de Kickboxing, sendo este feito motivo de orgulho para todos os amantes da modalidade e para todos os Açorianos.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Arrifes Kickboxing Clube, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Ponta Delgada, bem como à Associação de Kickboxing e Muay Thai dos Açores.

Disse.

Horta, Sala de Sessões 11 de julho de 2023

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é pela conquista de um galardão pela Quinta do Martelo. É apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares para a sua apresentação.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Quinta do Martelo conquista o galardão “Green Key”

pelo 17.º ano consecutivo

A Quinta do Martelo – Centro Etnográfico e Gastronómico, uma empresa de turismo em espaço rural com atividade no concelho de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, venceu o galardão internacional “Green Key” – Chave Verde.

Pelo 17.º ano consecutivo, a Quinta do Martelo é a única totalista na conquista desta distinção internacional dos Açores, resultado de um percurso laborioso e

pioneiro levado a cabo por este empreendimento turístico e pelo seu proprietário Gilberto Vieira.

O prémio “Green Key” – Chave Verde, do qual a Quinta do Martelo é vencedora, visa destacar as boas práticas ambientais, nomeadamente as energéticas e as de educação ambiental, na área do turismo sustentável, assim como a autenticidade sociocultural dos territórios de acolhimento, salvaguardando a sua identidade cultural.

Num momento em que o crescimento turístico é pujante, em que a Região Autónoma se distingue pelas boas práticas sustentáveis, importa valorizar exemplos como a Quinta do Martelo. Este é um empreendimento turístico que, ao longo de 34 anos de atividade, tem desenvolvido um trabalho de defesa e valorização do turismo em espaço rural e de natureza, reconhecido por instâncias nacionais e internacionais e que se revela um êxito na articulação entre a exploração comercial turística e a preservação rigorosa da tradição, do ambiente e da identidade cultural e etnográfica do meio envolvente.

Esta é uma distinção que eleva e reconhece o empenho da Quinta do Martelo e que honra a ilha Terceira e a Região Autónoma dos Açores e demonstra a mais-valia do bem receber açoriano.

Neste sentido, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de julho de 2023, a aprovação de um voto de congratulação à Quinta do Martelo, vencedora totalista do galardão “Green Key” pelo 17.º ano consecutivo.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à Quinta do Martelo – Centro Etnográfico e Gastronómico, ao Conselho de Ilha da Terceira e à Câmara e Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Horta, Sala das Sessões, 11 de julho de 2023

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Francisco Coelho, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Partido Socialista associa-se a este voto, tendo em conta, efetivamente, não só o valor do prémio, o número de anos que esta iniciativa empresarial e turística já tem, em tempos que eram bem mais difíceis, mas, sobretudo, como foi referido, pelo carácter importante, quer ao nível do espaço rural, quer ao nível cultural e etnográfico, quer na recriação e preservação de espaços habitacionais, comerciais, de velhas profissões, extintas ou em vias disso, que se pode ver e sentir com grande fidedignidade no espaço da Quinta do Martelo.

Trata-se, portanto, não só de um empreendimento pioneiro, mas único na sua diversidade e na sua amplitude ao nível do turismo, que urge apoiar, preservar e reconhecer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Parecendo não haver, vamos então votar este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo 50.º aniversário da Casa do Povo da Feteira.

É apresentado pela Sra. Deputada Ana Luís, a quem dou a palavra. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-

Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
Pelo 50.º aniversário da Casa do Povo da Feteira

A 12 de julho de 1973 por alvará do secretário de Estado do Trabalho e Previdência era constituída a Casa do Povo da Feteira. Desde 2006 que integra a Fundação Inatel como centro de cultura e desporto e foi reconhecida como Instituição de Solidariedade Social em 2016.

Foram 5 os seus sócios fundadores que integraram os órgãos sociais da primeira Comissão Organizadora – Manuel Vieira da Rosa, Carlos Manuel da Silva, José Inácio Cordeiro Júnior, Eleutério Andrade Fialho e Carlos Manuel da Silva.

Esta Casa de Povo tem funcionado ao longo destes 50 anos como verdadeiro centro aglutinador de uma das maiores freguesias da ilha do Faial atuando a diversos níveis, desde o social, cultural e desportivo tendo como principal público-alvo as crianças e os idosos.

São exemplo destas atividades o ATL, o centro de convívio de idosos, a participação nos desfiles da Semana do Mar, a criação do Jornal da Feteira, concursos de fotografia e o lançamento de dois CD's musicais por altura das comemorações do seu 30.º aniversário.

Apesar de algumas crises diretivas, a Casa do Povo da Feteira mantém atividade desde a sua fundação sendo hoje uma das principais instituições da freguesia e parceira insubstituível das autoridades locais e regionais.

Uma instituição que, graças a todos aqueles que ao longo destes 50 anos se dedicaram à causa pública, ao progresso da sua terra e ao desenvolvimento social e cultural da população que servem, cumpre hoje o desígnio de gerir o Centro Intergeracional da Feteira com a primeira fase inaugurada a 17 de junho de 2020, tendo a segunda fase sido adjudicada muito recentemente à empresa Afavias,

sendo que, após a conclusão das obras, este centro irá albergar o ATL da freguesia, uma sala TIC, um espaço multifacetado para jovens e o centro de convívio de idosos.

Aos seus órgãos sociais que resistem à evolução dos tempos e teimam em não baixar os braços, face às adversidades, em nome de uma causa maior e a todos os sócios da Casa do Povo da Feteira desejamos as maiores felicidades e longa vida em prol da Feteira e da ilha do Faial.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário da Casa do Povo da Feteira. Deste voto deve ser dado conhecimento à Câmara Municipal da Horta, à Vice-Presidência do Governo Regional, à Junta de Freguesia e à Assembleia de Freguesia da Feteira e aos órgãos sociais desta Casa do Povo.

Sala de Sessões, 11 de julho de 2023

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se, naturalmente, a este voto de congratulação pelo 50.º aniversário da Casa do Povo da Feteira, porque, à semelhança de outras entidades de outras freguesias, a Casa do Povo tem sido, efetivamente, uma dinamizadora da cultura e do desporto e também presta muitos serviços no âmbito da solidariedade social e acaba por ser dinamizadora e um polo agregador da freguesia. E são exemplo destas atividades: o ATL, o centro de convívio de idosos e a própria dinamização e participação nos desfiles na Semana do Mar, entre outros.

E, obviamente, neste caso em particular, também, um dos desejos de há muito

desta Casa do Povo é haver um polo agregador, à semelhança de outros que já existem noutras freguesias, que é o Centro Intergeracional da Feteira. A sua primeira fase foi concluída. Felizmente, agora, após muitos concursos desertos, ficou a segunda fase adjudicada. E esperamos que isso também seja, no fundo, o garante da continuidade desse serviço que a Casa do Povo presta aos feteirenses. E, por isso, obviamente, nós saudamos a passagem destes 50 anos, desejando que continuem o muito e bom trabalho que têm desenvolvido até agora.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Casa do Povo da Feteira assinala, de facto, este ano os seus 50 anos e assinala, também, de facto, aquela que é uma das suas aspirações mais recentes, que é a construção da empreitada da segunda fase do Centro Intergeracional, que permitirá dar uma resposta social àquela que está entre uma das maiores freguesias da ilha.

De facto, na área cultural e desportiva, a Casa do Povo da Feteira tem dado provas da sua dinâmica. Realçaria, também, um dos projetos mais recentemente assumidos pela Casa do Povo, que é a gestão da residência de doentes deslocados da ilha do Faial, que se encontra disponível para acolher pessoas que por motivos de saúde tenham de se deslocar à ilha. E, portanto, à semelhança também do que acontece noutras ilhas, esta é uma mais-valia.

O Grupo Parlamentar do PSD, reconhecendo aquele que é o trabalho importante levado a cabo por esta coletividade, naturalmente, associa-se ao voto de congratulação aqui trazido pelo Grupo Parlamentar do PS e felicita todos aqueles que mantiveram viva esta instituição ao longo destas cinco décadas.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, à aluna Catarina Costa.

Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Nídia Inácio.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. Membros do Governo, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

A Catarina Costa, aluna da Escola Básica Integrada dos Biscoitos, pela conquista do 1.º lugar na fase nacional do Concurso Nacional de Leitura (CNL) referente ao 3.º Ciclo do Ensino Básico

No passado dia 03 de junho, entre as 10h00 e as 17h00, decorreu no Centro Pastoral de Torres Vedras a prova de palco da fase final nacional do Concurso Nacional de Leitura (CNL) que contou com a participação de alunos de todos os distritos de Portugal Continental, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e representantes das escolas portuguesas da Europa e de fora da Europa.

O Concurso Nacional de Leitura (CNL) é uma iniciativa do Plano Nacional de Leitura e visa promover o gosto pela leitura e o maior contacto dos alunos com os livros. A realização da fase regional nos Açores é da responsabilidade da Direção Regional da Educação e Administração Educativa, através do Plano Regional de Leitura (PRL).

Com a realização da prova de palco da sessão regional do Concurso Nacional de Leitura, no dia 28 de abril, a Direção Regional da Educação e Administração Educativa e o Plano Regional de Leitura associaram-se às comemorações do “Dia

Mundial do Livro” que se celebrou no dia 23 de abril, prestando, igualmente, homenagem à obra de grandes escritores nacionais e internacionais que nasceram ou morreram em abril, em particular à escritora açoriana Natália Correia (1923-1993).

Selecionada pelo júri regional que avaliou a prestação das provas dos alunos do 3.º ciclo do ensino básico, Catarina de Fátima Martins Costa revelou em palco qualidades e conhecimentos que indiciavam a realização de uma excelente prova a nível nacional sendo, pois, uma digna representante de todos os açorianos que frequentam o 3.º ciclo ou equivalente.

Após a realização, com sucesso, da prova escrita de pré-seleção e ultrapassada mais uma seleção, Catarina Costa chega à prova de palco onde encontra cinco colegas que, como ela, anseiam realizar a melhor prova, levando o primeiro prémio para o seu concelho.

Durante a prova de palco Catarina Costa leu um excerto da obra “Navegações e outras errâncias” da autoria de Luís Mesquita de Melo, tendo de seguida apresentado uma argumentação escrita desse mesmo excerto integrando-o na obra.

Se dúvidas houvesse, após a realização da prova de palco, ficaram imediatamente dissipadas na enorme ovação da plateia que assistiu à prova e que era constituída por professores, pais e encarregados de educação e elementos ligados às Direções Regionais da Educação e aos Estabelecimentos de Ensino. À semelhança da prova regional e da escolha do júri regional, também o júri nacional recolheu a qualidade, a capacidade e o mérito da Catarina Costa atribuindo-lhe o 1.º prémio a nível nacional na sua categoria.

Assim, este prémio nacional de leitura à jovem Catarina Costa é um motivo de orgulho para toda a comunidade educativa dos Açores, em geral e, particularmente, para a Escola Básica Integrada dos Biscoitos.

Felicitando a aluna Catarina Costa e o trabalho de excelência da Escola Básica

Integrada dos Biscoitos, das docentes Natal Machado e Regina Ribeiro, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação à aluna pelo resultado obtido na fase final do Concurso Nacional de Leitura referente ao 3.º Ciclo do Ensino Básico, do qual deve ser dado formal conhecimento à Família, à Escola Básica Integrada dos Biscoitos, à Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais, à Direção Regional da Educação e Administração Educativa, à Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras e à Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Horta, Sala das Sessões, 11 de julho de 2023

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este voto de congratulação à aluna Catarina Costa e à Escola Básica e Integrada dos Biscoitos e a todo o seu corpo docente.

Está aqui um exemplo de que é possível, também nos Açores, obter no campo do ensino e no campo da cultura um destaque reconhecido não só a nível regional, mas também reconhecido a nível nacional. Significa isso que nem tudo vai mal, graças a Deus, no nosso ensino.

E este tipo de galardão, de prémio, de distinção deve ser um estímulo, um estímulo não só para todos os outros alunos do nosso sistema regional de ensino, mas também um estímulo para que todas as escolas e todos os professores se empenhem e percebam que com empenho é possível obter um elevado grau de proficiência, merecedor de distinção a nível nacional.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com enorme orgulho que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista felicita a menina Catarina Costa pela conquista do primeiro lugar na fase nacional do Concurso Nacional de Leitura, porque, na verdade, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, este prémio representará bem mais do que a felicidade da menina Catarina Costa, para nós, este prémio representa, na verdade, que a educação, o ensino na Região poderá figurar entre os melhores a nível nacional. É o exemplo de que conseguimos. É o exemplo de que, com um bocadinho mais de empenho, de dedicação da parte de todos nós, é, na verdade, natural figurarmos entre os melhores nos resultados da educação nacional, para não dizer até mais do que isso.

E, portanto, sublinho, muito obrigado à menina Catarina Costa por nos fazer sentir isto, sentir que é uma realidade, sentir que é possível, sentir que, na verdade, não somos menos do que os outros, antes pelo contrário, temos capacidades para figurar entre os melhores, sempre que para isso formos chamados.

Não só obrigado à menina Catarina Costa, um muito obrigado à sua família, um muito obrigado à sua escola – a EBI dos Biscoitos. E um bem-haja, porque é disto que os Açores precisam ver replicado muitas vezes.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Chega, pelos 25 anos do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira da Fajã de Cima.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 25 anos do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira da Fajã de Cima.

Foi constituído em 1998, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, e desde essa altura que o Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Oliveira da Fajã de Cima tem apostado na melhoria das condições de vida da população através de diferentes valências e projetos, na área da infância, juventude e terceira idade.

Os primeiros serviços disponibilizados surgiram no âmbito de projetos de combate à pobreza, seguindo-se um ATL – que conta atualmente com 75 crianças dos 3 aos 15 anos.

Em 2004, surge o Centro Comunitário onde começa a ser dada formação a famílias realojadas, passando o foco de atuação também para as pessoas idosas.

Ainda com os idosos em mente, em 2008, surge o Centro de Dia que abrange atualmente 15 idosos, sendo o passo seguinte a criação de um centro de convívio para os idosos.

O Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Oliveira da Fajã de Cima foi pioneiro na criação de uma equipa de apoio à vítima de violência doméstica, nomeadamente com uma casa-abrigo.

Ao longo destes 25 anos, o Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Oliveira

da Fajã de Cima tem trabalhado diariamente no serviço de proximidade à comunidade em que se insere, bem como às freguesias vizinhas, com provas dadas no apoio à infância, à juventude e à terceira idade.

Neste sentido, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelos 25 anos do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira da Fajã de Cima, do qual deve ser dado conhecimento ao próprio Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira da Fajã de Cima, à Junta de Freguesia da Fajã de Cima, à Junta de Freguesia da Fajã de Baixo, à Junta de Freguesia de São Pedro, à Vice-Presidência do Governo Regional, e à Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Disse. Obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 11 de julho de 2023

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos proceder à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo PSD, ao município da Praia da Vitória.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares para a sua apresentação.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Ao Município da Praia da Vitória pelo Galardão de Prata no

LivCom Awards

A Praia da Vitória conquistou o galardão de Prata no LivCom Awards – The International Awards for Liveable Communities, na categoria Projeto Ambientalmente Sustentável, pelo trabalho realizado no Projeto LIFE CWR.

O LivCom Awards é a maior competição mundial para comunidades em matéria de gestão ambiental e de criação de comunidades habitáveis, com o intuito de incentivar as melhores práticas, inovação e liderança no fornecimento de uma comunidade vibrante e ambientalmente sustentável que melhora a qualidade de vida.

De um total de 22 municípios e de 33 projetos, oriundos de 24 países, com a conquista deste galardão de Prata, a Praia da Vitória torna-se o primeiro município açoriano reconhecido por esta competição, de âmbito internacional.

O projeto praiense vencedor consiste na recuperação dos pauis da Praia da Vitória, com vista a assegurar a existência de uma rede de zonas húmidas que compõe entre si uma infraestrutura verde húmida, na orla costeira da Praia da Vitória, com características e funções ecossistémicas semelhantes às iniciais, anteriores à ação humana, através da recuperação, restauro ecológico e reordenamento de três zonas húmidas-chave: nomeadamente o Paul da Praia da Vitória, o do Belo Jardim e o da Pedreira do Cabo da Praia.

O reconhecimento do empenho, eficiência e dedicação do Projeto LIFE CWR no restauro ecológico e na conservação dos Pauis da Praia da Vitória, através de um galardão internacional de relevo, como é o LivCom Awards, é um motivo de orgulho e responsabilidade reforçada de todos os agentes políticos para a continuidade deste projeto.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação ao Município da Praia da Vitória pelo Galardão de Prata no LivCom Awards.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Praia da Vitória, assim como à Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Horta, Sala das Sessões, 11 de julho de 2023

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto aqui apresentado pelo Sr. Deputado Luís Soares, saudando, naturalmente, o município da Praia da Vitória pela conquista deste galardão, no âmbito dos LivCom Awards.

O projeto LIFE, na Praia da Vitória, numa candidatura apresentada no ano de 2013 ao programa europeu LIFE +, deu ao concelho da Praia da Vitória, à ilha Terceira e aos Açores a oportunidade de lá desenvolver um projeto de conservação da natureza e de aposta e reforço da sustentabilidade ambiental, em concreto na conservação dos três paus do concelho da Praia da Vitória, em concreto: o paul do centro da Praia da Vitória, junto à zona de lazer; o paul no Cabo da Praia, junto à Praia da Riviera; e o paul da pedreira do Cabo da Praia, onde está instalado, também, no âmbito do projeto LIFE, um centro interpretativo ambiental.

E, portanto, saudamos a visão que tiveram em 2013. Saudamos os técnicos que têm vindo a trabalhar nesta matéria ao longo dos anos. E, permitam-me, eu não posso deixar de referir, concretamente, a Sónia Santos, a Mariana Brito, a Sofia Goulart e a Elizabete Nogueira, primeira coordenadora deste projeto. E, portanto, esperamos que este galardão seja não o culminar de um processo, mas que seja também mais um alento e mais um contributo para que este projeto possa continuar.

E, por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúda a Câmara Municipal, o executivo atual da Câmara Municipal da Praia da Vitória, os executivos anteriores que apresentaram a candidatura e que promoveram o desenvolvimento deste processo e saúda também os técnicos que têm dedicado a sua vida profissional e, muitas vezes, muito do seu tempo pessoal também ao sucesso deste projeto. E, portanto, o Grupo Parlamentar do PS associa-se, com gosto, ao voto aqui apresentado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo 50.º aniversário da Casa do Povo dos Flamengos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís para a sua apresentação. Faz favor.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelo 50.º aniversário da Casa do Povo dos Flamengos

As Casas do Povo são, ainda hoje, importantes polos aglutinadores das nossas freguesias, contribuindo com uma resposta social, cultural e desportiva de enorme importância, em especial, no que à população idosa diz respeito, enquanto parceiros insubstituíveis, através de diversas atividades de apoio social ou lúdicas.

A Casa do Povo dos Flamengos é o exemplo claro de uma instituição de proximidade, tendo como objetivos principais o desenvolvimento e o bem-estar da sua comunidade rural e de todos aqueles que a ela recorrem nos variados domínios de atividade.

Foi criada a 12 de julho de 1973 por alvará do Ministro das Corporações e Previdência Social, designando-se, à época, por Casa do Povo da Horta, uma vez que prestava serviços às freguesias dos Flamengos, Praia do Almojarife, Conceição, Matriz e Angústias.

Foi seu primeiro Presidente da Comissão Organizadora da Casa do Povo, na altura, da Horta, Henrique Vieira da Silva, que presidiu desde a sua fundação até maio de 1976.

Desde sempre concentrou a sua ação nas atividades sociais, culturais e desportivas de que são exemplo o centro de convívio de idosos e o posto de saúde, atualmente a funcionar apenas com serviços de enfermagem. De destacar, igualmente, o grupo de Teatro “As Bicas”, as tradicionais marchas de S. João e a equipa de futsal feminina, para além do apoio logístico à Tuna e grupo folclórico juvenil dos Flamengos e ao grupo de cantares Sons do Vale.

Para além do apoio, em termos de instalações, a todas as instituições da freguesia, desde os Impérios do Espírito Santo, ao clube de futebol, escuteiros ou a filarmónica, a sua localização privilegiada e instalações completas ao nível de cozinha, palco e amplo salão de festas fazem desta Casa do Povo uma entidade muito procurada para a realização de inúmeras atividades sejam elas de instituições da freguesia ou de outras à volta da ilha.

Pelo seu historial e ação de apoio à população idosa da freguesia foi uma das instituições que, de forma próxima, colaborou com o nascimento do Centro Comunitário do Divino Espírito Santo que, hoje, agrega um centro de dia e de noite e uma creche, integrando os seus corpos sociais desde a sua fundação, à semelhança das outras instituições de referência da freguesia dos Flamengos.

Mas o sucesso destes 50 anos de atividade ininterrupta deve-se a todos aqueles que se dedicaram à causa pública integrando os seus órgãos sociais, com o objetivo de promover o desenvolvimento da sua freguesia e o bem-estar da sua população. Nesse sentido, desta tribuna apresentamos o nosso reconhecimento público a todas estas mulheres e homens e evocamos aqueles que já partiram como é o caso do Sr. Hélio Naia, o penúltimo presidente da Casa do Povo dos Flamengos, falecido muito recentemente.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário da Casa do Povo dos Flamengos. Deste voto deve ser dado conhecimento à Câmara Municipal da Horta, à Vice-Presidência do Governo Regional, à Junta de Freguesia e à Assembleia de Freguesia dos Flamengos e aos órgãos sociais desta Casa do Povo.

Sala de Sessões, 11 de julho de 2023

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Casa do Povo dos Flamengos celebra amanhã os seus 50 anos.

Esta, inicialmente, foi designada como Casa do Povo da Horta porque estava ao serviço não só da freguesia dos flamengos, como das freguesias da Matriz, das Angústias, da Conceição e da Praia do Almojarife, aquelas que são as freguesias mais próximas da cidade, dada a sua localização geográfica muito central.

No dia de hoje, destacaria, de facto, aquela que é a disponibilidade que assistimos da atual direção desta coletividade, nomeadamente na dinamização do centro de convívio de idosos, numa época em que também se conhece os profícuos efeitos da socialização e do convívio.

E é também oportuno realçar aquela que é uma visível articulação existente entre as várias Casas do Povo, em particular a Casa do Povo dos Flamengos e a Câmara Municipal da Horta, que assume a liderança da organização de inúmeros eventos desportivos e culturais e de protocolos onde a Casa do Povo dos Flamengos tem a oportunidade de ser parceira, estimulando desta forma as competências cognitivas e motoras dos utentes do centro de convívio.

Pelo que o Grupo Parlamentar do PSD, naturalmente, associa-se ao voto de congratulação aqui trazido pelo Grupo Parlamentar do PS e homenageia desta forma uma coletividade de fulcral importância para a freguesia dos Flamengos.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se, naturalmente, também, a este voto de congratulação pelo 50.º aniversário da Casa do Povo dos Flamengos, obviamente, realçando aquilo que é o papel desta Casa do Povo na dinamização das atividades sociais, culturais e desportivas.

Há pouco, também, num outro voto de congratulação do mesmo teor, mas a uma outra Casa do Povo da nossa ilha, do Faial, também mencionei o facto de ser um desejo das diversas Casas do Povo terem infraestruturas onde possam concentrar a sua atividade e desenvolver este serviço em prol da sua comunidade. E é exemplo disso a Casa do Povo dos Flamengos, em que a infraestrutura, que é sua e a qual gerem, acaba por ser um verdadeiro polo agregador desta freguesia – é lá que se concentram as atividades da Casa do Povo para os convívios, tem cozinha, é lá também que funciona RIAC, que funciona a Junta de Freguesia. É tudo no mesmo polo. É um polo agregador.

E, efetivamente, vê-se que é importante para estas freguesias dotá-las destas infraestruturas, porque, sem dúvida, acabam por fortalecer os laços entre as

diversas faixas etárias, sejam eles os mais novos que frequentam a filarmónica ou os grupos, ou os mais velhos que também frequentam essas mesmas coletividades. Por isso, é com muito gosto que nos associamos a este voto aqui trazido pelo Partido Socialista.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos aos votos de saudação. O primeiro deles é apresentado pelo PSD, pela resiliência popular em resposta ao sismo de 1998.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos para a sua apresentação.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Pela resiliência popular em resposta ao sismo de 1998

Passaram-se 25 anos, mas a lembrança e o temor continuam presentes na memória daqueles que viveram a madrugada do dia 9 de julho de 1998.

Pouco passava das 5h quando um intenso sismo de magnitude 5,8 na escala de Richter, com epicentro localizado a cerca de 16 km de NNE da cidade da Horta, atingiu as ilhas do Faial, Pico e S. Jorge, causando maior grau de devastação na ilha do Faial de onde resultaram danos avultados em cerca de 70% do parque habitacional.

Os danos materiais ao nível da rede viária, das infraestruturas de saúde, portuárias,

rodoviárias, escolares, igrejas, espaços comerciais, moradias, no sistema de abastecimento de água, na rede de distribuição de energia e de comunicações que ocorreu em cada uma destas ilhas em nada se compararam às oito vidas humanas perdidas, às centenas de feridos e alguns milhares de desalojados.

Desde o raiar do sol e durante muitos meses a sociedade organizou-se de forma exemplar colmatando as suas mais primárias necessidades. Desde as equipas de socorro e salvamento que nas primeiras horas do dia 9 de julho foram essenciais para acorrer a todas as solicitações da população, o trabalho árduo prolongou-se durante todo o processo de reabilitação, reconstrução e construção do parque habitacional em especial nas ilhas do Pico e do Faial.

As imagens de ruas desmoronadas e escombros espalhados por todos os lados são, ainda hoje, dolorosas de recordar, sobretudo para as cerca de 1600 famílias que ficaram desalojadas.

A grande preocupação centrou-se nas questões sociais emergentes e em devolver o quanto antes condições de habitabilidade à população sinistrada pelo que depois de numa primeira fase muitas famílias terem sido acomodadas em tendas, seguiu-se a fase da instalação de mais de 6 centenas de pré-fabricados bem como de alojamentos provisórios similares.

As duas centenas e meia de milhões de euros destinados ao processo de reconstrução resultaram não só de verba financiada pelo Governo Regional como de verbas decorrentes da solidariedade nacional.

Ainda assim e volvidas mais de duas décadas, ainda existem marcas da destruição provocadas pelo sismo de 1998 apesar do muito trabalho que foi desenvolvido pela população civil, pelas entidades públicas e privadas, pelas instituições religiosas, pelo Governo Regional e pelo Governo da República.

Aquele que até hoje é considerado o sismo destruidor mais recente dos Açores encerra anos de desespero e de vidas em suspenso, mas acima de tudo um misto da ímpar solidariedade por parte da população, da elevada eficácia e eficiência

por parte de todos os agentes de proteção civil.

É também merecido um reconhecimento às pessoas que pertenceram às inúmeras comissões de angariação de fundos, criadas para satisfazer os compromissos assumidos com a construção da sua igreja.

Assinalou-se no último domingo na freguesia da Ribeirinha a evocação dos 25 anos do sismo de 1998 que destruiu grande parte do parque habitacional e outras estruturas físicas da ilha do Faial e do Pico.

Mereceu destaque a inauguração de um mural da autoria da faialense Cláudia Furtado, no terreno junto ao polivalente da freguesia, que albergou muitos sinistrados.

A catástrofe, que destruiu totalmente a freguesia da Ribeirinha, provocou danos avultados em Pedro Miguel, Flamengos, Salão, Castelo Branco e Cedros na Ilha do Faial e nos concelhos da Madalena e Lajes do Pico.

Assim, e com um enorme sentimento de gratidão para com todos os que pereceram, os que sofreram e os que arduamente trabalharam homenageando a população sinistrada do Faial, Pico e S. Jorge, pela força e a resiliência do nosso povo reafirmando a importância da Proteção Civil e dos Bombeiros dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de saudação à população e a todos os agentes da proteção civil das ilhas do Faial, Pico e S. Jorge pelo 25.º aniversário do sismo de 1998, do qual deve ser dado conhecimento formal às Câmaras e Assembleias Municipais das Ilhas do Triângulo, ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, à Secretaria Regional da Saúde e Desporto e à Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

Horta, Sala das Sessões, 11 de julho de 2023

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP)**: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se, também, a este voto de saudação pela resiliência popular em resposta ao sismo de 98.

Efetivamente, o sismo do Faial foi uma verdadeira catástrofe natural que teve impactos significativos desde logo no parque habitacional da ilha e que remeteu muita gente à condição praticamente de sem-abrigo. Obviamente, houve uma resposta rápida e eficiente de todas as coletividades da ilha. E a solidariedade, também, de todos permitiu que se ultrapassassem logo no imediato pelo menos as situações mais gravosas.

E, obviamente, passaram 25 anos. É importante relembrar estas pessoas, as entidades que estiveram na primeira resposta e saudar também aquilo que foi esta capacidade de resiliência de todo o povo faialense em, no fundo, suportar aquilo que foram estas dificuldades e ultrapassá-las.

E, hoje em dia, podemos olhar para trás e ver que somos um povo unido, capaz, resiliente, aliás, à semelhança de todos os açorianos, que vivemos nesta condição de ilhéu e, obviamente, sempre sujeitos a este tipo de catástrofe natural.

Por isso, obviamente, associamo-nos a este voto de saudação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, aquele dia 9 de julho de 1998 é, para muitos, aqui na ilha do Faial, no Pico e em São Jorge, um dia marcante.

Eu, na altura, residia na ilha do Faial, era aqui professor. Tinha também funções

políticas, era Presidente da Comissão Política do CDS-PP no Faial.

E a verdade é que se tratou de uma catástrofe de enorme dimensão. É realmente assustador nós vemos as paredes a abrir como se fossem de papel, a destruição enormíssima provocada em grande parte daquele que era o nosso parque habitacional, um conjunto enorme de estragos, além das vítimas mortais.

O que eu assisti na altura foi, de facto, como o voto de saudação aqui faz referência, a uma enorme solidariedade entre as pessoas, a um apoio muito grande. Perante estas catástrofes, perante estas situações, as pessoas tendem a unir-se, tendem a ter um grande espírito de resiliência. Foi muito importante este espírito. Foi muito importante o apoio das diversas entidades oficiais, das diversas entidades também de solidariedade social. E também, na altura, o Parlamento dos Açores teve um papel importante na medida em que criou logo uma comissão eventual para tratar dos assuntos da reconstrução e do apoio às vítimas.

E, depois, logo no dia 31/08/98, foi aprovado um Decreto Legislativo Regional que estabelecia os apoios a conceder aos sinistrados. Na altura, como não existia maioria absoluta no Parlamento, tal como hoje acontece, foi um diploma que foi aprovado com contributos de todos os partidos que na altura tinham assento no Parlamento, que era o PCP, o CDS, o PSD e o Partido Socialista. E, portanto, foi um contributo enorme de toda a sociedade, em que o Parlamento teve um papel fulcral.

Foram cometidos erros, com certeza, por parte das diversas entidades, mas o saldo de tudo é um saldo claramente positivo. Vemos hoje em dia a reconstrução do parque habitacional da ilha do Faial, tal como aconteceu também na Terceira, como foi possível renascer das cinzas.

Por isso, de facto, quero subscrever este voto de saudação apresentado pelo Partido Social Democrata, tal como também já fiz em relação ao voto de saudação apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto também é de saudação à mesma temática, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco para a sua apresentação.

Deputado Tiago Branco (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Pela recuperação dos danos causados pelo sismo de 9 de julho de 1998 na passagem do seu 25.º aniversário

Foi no dia 9 de julho de 1998, às 05h19, que as ilhas do Faial, Pico e São Jorge acordaram em sobressalto com um violento sismo de magnitude 5.8 na escala de Richter, com epicentro localizado a cerca de 16 quilómetros a Nor-Nordeste da cidade da Horta.

Naquele momento, o sentimento de terror, angústia, pânico e incerteza tomou conta destes açorianos, agoniados com um terramoto que tardava em acabar, pois a sua duração prolongou-se por cerca de 19 penosos e longos segundos, além das réplicas.

Naquela madrugada, e na manhã seguinte, pairava um rasto de poeira no ar, cheiro a enxofre e destruição. 70% do parque habitacional da ilha do Faial foi danificado. Na ilha do Pico, cerca de 20% dessas infraestruturas foram afetadas e em São Jorge, algumas moradias foram igualmente atingidas. À destruição das

habitações, sobretudo no Faial, somaram-se as ruturas de sistemas de abastecimento de água, de fornecimento de energia elétrica, estradas totalmente obstruídas, pontes destruídas e freguesias isoladas. Muitas infraestruturas e equipamentos coletivos de natureza cultural, desportiva, social e religiosa foram igualmente devastadas.

Com cerca de 150 feridos identificados, 8 pessoas, inclusive um bebé, faleceram, e mais de 3500 faialenses ficaram desalojados.

Nas primeiras horas da manhã reinava o choque, o pânico e o desalento, mas rapidamente os faialenses munidos de um espírito de solidariedade desmedido, como bem caracteriza o povo Açoriano, colocaram mãos à obra para acudir àqueles que se encontravam em maior dificuldade. Todos foram mobilizados para o terreno, desde logo os poderes públicos da altura com a maquinaria necessária para desobstruir as ruas e retirar do isolamento algumas freguesias e lugares. Empresas, associações, particulares, as forças militares e policiais também elas fundamentais. Todos os que quiseram e puderam ser úteis para reverter a situação, assim fizeram.

Foi necessário agir em várias frentes. Por um lado, era preciso repor a normalidade ao nível da circulação terrestre e rodoviária, assim como o indispensável fornecimento de água, energia elétrica e comunicações e, por outro lado, havia que alojar as pessoas, famílias inteiras, que ficaram praticamente sem nada. Alguns foram alojados em tendas da proteção civil; outros em polivalentes e, ainda outros, em edifícios de maior dimensão, que não tinham sofrido danos assinaláveis.

Dessa solução provisória, as pessoas foram depois alojadas em casas pré-fabricadas. O Governo Regional de então adquiriu mais de 600 casas pré-fabricadas, apesar da complexidade do processo, uma vez que as fábricas do país e da Europa não tinham capacidade de responder cabalmente às necessidades solicitadas, tendo sido necessário recorrer à América do Norte, nomeadamente,

ao Canadá para se conseguir concretizar essa aquisição e resolver o alojamento provisório, numa operação que ascendeu a cerca de 16 milhões de euros.

Simultaneamente, projetava-se a maior obra pública da Região Autónoma dos Açores com elevado grau de complexidade, para a qual relevou o empenhamento e rigor técnico-científico, que enformou muitas das decisões políticas, então tomadas. Tratou-se de projetar o futuro com rigor, com planeamento cuidado, reordenamento de freguesias que tinham moradias em zonas de risco, atenção às questões arquitetónicas e antissísmicas, nova adequação das tipologias aos agregados familiares, para além de sempre ter sido tida em conta a segurança, como fator transversal em todas as decisões.

Foi um processo difícil e desafiante para aqueles que, por um lado, privados da sua habitação ansiavam por ter uma nova casa e assim poder repor a normalidade na sua vida e, por outro, para os poderes públicos que tudo fizeram para devolver esperança e conforto a estes açorianos. As empresas de construção civil não estavam, como ninguém estava, diga-se, preparadas para esse desafio, tendo sido inclusive fundamental importar muita mão-de-obra para reerguer o que o terramoto destruiu.

Recuperar o parque habitacional desta ilha, que se encontrava envelhecido, desadequado, impreparado, até, para fazer face a este tipo de calamidade, assim como 20% do Pico e algumas moradias em São Jorge, infraestruturas de saúde, portuárias, rodoviárias, escolares, igrejas, espaços comerciais, entre outros, exigiu verbas avultadas na ordem dos 250 milhões de euros, sendo 72% do esforço financeiro totalmente assumido pela Região Autónoma dos Açores e 28% pelo Governo da República.

Com vicissitudes, é certo, dificuldades e muitas pedras no caminho, foram construídas mais de 1000 novas moradias e reabilitadas cerca de 1800, reabilitadas estradas, pontes, infraestruturas portuárias e estabelecimentos comerciais.

Hoje, passados que são 25 anos desde esta ocorrência, importa – na Casa Mãe da Autonomia, nesta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, homenagear todas as instituições, os membros do Governo Regional dos Açores, de então, igualmente das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Serviço de Proteção Civil, Serviços de Saúde e de Ação Social, entidades ou pessoas coletivas, assim como, todos os homens e mulheres que com coragem, determinação e profissionalismo serviram e ajudaram todos aqueles que foram surpreendidos por aquele terramoto! Homenagear, igualmente, todos aqueles que, tendo sobrevivido, ainda hoje carregam consigo as marcas dessa tragédia, sejam elas físicas, sejam elas psicológicas, sejam elas resultantes da perda dos seus familiares e amigos.

Igual saudação especial aos Soldados da Paz, às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Faial, do Pico e de São Jorge, pelo trabalho insubstituível desenvolvido durante todo o tempo, desde a prestação de socorro imediato, após a ocorrência até à reposição mínima da normalidade.

Vinte e cinco anos depois, apesar de algumas incompreensões, o que fica é aquilo que se vê: um parque habitacional renovado, e o sentimento do dever cumprido atestado pelo reforço antissísmico de centenas de habitações, que hoje garantem maior segurança, resistência e salubridade a todos os sinistrados.

Uma palavra à Junta de Freguesia da Ribeirinha do Faial, a localidade mais devastada pelo tremor de terra, pelo digno programa evocativo que liderou e implementou, no passado domingo, a propósito dos 25 anos passados desde a data do sismo de 9 de julho de 1998.

A destruição, o desalento e o sofrimento deram lugar à esperança, à capacidade de superação, à resiliência, à solidariedade e à reconstrução, como nós, açorianos, sempre soubemos fazer perante cada adversidade, porque tal como escreveu Vitorino Nemésio: “Nós não temos medo que o mar nos alague ou de que a terra nos falte: – temos sempre presente, como salutar advertência, a sensação de que

o mundo é curto, e o tempo mais curto ainda”.

Assim, manifestando o nosso profundo pesar pelas vidas perdidas naquele dia e toda dor provocada por este acontecimento a tantos faialenses e açorianos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a aprovação de um Voto de Saudação pelo percurso realizado pelos faialenses, picoenses e jorgenses, assim como pelas entidades e personalidades da época, em todo o processo de reconstrução destas ilhas, em particular da ilha do Faial.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Governo Regional dos Açores, à Câmara e à Assembleia Municipal da Horta, às Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho da Horta, aos Conselhos de Ilha do Faial, do Pico e de São Jorge, às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Faial, do Pico e de São Jorge e ao Conselho Executivo e à Comissão Intermunicipal da Associação de Municípios do Triângulo.

Disse.

Sala das Sessões, 11 de julho de 2023

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a um voto de pesar que deu entrada na Mesa, pelo falecimento de Jaime Pereira Forjaz de Sampaio. É apresentado pelo PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente:

Voto de Pesar
Pelo falecimento de Jaime Pereira Forjaz de Sampaio

Jaime Pereira Forjaz de Sampaio, natural da freguesia de Água de Pau, na Lagoa, nasceu a 20 de agosto de 1945 e faleceu a 6 de março de 2023, aos 77 anos de idade.

Reconhecido médico ginecologista e obstetra em Ponta Delgada, deixou a terra que o viu nascer para abraçar a sua vocação: estudar Medicina, em Coimbra, em 1963.

Iniciou a sua carreira em 1975 como policlínico, depois como médico militar em Angola.

Mais tarde, viria a especializar-se em Obstetrícia em 1980, na Maternidade Dr. Daniel de Matos da Universidade de Coimbra.

O amor à terra natal viria a falar mais alto, tendo regressado a São Miguel em 1980, fixando-se em Ponta Delgada com a sua família.

Começou por exercer a sua atividade no Hospital de Ponta Delgada, a par com a consulta privada.

Sempre curioso e conhecedor do que se passava na sua área de especialidade no mundo, ambicionava trazer para a Região as melhores tecnologias. Por essa razão, rumou a Barcelona para se especializar em ecografia, sendo pioneiro e vanguardista na vigilância obstétrica nos Açores, na década de 80.

Ao longo da sua carreira foi diretor de serviço; mentor e organizador de reuniões e simpósios científicos, nacionais e internacionais, aproximando especialistas ao conhecimento, numa Região Ultraperiférica como a nossa.

Aposentou-se da função pública em 2004, mantendo a atividade profissional no consultório privado, sempre ativo, percorrendo a ilha para consultas e exames, estreitando laços com a população.

Até que em 2006, realiza o sonho de agregar no mesmo espaço uma solução completa para os utentes, concentrando várias especialidades e recursos técnicos, num atendimento e acompanhamento pautados pela qualidade, pela competência e pela inovação.

Nasce assim o Centro Médico Dr. Forjaz de Sampaio que abrange o laboratório de análises clínicas, exames médicos, a par de especialidades desde a medicina convencional à alternativa, sempre com sentido empreendedor.

Impulsionador no desenvolvimento e criação de respostas médicas, este é o maior legado que Jaime Forjaz de Sampaio deixa não só aos seus filhos como aos próprios pacientes e população em geral, que encontram neste espaço único uma oferta na área da saúde, sem esquecer a prevenção, apostando nos meios digitais de modo a garantir uma maior proximidade com a população.

Por razões de saúde, deixou de exercer a atividade em dezembro de 2008, nunca deixando, porém, de estar atento ao trabalho do Centro Médico Dr. Forjaz de Sampaio.

É descrito como uma pessoa excelente quer a nível pessoal, como profissional. Correto, exigente para consigo próprio e com os outros, de sorriso fácil e humor refinado, que o caracterizaram até ao fim.

Quem com ele privou, reconhece-o por agir sempre com sabedoria e rigor, transmitindo aos filhos os direitos e deveres do cidadão, bem como o amor pela natureza. E nessa relação familiar, esperava ser seguido pelos descendentes no desenvolvimento dos seus projetos ligados à qualidade de vida e saúde dos açorianos.

O voto agora apresentado manifesta o profundo pesar do Grupo Parlamentar do PSD/Açores pelo falecimento do Dr. Forjaz de Sampaio, e agradece publicamente o trabalho desenvolvido na garantia de respostas médicas à população, que ainda hoje serve.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do

PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de julho de 2023, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Jaime Forjaz Sampaio.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua Família, ao Centro Médico Dr. Forjaz Sampaio, ao Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo, bem como à Ordem dos Médicos - Açores.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de julho de 2023

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Valdemira Gouveia, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto de pesar pelo falecimento do Dr. Forjaz de Sampaio, médico obstetra, que dedicou a sua vida profissional ao conhecimento científico e clínica da saúde sexual e reprodutiva das mulheres da nossa Região, sempre aliando a vanguarda tecnológica com o humanismo, sem o qual os cuidados de saúde não podem existir.

Deixou-nos no dia 6 de março do corrente ano. À sua família, à sua esposa, Dra. Teresa Forjaz Sampaio, e aos seus filhos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta os seus mais sentidos pêsames.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Vamos então passar à votação deste voto de pesar. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminamos a apresentação e votação dos

votos. Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 39 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 05 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, terminada a apresentação e a votação dos votos, vamos prosseguir os nossos trabalhos com declarações políticas. Conforme combinado e acertado na Conferência de Líderes, compete ao Chega fazer a primeira declaração política.

Faça favor, Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não viemos para agradar, viemos para mudar!

A nossa missão não é fazer parte de um sistema podre, caduco e corrupto. Um processo que engana e compra os votos das pessoas, vendendo promessas, ilusões ou fantasias, com o maior descaramento, sem qualquer vergonha na cara.

Um sistema que usa o dinheiro dos contribuintes para se promover gratuitamente e garantir sempre o poder, sustentando uma crescente pobreza, um desrespeito pela dignidade humana, por quem trabalha com forte sacrifício. Um desprezo por aqueles que não têm o suficiente até o final de cada mês, por mais que trabalhem ou por mais que se esforcem.

Não nos vamos conformar com esse estado de coisas e vamos lutar para mudar.

A nossa luta é por uma terra mais justa e livre de corrupção. Queremos uns Açores que ofereçam oportunidades iguais para todos e onde não haja discriminação. Estamos determinados a criar um caminho que possibilite a todos os açorianos

viverem com dignidade e em condições de igualdade. Vamos lutar pelo direito de cada um ter as mesmas oportunidades, independentemente da classe social a que pertence.

Não será fácil, mas também não estamos sozinhos. Temos ao nosso lado um exército de pessoas que acreditam na nossa causa, que acreditam no nosso sonho de mudança.

Somos pessoas simples, trabalhadoras, que conhecem a realidade social e económica da nossa terra, andando na rua junto do Povo, com respeito e dedicação.

Não nos fechamos em gabinetes, imersos em inúteis papéis, a inventar soluções, simples remendos, que não passam de cuidados paliativos que não curam, mas apenas adiam os reais problemas das pessoas. Somos diferentes, vamos ao encontro das pessoas, ouvindo a sua voz.

Sr. Presidente:

O nosso objetivo é trabalhar com e para as pessoas, para que se sintam representadas e as suas necessidades sejam atendidas. A nossa intenção é colocar as pessoas no centro das decisões, para que elas possam influenciar, de forma positiva, as decisões políticas. Acreditamos que quando o Povo tem voz ativa na tomada de decisões, os resultados serão muito melhores para todos.

Estamos certos de que a nossa postura e a nossa ação incomodam muita gente, que os faz adjetivar o nosso partido e a nossa gente das piores coisas, porém isto só acontece porque conseguimos atacar o coração desta podridão política e social em que se continuam a alimentar uns, à custa do trabalho de outros. Lutamos pelo equilíbrio e pela justiça social por muito que nos ataquem.

A verdade é que o CHEGA não veio para agradar, mas sim viemos para mudar, gostem ou não, leve o tempo que levar.

É por isso que temos o compromisso de trabalhar arduamente para construir um sistema político que seja transparente e responsável, com instituições fortes e

sólidas. A nossa missão é criar uma sociedade melhor para todos: políticos responsáveis, servidores públicos honestos e governantes comprometidos com o bem-estar das pessoas. É assim que iremos fazer a diferença, não apenas por nós, mas também pelas gerações futuras!

O CHEGA está aqui para mudar este sistema, para criar um que possa servir a todos. Um que seja justo, honesto e responsável. Que não apenas prometa, mas que cumpra os compromissos com os cidadãos. Um que acredite na força do trabalho e na capacidade de mudança das pessoas. Um que olhe para o futuro, com visão de longo prazo e inovação. É esta a verdadeira missão que nos trouxe aqui, é isso o que vamos fazer: mudar!

Disse!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está realizada a declaração política e estão abertas as inscrições. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A declaração política que acabamos de ouvir, realmente, é algo que faz falta à política no nosso país, é algo que o português comum anseia, precisamente para que haja mais transparência na governação, menor custo na governação, mais rigor, mais proximidade ao eleitorado. Essa, efetivamente, é uma realidade indesmentível, mas que, infelizmente, não corresponde àquilo que o autor da própria declaração assim transmite.

Andar nas ruas de porta em porta ou nos centros onde se juntam pessoas para instigar parte da população contra a outra parte da população, andar nesses mesmos sítios a instigar cidadãos contra os agentes políticos, andar nestes sítios a falar das despesas e do mau uso dos dinheiros públicos por parte dos políticos, fazendo crer à população que os políticos são um grupo de malandros que usa e

abusa dos dinheiros públicos, é mensagem fácil. E nos tempos de dificuldades que passamos, é mensagem que efetivamente toca no coração das pessoas. Mas, Sras. e Srs. Deputados, o autor dessa declaração política será, no meu entender, o último a ter o direito de fazer esse tipo de politiquice, porque o partido que ele aqui representa não faz senão isso, instigar parte da população contra a outra parte da população.

A obrigação política que nós, enquanto agentes políticos, temos neste momento é de rigor na utilização dos dinheiros públicos, honestidade intelectual nos procedimentos. E isso, infelizmente, eu não vejo no presidente regional do partido que efetivamente fez essa declaração política.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Isto é do Chega! Não se olhe ao espelho!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho nesta declaração política do Deputado da Representação Parlamentar do Chega, porque ela suscitou-me algumas dúvidas sobre, efetivamente, a posição do Chega na política regional e neste Parlamento, na atualidade.

O Chega tem um discurso em que diz que o sistema está mal, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Está podre.

O Orador: ... que o sistema está podre, que precisa de uma limpeza. Aliás, é isso que está nas ruas, nos cartazes do Chega.

E eu, em primeiro lugar, sem deixar de perguntar ao Sr. Deputado José Pacheco quem é que quer limpar da Região, porque sabemos que a nível nacional as caras de quem quer limpar estão lá bem afixadas, nos Açores pressupõe-se que seria o

Governo.

Deputado José Pacheco (CH): Essa é a sua!

O Orador: Mas, vendo bem as coisas, parece-me que o senhor é um dos suportes deste Governo. Aliás, sem o Chega, este Governo não governaria.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ele quer limpar é o Bloco de Esquerda!

O Orador: Por isso, seria interessante perceber que sistema é esse que o senhor quer mudar, que é o sistema que o senhor e o Chega efetivamente apoiam, porque sem o apoio do Chega não haveria este Governo Regional, que o senhor, pelos vistos, agora critica.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Apresente uma moção de censura, Sr. Deputado!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor gostava!

O Orador: Mas quem tanto critica o sistema e a forma como considera que ele está montado... Eu também fico muitas vezes a aguardar pelas propostas do Chega para mudar aquilo que considera que está mal. E, efetivamente, pouco ou nada vemos esse nível. Aliás, uma das grandes bandeiras do Chega é, efetivamente, uma proposta que faz exatamente aquilo que o senhor tanto critica, que é excluir pessoas, muitas pessoas, aliás, 73% dos açorianos, de um apoio. Com base em quê? Na rua é onde vivem. Que é exatamente aquilo que faz o apoio à natalidade que o senhor tanto quis criar e que o Governo Regional lhe fez a vontade, que permite, efetivamente, excluir a maior parte da população dos Açores, 73% da população dos Açores. Para o Chega, pelos vistos, não têm os mesmos direitos.

Deputado José Pacheco (CH): Não é para o Chega, é para o Governo! O Chega sabe o que é que quer!

O Orador: Por isso, esta declaração política do Chega só merece, efetivamente, um apontar de um conjunto brutal que contradições e de alguém, de um partido, que, apoiando o Governo e sendo um dos principais responsáveis pela existência

desse Governo, vem aqui com um discurso sobre o sistema, quando o senhor é exatamente parte do sistema e é parte do problema que a Região tem neste momento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo mais inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado José Pacheco para encerrar esta declaração política. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não tenho muito mais a acrescentar ao que já foi dito naquele texto.

Apenas dizer uma frase que me ensinaram, já lá vão uns anos muito grandes, quanto a sistemas: os sistemas mudam-se por dentro, atirar pedras do lado de fora nunca resolveu coisa nenhuma.

Estou aqui para mudar, um dia de cada vez, um momento de cada vez, ouvindo as pessoas e sendo a voz das pessoas. E eu não devia ser o único, devíamos ser todos nós.

Muito obrigado.

Presidente: Muito bem. Está encerrada esta declaração política. Passamos para a próxima declaração política, da Iniciativa Liberal.

Dou a palavra ao Sr. Deputado José Luis Parreira.

Deputado José Luís Parreira (IL): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Açorianos:

Reduzir a pobreza, realizar os sonhos de quem escolhe viver nestas ilhas e aumentar a sua população residente só é possível se houver crescimento.

Ao contrário do que parece ser mais intuitivo, o caminho para a criação de riqueza e de bem-estar social depende muito mais da forma como se alocam os recursos do que da sua quantidade inicial.

Por isso é que economias livres em territórios inóspitos conseguem prosperar e territórios ricos em recursos naturais, mas com maior peso do Governo na economia, se mantêm na pobreza.

A Estónia, a Islândia ou a Irlanda são exemplos recentes de sucesso.

Não temos petróleo, mas temos mais de 40 anos de fundos comunitários e melhores condições edafoclimáticas do que qualquer um deles.

Anualmente, o Governo Regional é responsável por uma alocação de capital de 40% do PIB regional, dos quais aproximadamente 45% são fundos comunitários ou transferências do Estado.

Mesmo assim, a dívida da Região é superior a 68% da riqueza gerada anualmente pelos açorianos e aumentou mais de 60% só nos últimos 3 anos.

Isto significa que andamos a construir uma Região duplamente alavancada por fundos e por dívida. Uma combinação perigosa para o futuro destas ilhas, que todos amamos!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na primeira intervenção do FMI em Portugal, em 1977, Mário Soares afirmou que foi “a irresponsabilidade de certas intervenções estatais, como se o estado tivesse capacidade e saber para a tudo acudir, um dos fatores que levou à destruição do aparelho produtivo e à tessitura da economia portuguesa”.

Eu questiono quem de entre nós acredita que o Governo é melhor a alocar capital do que a média dos agentes económicos. É muito difícil ser-se melhor do que a média da economia na alocação de capital, Sras. e Srs. Deputados.

O Governo corre, com o dinheiro dos contribuintes europeus e nacionais ou das gerações vindouras que pagarão a dívida, riscos que a iniciativa privada não quer correr com o seu próprio dinheiro.

É difícil imaginar uma forma mais perigosa de tomar decisões do que deixá-las nas mãos de pessoas que não pagam o preço por estarem erradas. Ou seja, o risco é maior, mas o custo de capital é menor.

Por isso, os investimentos públicos, as linhas de crédito ou os apoios lançados pelo Governo desperdiçarão muito mais capital e recursos do que os empréstimos e investimentos privados.

Em suma, a longo prazo, não aumentam a produção regional e encorajam o mau investimento.

E as recessões acontecem exatamente porque houve destruição de capital e sucedem períodos de crédito barato. A história teima em repetir-se!

A política de poupança não só é no melhor interesse de cada pessoa, como também é no melhor interesse do país.

Cada euro gasto pela iniciativa privada, seja em bens de consumo ou em bens de capital, cria, em cada momento, tanto emprego como cada euro gasto pelo Governo.

A diferença está na forma como o capital é alocado.

Os apoios concedidos pelo Governo estimulam um número maior de investimentos especulativos que não podem continuar a não ser nas condições artificiais que os fizeram nascer.

No longo prazo, serão necessárias novas linhas de crédito governamentais ou novos quadros comunitários para os sustentar. Com isso, o Governo cria a ilusão de uma Região mais rica, tal como adicionar água ao leite cria a ilusão de que há mais deste bem.

Os fundos comunitários, repito, são como recursos naturais não renováveis.

Países como a Noruega usam os rendimentos desses recursos para comprar negócios noutras partes do mundo que continuarão a gerar lucros por muitos mais anos depois de o petróleo acabar.

Por cá, é tão irresponsável acreditar que os fundos continuarão a crescer ano após ano, tal como foi irresponsável por parte daqueles bancos internacionais que recentemente declararam falência não terem acautelado a subida das taxas de juro após anos atípicos de baixos juros.

Nós temos uma guerra para vencer na Ucrânia, Sras. e Srs. Deputados!

Temos um país para reconstruir das cinzas.

Temos outros países mais pobres do que nós que irão aderir à União, nos próximos anos.

E envergonha-me como Açoriano que, enquanto jovens da minha idade morrem lutando o inimigo mais perigoso e imprevisível do novo século, o nosso Governo, os nossos representantes na União Europeia, tudo o que têm para contribuir para o projeto Europeu seja pedir os mesmos e mais fundos para a Região e alegar que “não há condições orçamentais para a adesão de novos países”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os desafios que enfrentamos hoje cruzam linhas divisórias entre partidos. A escolha não é entre esquerda ou direita, senão entre crescer ou decrescer. Crescer para os 300 mil habitantes ou decrescer até aos 200 mil, seguindo a tendência dos últimos censos.

Podemos negociar a utilização dos fundos europeus para pagar a nossa dívida, reduzir custos de administração em empresas públicas, indemnizando quem sofrer com os cortes, ou investir à semelhança de outros fundos soberanos.

Ou podemos continuar, ano após ano, a discutir o relatório do Tribunal de Contas que diz que a situação das finanças públicas da Região está cada vez pior...

Podemos ter uma Região mais amiga do investimento externo e onde resta mais capital disponível para as famílias investirem e providenciarem o seu futuro, deixando mais riqueza às gerações vindouras e, portanto, um melhor ponto de partida...

Ou podemos continuar as políticas de destruição de capital que resultam no estado a que chegamos: uma Região desertificada onde se vive para pagar contas e impostos.

O futuro é incerto, mas a esperança é liberal!

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a declaração política. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Tenho tempo e vou estarracá-lo todo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado do IL, gostaria de lhe dizer que também sinto vergonha (não preciso de usar muito tempo para isso). Sempre que entra um novo país na União Europeia, nós continuamos na cauda da Europa, nós continuamos naquilo que é o topo da pobreza. Algo que está errado. Se há dinheiro, então o que é que falha? Falha quem nos governa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Mais inscrições? A este ritmo, fazemos as declarações políticas todas hoje...

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começava a minha intervenção por felicitar o Sr. Deputado José Luís Parreira pela brilhante declaração política que nos trouxe, a clareza do pensamento que tem sobre aquela que deve ser a nossa sociedade e sobre aquilo que ele entende e que eu também entendo que deve ser o futuro dos Açores. Portanto, Sr. Deputado, parabéns pela sua intervenção.

Queria, no âmbito ainda desta minha intervenção, dizer que se nota bem a diferença de quem quer estar na política para servir, com ideias, com ideais, com princípios e sem querer fazer da política a sua casa para sempre. Portanto, essa declaração política de um jovem liberal é uma lufada de ar fresco nesta Assembleia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta manhã, tivemos já aqui duas declarações políticas de dois parceiros da coligação e deste Governo que votam a favor de tudo e mais alguma coisa, mas agora dizem-se envergonhados com o estado a que chegámos. É bem evidente o incómodo que eles sentem, mas a verdade é que eles são cúmplices dos resultados desta governação.

E, portanto, o Deputado José Parreira veio aqui falar das virtudes do liberalismo, das suas potencialidades, do milagre económico e social que ele representa, ao mesmo tempo que criticou o fracasso das políticas deste Governo. E, portanto, há aqui um paradoxo.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E dos anteriores! Esqueceu-se dessa parte.

O Orador: O liberalismo é tão bom, tão bom, tão bom, mas, afinal, os resultados dos elevados défices, das elevadas dívidas que referiu, e bem, não são resultado também do liberalismo?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): “E bem”! O senhor disse: “e bem”!

O Orador: Afinal, em que é que ficamos, a Iniciativa Liberal apoia ou não apoia este Governo e a coligação que o suporta? Não votaram a favor dos três Orçamentos?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O paradoxo existe ou não existe?

O Orador: Não continuam a votar ao lado do Governo nas matérias que são mais estruturantes? Não é a Iniciativa Liberal responsável pelo aumento da dívida em dois anos de mais de 750 milhões de euros?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já vai em 700!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Só em 2022 foram 501!

O Orador: Não é a Iniciativa Liberal responsável pelos défices acumulados de mais de 800 milhões de euros?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Essas contas estão certas?

O Orador: Não são os senhores cúmplices desta governação de direita que governa nos últimos dois anos e meio?

Afinal, em que é que ficamos, Sr. Deputado? O liberalismo é assim tão bom, mas só é bom para aquilo que interessa, porque, na prática, nos últimos dois anos, ele revela o fracasso das políticas de direita, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não apoiado!

O Orador: ... que incluem as virtudes do modelo liberal que o senhor tanto defende.

E, portanto, fica aqui uma dúvida no ar: afinal, a Iniciativa Liberal é, ou não, responsável pelo aumento da dívida e pelo aumento do défice? Afinal, as políticas de direita dos últimos dois anos e meio não geraram um prejuízo para a SATA de mais de 142 milhões de euros?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para quem?

O Orador: Afinal, a dívida a fornecedores dos hospitais...

Eu percebo que os senhores fiquem incomodados, mas os números são o que são.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não, não são!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Esses números estão certos?

Deputado Carlos Freitas (PSD): O senhor devia ter vergonha de falar da SATA!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Dois “Cachalotes”!

O Orador: Afinal, o sistema podre que os senhores defendem, apoiam e votam a

favor não é responsável pelo aumento da dívida a fornecedores, dos hospitais e das demais empresas públicas, da falta de apoios às empresas, às famílias, do aumento da taxa de risco de pobreza, que em 2021 aumentou e regredimos comparativamente aos anos anteriores, também no PIB? E fala tanto do modelo económico e das potencialidades do crescimento do PIB, mas a verdade é que, em 2021, a Região regrediu no PIB per capita para níveis de 1998. E isso também é o resultado das vossas políticas, das políticas de direita que implementaram e que não estão a ter sucesso.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, a pergunta que se imponha é: os senhores continuam ou não continuam a apoiar este Governo e as políticas que ele, dia após dia, apresenta e os resultados que prejudicam diariamente as empresas e as famílias açorianas? Porque não basta vir criticar, é preciso ser coerente. E, portanto, falar de umas coisas e omitir o restante, não nos parece que seja a visão adequada...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Foi o senhor que fez!

O Orador: ... e não me parece que seja uma atitude responsável perante tantos problemas que os açorianos enfrentam hoje em dia.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero desejar boa sorte ao nosso novo colega, o Sr. Deputado José Luis Parreira, da Iniciativa Liberal. E que consiga todo o sucesso que pretende, desde que não

seja para crescimento desenfreado e delapidar tudo o que seja os nossos recursos. Isto porque eu tenho uma veia de liberalismo, não de neoliberalismo, mas o liberalismo em termos teóricos. Gosto do liberalismo, sem dúvida, mas o liberalismo tem graves problemas. E tem graves problemas, porque... O Sr. Deputado da Iniciativa Liberal falou sobre FMI em 79 e esquece-se, também, do que aconteceu depois do *subprime* de 2008, onde nós tivemos outra vez o FMI a mandar no país e a fazer o que queria.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O interessante é que é sempre a seguir às políticas do PS!

O Orador: Eu falo sobre o *subprime* de 2008 e pergunto: foi feito por quem? Foi feito pelo Estado ou foi feito pelos privados? Será que não foi feito pelas entidades de *rating* que metiam AAA (triplo A) sobre as dívidas que não tinham sequer alguma segurança para os próprios bancos, apenas para dar muito mais lucros às empresas privadas, sobre uma especulação que rebentou com a economia mundial, com o autógrafo do liberalismo? Esse é o problema. E quem é que salvou as economias a nível mundial? Foi o Estado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ora aí está!

O Orador: E aí não vejo a Iniciativa Liberal a dizer alguma coisa. Porque se nós não tivermos o Estado, todos os contribuintes, todas as pessoas desse Estado – e aqui na Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional –, eu gostaria de saber o que é que a Iniciativa Liberal iria fazer. É crescimento? Mas crescimento, como? De um dia para o outro? Obviamente que é impossível. Podemos ser utópicos. Eu também tenho a minha veia utópica, sem dúvida. Mas temos que ser realistas. Se nós não tivermos o Estado e se não tivermos uma vertente social forte, ainda para mais numa região autónoma como a nossa, que não é uma região rica, pelo contrário, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): E insular!

O Orador: ... obviamente, e insular, muito obrigado, Sr. Vice-Presidente... A

Iniciativa Liberal não iria salvar absolutamente nada, morríamos todos à fome. E para termos crescimento a todo o custo, apenas para ter crescimento e esquecermos totalmente o crescimento sustentável e económico, seja a nível social, seja a nível ambiental, seja a nível financeiro, temos também outro grande problema. Aliás, onde o Sr. Deputado está neste momento, não sei se sabe, mas eu vou-lhe informar, o maior patrão da ilha do Faial é o Governo Regional, mais de 80%. Se você não tivesse a empregabilidade do Governo, o que é que seria desta ilha? E falo desta porque nós estamos aqui. Podia falar de outras ilhas. Olhe, 81,2%, Sr. Deputado do PPM. 81,2% de empregabilidade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Está a contar com todas as Secretarias que têm sede aqui e isso não pode ser feito assim!

O Orador: Claro, mas é feito assim. Estamos a falar das pessoas que estão, obviamente, nesta ilha. É assim que eu faço.

Cada um tem os seus argumentos e poderemos usar os nossos argumentos para provir àquilo que nós defendemos, mas, à partida, estou a falar da ilha do Faial geograficamente e geopoliticamente, estejam as Secretarias aqui ou não. É exatamente por isso, obviamente. Até este Parlamento, obviamente, também ajuda a ilha nesse aspeto. Temos outras ilhas que têm, obviamente, outro tipo de economia que vai ajudar o PIB e vai ajudar a empregabilidade das outras ilhas. Isso, obviamente, é um argumento que dá para todos e não dá para nenhum. Tudo depende daquilo que nós pretendemos fazer com a informação que nós temos.

E, por isso, Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, continuo a dizer-lhe: espero que consiga o maior sucesso, mas tenho que olhar para o liberalismo. E o liberalismo numa região autónoma como a nossa é bastante complicado. No continente talvez seja um bocadinho mais fácil, a gente consegue enganar uns jovens... mas aqui talvez seja mais difícil, porque, se não houvesse a vertente social, nós fechávamos

a loja.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos na manhã das contradições. Tivemos há pouco o Chega e agora a Iniciativa Liberal. E, curiosamente, é de assinalar que são os partidos que, não fazendo parte do Governo, apoiavam ou apoiam, aliás, apoiam o Governo Regional.

Chegados aqui a esta fase da legislatura, os partidos que quiseram ficar na fotografia como os grandes responsáveis pela viabilização de um novo Governo Regional de direita, chegam a meados de 2023 e querem-se pôr de fora dessa fotografia. Já assistimos aqui a diversos episódios, até com o rasgar de acordos em direto, que dizem bem de uma certa vergonha que já sentem pelas políticas do Governo Regional.

Bem, é isto que se conclui destas duas declarações políticas, desta também em particular, porque, senão vejamos, a Iniciativa Liberal, que agora diz que já não apoia o Governo, veremos, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Já rasgou o acordo! Sr. Deputado Vasco Cordeiro, vamos a uma moção de censura!

O Orador: ... começa por tecer um conjunto de considerações teóricas por tudo o que é intervenção e apoio do Estado e sobre os apoios que a União Europeia atribui, que a Região atribui, diabolizando esses apoios, que, aliás, nos Açores, esses apoios e esse investimento público é fundamental nas mais diversas áreas, a começar por aquelas que são centrais para o desenvolvimento da Região e para o bem-estar das populações, como a saúde, como a educação.

E a Iniciativa Liberal vê tudo isso um problema, exceto, atenção, se for um apoio

criado pela Iniciativa Liberal para subsidiar a compra de navios. Aí, para três ou quatro empresários, para três ou quatro empresas, esses apoios do Estado já são bons, já podem ser porque são da Iniciativa Liberal. E isso, certamente, é muito liberal. Não prestam os apoios públicos para a maior parte da economia, exceto se for para aqueles que Iniciativa Liberal considera que são muito necessitados. A Iniciativa Liberal diaboliza o investimento público, exceto se for aquele que é direcionado para um setor da economia específico. E aí já está tudo bem, essa intervenção do Estado faz todo sentido porque é da Iniciativa Liberal.

Diaboliza o recurso ao endividamento, acha que isso é o pior dos males de um país ou de uma Região. Mas a Iniciativa Liberal já olhou para os resultados, para as Contas da Região de 2021 e 2022?! Teremos a oportunidade de debater a de 2021 este ano, mas a Iniciativa Liberal aprovou esses Orçamentos com enormes aumentos do endividamento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: O Bloco de Esquerda não diaboliza o endividamento. Mas a Iniciativa Liberal aprovou esses dois Orçamentos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Todos os dias o senhor apresenta propostas que aumentam a despesa!

O Orador: E a Iniciativa Liberal já olhou para aquilo que está a suceder com a sua imposição ou a sua opção pelo endividamento zero? Já olhou para as suas consequências? Já olhou para os boletins de execução orçamental que dizem que até maio o saldo global consolidado é de 82,5 milhões de euros? Sabe o que é que isso quer dizer? Que são os fornecedores, as empresas que a Iniciativa Liberal diz tanto defender, que estão a pagar o défice da Região, que estão a pagar o endividamento da Região. Porque a dívida existe, não é dívida financeira, é dívida aos fornecedores. E é esse liberalismo que defende a Iniciativa Liberal?! Em vez de pedirmos emprestado à banca, pedimos emprestado às empresas que fornecem a Região. É esse o liberalismo da Iniciativa Liberal?!

Bem, este conjunto de contradições só demonstra efetivamente que os partidos que apoiam o Governo estão claramente a colocar-se fora da fotografia desta legislatura e das políticas deste Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda temos propostas liberais do Bloco esta semana!

O Orador: E isso é um sinal muito claro do quão errada está a política do Governo nesta altura do campeonato e os problemas que isto está a trazer às pessoas, às famílias, às associações e às empresas da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No seguimento da intervenção do Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, a quem dou as boas-vindas a este plenário, gostaria de dar nota, em nome do Governo, de números muito simples e claros. Temos a maior população ativa da história, a maior população empregada da história, um crescimento há 24 meses consecutivos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... um turismo pujante, a agricultura e as pescas a fortalecerem-se, as exportações a crescerem! Isto é a economia dos Açores em 2023!

Voices dos Deputados das bancadas do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado José Ávila (PS): A rebentarem com os *stocks*!

O Orador: E aqueles que proclamam sempre a vinda do Diabo, que diziam que a Tarifa Açores era impossível, que diziam que a descida de impostos era catastrófica, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... continuam a anunciar dia a dia o Diabo. E o que vem é o sol a raiar da economia dos Açores!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já que não tive oportunidade, até fiz uma conferência de imprensa e ninguém me questionou sobre as afirmações do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, de ontem, permitam-me aqui, também, ter uma oportunidade para, em público, dizer que aquilo que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro disse ontem é falso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: É falso!

Eu vou fazer entregar na Mesa um documento com os números que aqui vou explicitar e que são tão simples quanto isto: em 2020, a dívida direta era de 2180 milhões; em 2022, 2811 milhões – um crescimento de 631 milhões.

Mas vejamos: o Sr. Deputado Cordeiro, quando estava no poder, era especialista em contas de sumir, fez sumir o capital da SATA, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... fez sumir capital de muitas empresas do Setor Público Empresarial, fez sumir milhões e milhões. Agora, é especialista em somar, mas em somar à moda de um antigo dono de um restaurante micaelense, que ao valor da comida somava a mesa e a data.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo)

E o Sr. Deputado Vasco Cordeiro faz um pouco isto hoje em dia, é que ele acusa este Governo de aumentar a dívida, somando nessa dívida aquilo que este Governo teve que acomodar das dívidas que herdamos dele. É extraordinário! É extraordinário!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): É como a sua teoria das responsabilidades financeiras da Região!

O Orador: A verdade é que, desses 631 milhões de crescimento dívida direta, 227 milhões são de acomodação e internalização de dívidas que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro deixou à Região, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... da Santa Catarina, da Lotaçor, da SATA e da Azorina.

E, portanto, a diferença de cerca de 400 milhões, de facto, foi o crescimento líquido da dívida direta da Região. Só que, segundo o Tribunal de Contas, em 21 e 22, desses 400 milhões, 174 milhões foram para a Covid, despesa irrepetível e que teve que se fazer. O que quer dizer que, retirando aquilo que herdamos do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, retirando aquilo que tivemos todos que assegurar por causa da Covid, estamos a falar de 226 milhões de euros de crescimento da dívida direta. Isto é, em dois anos, a média é de 113 milhões, abaixo dos 150 milhões de dívida que o Sr. Deputado fazia crescer, em média, na anterior legislatura.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E em relação às dívidas a fornecedores, que é importante que aqui se explique, já que ninguém perguntou nem veio pedir uma reação ao Governo, também aproveito para explicar essa matéria, os 93 milhões de euros que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro fala de crescimento de dívidas a fornecedores, ele sabe ou pelo menos devia saber, face às responsabilidades que tem, que o Tribunal de Contas, ao longo dos anos, vinha a apontar que nessas dívidas a fornecedores não se estavam a contar contratos-programa, por exemplo. E se fizermos a conta ao mesmo nível daquilo que o Tribunal de Contas apontava, o que temos é uma dívida, em 2019, de 270,4; em 2020, de 274,1; e em 2022, de 279. Foi este o crescimento que tivemos.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, fica aqui muito claro aquilo que é a realidade das finanças dos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: Mas também posso dar uma notícia a esta câmara, que acho que é importante: no final do primeiro semestre de 2023, tivemos a maior execução dos últimos 10 anos do Plano desta Região, ...

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... um valor de 40,3% de execução do Plano, em termos relativos. E

em termos absolutos, o segundo maior valor do primeiro semestre da história, só ultrapassado em 2020 por causa da Covid.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): E a declaração política, Sr. Deputado?

O Orador: É este o descalabro que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro fala das finanças regionais?! A melhor execução de sempre do Plano Regional! Estas dívidas que tivemos que pagar do Sr. Deputado Vasco Cordeiro... Um verdadeiro descalabro foi aquele que os açorianos penalizaram o Sr. Deputado Vasco Cordeiro nas urnas e que não querem repetir.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: E por isso é que apoiam cada vez mais e com mais ênfase as políticas de que este Governo está a seguir.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O Governo está alheado da realidade, Sr. Secretário!

O Orador: E é por isso também que temos os bons números do emprego, que temos os bons números de crescimento. E é por isso também que cada vez mais açorianos se somam à esperança que este Governo produz nos Açores e penalizam aqueles que anunciam o Diabo, quando o Diabo foram eles próprios quando estavam a gerir esta Região!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, pede a palavra para...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Um protesto.

Presidente: Um protesto a...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): À condução dos trabalhos.

Presidente: À condução dos trabalhos?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então é à Mesa!

Presidente: Então é à Mesa. Faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente da Assembleia, não posso deixar de lamentar que o Sr. Secretário Regional das Finanças tenha utilizado a declaração política da Iniciativa Liberal para responder àquilo que eu nem sequer intervimos neste momento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O seu Grupo Parlamentar respondeu à declaração política!

O Orador: E tenho muita pena que V. Exa., Sr. Presidente, tenha assistido impávido e sereno a uma intervenção que fugiu completamente àquilo que, na minha análise, certamente não é a sua, estava aqui a ser discutido, sobretudo, e é isso que eu considero que é particularmente lamentável, quando V. Exa. sabe que nem o Deputado Vasco Cordeiro nem a bancada do Partido Socialista tinham qualquer possibilidade de intervir para debater este assunto.

(Aparte inaudível)

O Deputado Carlos Silva interveio no âmbito da declaração política do Sr. Deputado...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Ah!

O Orador: Não, não é igual.

Por último, eu tenho muita pena, Sr. Presidente, que, quer da parte do Governo, quer da parte de V. Exa., num assunto que me parece importante, que julgo merecedor de um debate que permitisse esclarecê-lo nos devidos termos, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Um debate de urgência!

O Orador: ... tenham preferido, exatamente, seguir este caminho do que criar as condições para um debate sobre esse assunto. A decisão está tomada. E a mim só me resta, profundamente, lamentar que tenha sido este o caminho.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o enquadramento que a Mesa fez é que o Sr. Deputado José Luis Parreira também falou do crescimento da economia e do crescimento da dívida. E, portanto, achou enquadrado no tema. É assim mesmo, temos entendimentos diferentes.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, para...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, faça favor.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Apenas para fazer uma interpelação sobre a condução dos trabalhos, solicitando a V. Exa. que relembre ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na intervenção que fez no âmbito da declaração política da Iniciativa Liberal, fez questão de falar também da intervenção política do partido Chega, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Fez uma menção, uma referência, um enquadramento!

O Orador: ... o que, naturalmente, deve levar, também, o Sr. Deputado Vasco

Cordeiro a incluir no seu protesto o facto de o seu Grupo Parlamentar não ter respeitado a condução dos trabalhos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo por dar as boas-vindas ao Sr. Deputado José Luis Parreira pela sua primeira participação no plenário.

Relativamente à sua intervenção e àquilo que têm sido as propostas, aquilo que têm sido os acordos ou as votações da Iniciativa Liberal, há quatro matérias que são essenciais para o Governo da coligação, que são essenciais para os partidos que apoiam a coligação, sobre as quais a Iniciativa Liberal esteve de acordo e que acho que são fundamentais para a Região. A primeira é a redução fiscal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Foi uma medida que teve o apoio e foi negociada com a Iniciativa Liberal. Foi uma proposta, uma medida aprovada por este Governo e que nós consideramos essencial. Do ponto de vista ideológico diz muito ao PSD, como também diz à Iniciativa Liberal. Mas, sobretudo, foi uma mais-valia para a economia da Região. E, portanto, esta medida foi transversal e cruzou-se com

aquilo que eram as propostas da Iniciativa Liberal.

A segunda medida que para nós é essencial e que também a Iniciativa Liberal apoiou é a privatização da SATA Internacional. Para nós é essencial.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: É uma empresa que já demonstrou que dificilmente poderá ser viabilizada no âmbito daquilo que é o mercado regional sem que haja aqui a incorporação num grupo mais vasto que dê viabilidade à empresa, como acontece com a TAP.

E nestas duas primeiras medidas temos sempre o Partido Socialista contra. E aquilo que defende relativamente à SATA Internacional seria, porventura, privatizar 49% do seu capital, ou seja, não privatizar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Mas há uma terceira medida que para nós é essencial e que também foi apresentada ou proposta pela Iniciativa Liberal, que é o endividamento zero e que já está em vigor em 2023. E tem sido mais uma criticada pelo Partido Socialista e também por outras forças políticas, ...

Deputado Berto Messias (PS): E por parceiros sociais, não é só por forças políticas!

O Orador: ... até por alguns agentes sociais e empresariais. Mas nós defendemos que é essencial para as condições de sustentabilidade da economia e das finanças regionais, naquilo que são as condições que este Governo encontrou quando chegou ao poder, no final de 2020.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É bem lembrado!

O Orador: E há uma quarta medida, que é comum, que foi a extinção de um conjunto de empresas públicas, que nós já defendíamos e que a Iniciativa Liberal já defendia. Portanto, apesar das diferenças, apesar do acordo rasgado, há aqui quatro medidas que são essenciais, que a Iniciativa Liberal apoiou e que nós pensamos que são, sobretudo, importantes para os Açores.

Relativamente àquilo que deve ser a sua perceção do que se passa aqui neste plenário, eu penso que deve ser de admiração daquilo que é a postura do Partido Socialista neste debate, como noutros. Depois de ter chegado ao endividamento elevadíssimo na Região, como chegou, neste momento é aquele partido que mais critica o endividamento da Região e aquilo que são as contas da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Carlos Silva (PS): O ritmo do endividamento da Região!

O Orador: Aquilo que é o critério que o Partido Socialista sempre defendeu, que é a dívida bruta, nós sempre defendemos que era um critério redutor.

Deputado Carlos Silva (PS): E qual era o seu critério?

Deputado Berto Messias (PS): É como o critério do Sr. Secretário Duarte Freitas quanto às responsabilidades financeiras: é a mesa, a cadeira, a data...

O Orador: E era redutor, porquê? Era redutor porque escondia tudo aquilo que não estava no perímetro orçamental.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: Enquanto nós defendíamos que se devia entrar com o que não estava no perímetro orçamental, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E quanto é que isso dá?

O Orador: ... o Partido Socialista o que é que fazia? Não, isso não entra, não faz parte dos critérios do INE.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Então diga lá quanto é que dá segundo esse critério!

O Orador: Eu já vou chegar lá.

E aquilo que nós sempre defendemos é que, mais cedo ou mais tarde, o que estava fora do perímetro chegaria ao perímetro. É o que está a acontecer agora.

E aquilo que é a sua curiosidade e que é a curiosidade do Partido Socialista é tão simples como...

Deputado Carlos Silva (PS): Diga lá!

O Orador: E sem contrariar os números, que é uma abordagem diferente, olhando para a notificação do défice de 2020 e 2022, a dívida bruta, que foi o critério que os senhores sempre defenderam, aumentou 617 milhões de euros entre o final de 2020 e o final de 2022.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas não é o seu critério!

O Orador: São as contas que estão publicadas no INE, 617 milhões de euros. Agora, o que é que está incluído temos nesses 617 milhões de euros? Nós temos, nesses 617 milhões de euros, 390 milhões de euros ligados à SATA, ...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... entre a assunção de avales, a injeção de capital. E é fácil demonstrar isso.

Deputado Carlos Silva (PS): E tem fundos do PRR!

O Orador: E se há dúvidas, nós podemos fazer chegar à Mesa. Dos 617 milhões, 390 milhões são SATA. Depois, temos 42 milhões de euros, desses 617 milhões, que são Sinaga, Lotaçor, Santa Catarina, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Herança!

Deputada Andreia Cardoso (PS): São opções!

O Orador: ... que foi a internalização dessas empresas que estavam fora do perímetro! Aquilo que o PS sempre defendeu: está fora do perímetro, não conta. Mas conta. E chega ao dia em que passa a contar.

E há outro dado, que o Sr. Secretário já falou, que são os 174 milhões de euros de despesas Covid.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E a receita dos fundos Covid?

O Orador: São despesas que não se repetem.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E os fundos da Covid? A receita?

O Orador: E, portanto, desses 617 milhões do aumento da dívida bruta, que era o vosso critério, é preciso olhar para a composição.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É preciso é olhar para os dois lados da tabela!

O Orador: E chegamos à conclusão que do endividamento, tirando a SATA, tirando a Covid, sobra pouco.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Claro! Agora são as contas de sumir!

O Orador: Felizmente para os açorianos que essas contas não se repetem, quer a SATA porque o Governo não pode injetar mais dinheiro, quer a Covid porque, felizmente, já acabou.

E, portanto, Sr. Deputado José Luís Parreira, nós estamos disponíveis para qualquer diálogo que exista possível relativamente à dívida pública. Mas aquilo que diz o Partido Socialista é demagogia, demagogia de mau pagador.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado António Vasco.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Desde já, também, saúdo o Sr. Deputado José Luís Parreira pela sua primeira presença neste Parlamento.

Relativamente à declaração política que a Iniciativa Liberal nos traz aqui, eu devo-lhe dizer, Sr. Deputado, que o liberalismo que o senhor advoga não funciona nos Açores. E basta olhar para aquilo que era o manifesto eleitoral da própria Iniciativa Liberal a nível nacional e para os Açores, estamos a falar de realidades distintas, porque, talvez, julgo que há um erro na análise daquilo que é o tecido empresarial açoriano, daquilo que é o tecido social dos Açores.

E digo-lhe que, relativamente à questão dos fundos comunitários, há algo que é

de extrema importância: os fundos comunitários são de extrema importância para a convergência, que é esse o Projeto Europeu. O Projeto Europeu é a convergência entre Estados, a convergência de indicadores, a convergência seja na diminuição da pobreza, seja no crescimento económico e no nivelamento, por cima, daquilo que são os direitos, as garantias, os serviços, as liberdades que se conseguem em cada uma das sociedades.

Ora, a solução que apresentou é pagar a dívida com fundos comunitários. E o que lhe pergunto é se estão criadas condições na nossa Região para que sete, já para não ir mais longe... mas para que pelo menos sete das nove ilhas possam prosperar. Se estão criadas as condições. Aquilo que o senhor propõe é passar sete das nove ilhas de ilhas a ilhéus.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É o desaparecimento. Porquê? Porque, efetivamente, não foram criadas as condições suficientes que levem, exatamente, a garantir os direitos e as garantias que todos nós aqui assumimos como essenciais para garantir a coesão territorial. E essa coesão territorial não foi garantida. E nós, neste momento, não temos qualquer condição de dizer e negociar com a comunidade europeia: olhe, peguem nos fundos comunitários, pagamos a dívida, porque nós agora estamos por nossa conta. Isso é falso! Esse liberalismo que o senhor advoga, reitero, é levar sete das nove ilhas de ilhas a ilhéus, única e exclusivamente.

E devo-lhe dizer, depois, aqui, que o Sr. Deputado Carlos Silva e o Bloco de Esquerda, também, põem por atacado a declaração política da Iniciativa Liberal e do Chega dizendo que denotam que estes dois partidos estão “envergonhados com o fracasso deste Governo” – é a vossa expressão.

Eu devo dizer que o Sr. Deputado Carlos Silva e o Sr. Deputado António Lima, sobretudo o Sr. Deputado Carlos Silva, esquecem-se que a falta de convergência que os sucessivos Governos Socialistas nos deixaram é que levaram, efetivamente, a que nós precisássemos e continuássemos a ter que fazer estes

investimentos e que tivéssemos que acomodar a dívida que herdamos dos sucessivos Governos Socialistas. Esse é que é o facto.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, depois, falou, inclusivamente, nas questões de saúde. Devo-lhe dizer e relembrar-lhe, Sr. Deputado Carlos Silva, que só na saúde este Governo herdou 150 milhões de dívida a fornecedores! 150 milhões de dívida! O esforço da dívida foi exatamente para colmatar logo no primeiro ano de governação. Estão a falar e trouxeram à colação a Conta de 2022, que logo à tarde, eventualmente, vamos ter uma discussão mais aprofundada. E, exatamente, isso foi um dos fatores, logo no início da governação, a quantidade de dívida. Porquê? Porque pela primeira vez passou a haver transparência na Conta, que é outro fator importante. Mas logo à tarde lá iremos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Oh, sim! Nota-se!

O Orador: E devo dizer que o Sr. Deputado Carlos Silva e o Sr. Deputado António Lima o que esquecem é exatamente o reverso e aquilo que aconteceu com esta governação, sobretudo os sucessos, que têm a ver com o quê? Neste momento, o menor desemprego, o maior número de pessoas empregadas, 24 meses de crescimento económico consecutivo. Isso deve-se a quê? À diminuição da carga fiscal, Sr. Deputado José Luis Parreira. Está a ver? Este Governo, afinal, teve boas ações, que vieram, efetivamente, contrariar aquilo que eram os ciclos do passado. E essa diminuição da carga fiscal foi para os açorianos e para as empresas açorianas. E esse tem sido o caminho deste Governo, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que muito nos orgulha que tenha estado a ser trilhado.

E devo dizer, também, em nota apenas ao Sr. Deputado Pedro Neves, porque falou na questão do emprego público e, nomeadamente, aqui na ilha do Faial, eu devo-lhe dizer que, se converter o percentual que referiu do emprego público no Faial em números exatos de funcionários, vai verificar que, afinal, há mais gente do que aqueles que são os habitantes do Faial. E isso prende-se exatamente com aquilo que lhe foi dito, que é a contabilização dos funcionários como funcionários públicos da ilha com tudo aquilo que está alocado às secretarias e departamentos governamentais desta ilha.

Deputado Pedro Neves (PAN): Em que ilha? Diga que ilha!

O Orador: Sim, mas se somar, Sr. Deputado, estamos a falar, se calhar, de 17 mil pessoas. No Faial vivem menos de 15 mil.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, pede a palavra para...

Deputado Carlos Silva (PS): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, peço uma interpelação para fazer notar que irei entregar novamente à Mesa os dados referentes ao PIB per capita de 2021, que entreguei no plenário passado, mas, aparentemente, o Deputado Rui Martins...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Terceira intervenção do Partido Socialista!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Eu estava a dizer que irei entregar à Mesa os dados do PIB per capita

de 2021 que comprovam que a Região divergiu em 2021, ao contrário daquilo que foi afirmado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, em relação à Iniciativa Liberal e ao discurso que a Iniciativa Liberal ali fez, é um discurso doutrinário, exclusivamente doutrinário, é a defesa do liberalismo puro. Bem, esse liberalismo puro não existe em nenhum país do mundo, nem nos Estados Unidos. Esse liberalismo puro já existiu no século XIX. Existiu, por exemplo, em Inglaterra. E houve, de facto, crescimento económico, mas à custa de uma exploração brutal da mão de obra, com horários de trabalho e condições de trabalho absolutamente degradantes para um grande conjunto de trabalhadores, com a exploração e o trabalho infantil, com a exploração de matérias-primas das colónias, com a criação de mercados em que se podiam vender os produtos dos ingleses na Índia e em muitas outras regiões, que eram obrigadas a comprar a produção que era realizada por essa economia liberal. E, portanto, esse liberalismo, não, muito obrigado!

Nós, levámos os últimos 200 anos a evoluir de forma civilizacional, tendo o Estado a função fundamental de regular os lucros que são obtidos e redistribuí-los, garantir direitos aos trabalhadores e garantir a redistribuição da riqueza. E, portanto, isso é fundamental. São 200 anos de evolução civilizacional. E eu não posso concordar com essa visão neoliberal. Eu não posso concordar com esse retrocesso de 200 anos em relação à ausência total do Estado e do seu papel, que tem permitido uma evolução muito grande em termos de condição de vida das populações, do bem-estar e daquela que é a igualdade que nós temos, que nada tem a ver com as condições prevaletentes no século XIX.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, não se trata de um progresso, trata-se de um retrocesso, um retrocesso brutal se fosse colocado a funcionar o que ali foi defendido pela Iniciativa Liberal, há pouco, no discurso que foi realizado.

Aliás, nós temos agora exemplos disso mesmo. O que é que se verificou quando se detetou que, afinal, não existia uma regulação da banca? Foram os bancos do Estado que provocaram estas crises brutais que a população dos Açores, de Portugal e do mundo estão a pagar, estes lucros tremendos, os privilégios tremendos que nós todos estamos a pagar?! É um esforço que está a ser feito, não pelo Estado... Pelo Estado, sim, formalmente, mas pelos cidadãos, com o esmagamento dos cidadãos! Em relação aos privilégios, em relação à corrupção, em relação àquilo que foi a desregulação do setor bancário... Aí acabou-se o liberalismo! Aí, quando foi necessário o dinheiro público, o dinheiro dos contribuintes, foram pedir aos que tinham sido responsáveis por essa matéria? Conseguiu-se readquirir esse dinheiro? Não! Foram os contribuintes que pagaram esses biliões dessas dívidas, que foi provocado pela desregulação do mercado e por essa economia privada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Deputado, eu considero que esse liberalismo que V. Exa. aqui veio defender destrói os direitos das pessoas, destrói a economia, não funciona. E é necessário, evidentemente, existir mecanismos de regulação.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Em relação ao Bloco de Esquerda... Qual é o seu modelo económico, Sr. Deputado? Historicamente, nós temos uma referência, a referência do maior

partido que criou o Bloco de Esquerda, o PSR, que era a Albânia, era o modelo albanês, que é o país mais pobre da Europa, juntamente com a Moldovia. O que lhe quero dizer, Sr. Deputado, é: qual é o seu modelo económico? V. Exa. vem aqui, plenário após plenário, aumentar a despesa. E, agora, queixa-se: não, os senhores estão a endividar-se muito. Mas, agora, gastem mais. Gastem mais nisto, naquilo... O senhor não tem modelo para o crescimento económico dos Açores. O senhor não tem soluções para o crescimento económico da Região. O senhor não tem soluções para a agricultura. O senhor não tem soluções para as pescas. O senhor, em relação ao turismo, se deixássemos que V. Exa. implementasse os seus dogmas, não havia turismo na Região, não havia crescimento turístico na Região. Se fosse à sua custa, não teríamos conseguido baixar os impostos nos Açores, que o senhor queria mantê-los altos. O senhor queria mantê-los o mais alto possível. V. Exa. votou contra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Votou contra!

O Orador: Qual é o seu modelo, senhor? O Bloco não tem projeto para os Açores! Não tem projeto para os Açores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Em relação ao Partido Socialista, o Partido Socialista ficou muito desagradado.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sr. Presidente.

O Partido Socialista ficou muito desagradado pelo facto de ter existido contraditório. Ontem, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro abriu o telejornal durante quatro minutos e não teve contraditório. Mas, hoje, teve aqui contraditório por parte do Governo. E os seus números foram desmentidos, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E termino, Sr. Presidente. A questão fundamental é que o contraditório é fundamental em democracia. O contraditório é fundamental. Não podemos ficar a falar sozinhos. É evidente que o senhor disse algumas coisas e agora ouviu o que não quis, nomeadamente, dizer-lhe o que foi o aumento da dívida bruta entre 2021 e 2022. Retirando a herança de Vasco Cordeiro e as despesas do Covid, o que estamos a falar é de cerca de 10 milhões de euros. Portanto, toda a dívida que V. Exa. fala e que V. Exa. refere é criada por V. Exa., ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É falso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado João Vasco Costa (PS): É falso!

O Orador: ... é da responsabilidade de V. Exa. e dos seus Governos, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar, se faz favor.

O Orador: E termino, Sr. Presidente.

O que vos deixa realmente preocupados do ponto de vista político é olhar para este Governo e dizer assim: este é o Governo, na história dos Açores, que consegue manter o maior número de trabalhadores da nossa história. É um número espantoso! Digam-me: o que é que é fundamental para o crescimento económico?

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar!

O Orador: Termino, Sr. Presidente.

O que é que é fundamental? É o emprego. A mesma coisa em relação aos índices

de crescimento económico.

E, Sr. Presidente, eu não posso deixar de dizer isto, do Jornal Económico: “Fundos Comunitários podem levar os Açores a serem a região europeia com o maior crescimento económico. Até 2027, o PIB açoriano deverá crescer um máximo de 7%.” É isso que vos incomoda, que este Governo está a ter sucesso nas suas políticas!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Parreira para encerrar a declaração política. Faz favor.

(*) **Deputado José Luís Parreira (IL):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, gostava de lembrar ao Sr. Deputado Carlos Silva que a Iniciativa Liberal já não tem o acordo com o PSD. Isto é outra discussão, podemos fazê-la mais tarde.

Em segundo lugar, gostava de lhe dizer que parte desse aumento de dívida que houve no ano fiscal de 2022 se deve ao aumento do passivo das empresas do Setor Público Empresarial Regional e avales, como destaca o Instituto Nacional de Estatística, que fala de um aval de 200 milhões à SATA. Portanto, Sr. Deputado, estes negócios já eram maus negócios. É evidente que, sendo maus negócios, a probabilidade de darem prejuízos no fim do ano fiscal é maior. Acha que eu sou responsável por eles? A Iniciativa Liberal foi um dos primeiros partidos que pediu a privatização, se possível, desses negócios e dessas empresas.

Assume, sim, a responsabilidade de ter apostado num novo governo, na esperança de que a mudança de um elenco governativo fosse mais ambiciosa na redução de

custos e na liquidação dessas mesmas empresas que falei.

Srs. Deputados, não tendo tempo para responder a todas as vossas questões e pontos, quero dizer e concluir esta declaração política dizendo que vos vejo a todos muito preocupados com o curto prazo, mas a minha declaração política foi essencialmente por oposição sobre o futuro.

E aquilo que é proposto nessa declaração política é a redução do peso do Governo na economia. Por exemplo, definirmos um objetivo de reduzir a alocação de recursos do Governo de 40% para 30%, por exemplo. E porquê? Passo a explicar: primeiro, acreditamos e temos fé que as pessoas devem ser donas do seu próprio destino. Abater a dívida é uma forma de aliviar as pessoas...

Deputado Carlos Silva (PS): Estado social!

O Orador: Calma, Sr. Deputado, deixe-me terminar.

Em segundo, porque reduz a probabilidade de haver discriminações entre cidadãos e atividades económicas devido às decisões arbitrárias do Governo. Estes princípios – sermos donos do nosso próprio destino e reduzir as discriminações – são fins por si próprios, mas também acreditamos que podem levar a melhores condições para a sociedade.

Sras. e Srs. Deputados, nem todos temos a capacidade para sermos donos de um negócio de sucesso nesta Região, mas todos podemos ser donos de parte de um negócio fora da Região, por exemplo. E ao fazê-lo estamos a providenciar o nosso futuro, estamos a gerar riqueza para a nossa reforma, para os nossos filhos. E este, desculpe, é só um exemplo da diversidade de opções de alocação de capital que escapam...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Habitue-se a ser interrompido!

O Orador: Está bem. Calma, Sr. Deputado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isto é o Parlamento!

O Orador: Os meus colegas de trabalho estão a ver isto em direto. Isto é realmente impressionante, a quantidade de vezes que sou interrompido...

Sr. Presidente, como dizia, nem todos temos a capacidade de gerir um negócio de sucesso nesta Região, mas todos podemos ser donos de parte de um negócio em outras partes do mundo. E tal como nós podemos investir lá fora, outros podem investir cá. E isto é um exemplo da diversidade de opções de alocação de capital que existem e que escapam a uma elite governativa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Capital?! Que capital?

O Orador: Evidentemente, Sras. e Srs. Deputados, haverá maus investimentos e bons investimentos.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: E vou terminar dizendo, para dar um exemplo, o último exemplo, que a Estónia era um país paupérrimo em 2013. Em 2018, o salário médio dos seus trabalhadores ultrapassou o salário médio em Portugal. A realidade dos factos é o melhor exemplo que podemos dar quando nos dizem que nós somos dogmáticos e que o liberalismo não funciona. Não, os senhores é que são dogmáticos e têm uma fé inabalável na despesa pública. Nós temos uma fé na capacidade das pessoas serem donas do seu destino.

E, como jovem preocupado com o futuro, só me resta dizer que a transição de uma região rica para uma região pobre não se faz em quatro anos, mas quanto mais cedo começarmos, melhor. E eu apresentei na minha declaração política três formas diferentes de alocar recursos, ou seja, não me limitei a criticar, mas apresentei uma alternativa que penso ser melhor.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração de política. Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 16 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretário Regionais.

Eram 15 horas e 05 minutos.

Vamos então dar início aos nossos trabalhos com a agenda. Ponto n.º 1: **Proposta de Resolução n.º 8/XII – “Conta da Região do ano de 2021”**, apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Os tempos já estão ali colocados.

E dou a palavra à Sra. Relatora da Comissão de Economia para a apresentação do relatório.

(Pausa)

Faz favor, Sra. Deputada, para uma interpelação.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos, por favor.

Presidente: 30 minutos?

A Oradora: 15 minutos.

Presidente: 15 minutos. Voltamos às 15 horas e 25 minutos.

A Oradora: OK. Obrigada.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 23 minutos.

Vamos então agora proceder à apresentação do relatório da Conta da Região de 2021.

Sra. Deputada Patrícia Miranda, tem a palavra. Faça favor.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

(Neste momento, a Sra. Deputada Patrícia Miranda procedeu à apresentação do relatório da Conta da Região do ano de 2021)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o relatório. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, faça favor.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para o Grupo Parlamentar do PSD, os pareceres sobre as Contas da Região, auditorias ou recomendações do Tribunal de Contas têm exatamente o mesmo valor e importância, quer quando estávamos na oposição ao Governo, quer agora quando apoiamos o atual Governo de coligação.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: O parecer sobre a Conta da Região de 2021 agora em discussão é o primeiro que abrange já a governação do XIII Governo Regional.

O juízo sobre a Conta de 2021 constante no parecer do Tribunal de Contas, tal como entre 2016 e 2020, menciona, e citamos, que “o Tribunal considera que a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2021 está afetada por erros e omissões materialmente relevantes”. Esta valorização negativa do Tribunal de Contas constitui, claramente, um desafio ao Governo para acolher em próximas Contas Regionais as recomendações contidas no parecer, introduzindo todas as melhorias

necessárias, quer na organização da Conta, quer na informação que importa melhorar.

Em coerência com o passado, o Grupo Parlamentar do PSD fará o seu trabalho de acompanhamento e fiscalização, com a certeza, porém, de que as nossas preocupações são as mesmas deste Governo, que sempre tem defendido e implementado medidas para a maior transparência da governação dos Açores, neste caso essenciais para o exercício da democracia financeira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Reconhecemos, contudo, que apenas numa gerência não teria sido possível acolher as sucessivas recomendações de anteriores pareceres do Tribunal de Contas, algumas das quais com mais de uma década.

Relativamente ao acompanhamento das recomendações anteriormente formuladas pelo Tribunal, quer no parecer de 2020, quer de anos anteriores, constatou-se que foi acolhida uma recomendação, que foram acolhidas parcialmente cinco recomendações, sendo que seis não foram acolhidas, para além da recomendação do período complementar que também foi resolvido na gerência de 2021. Trata-se, claramente, de uma melhoria relativamente à gerência anterior, porquanto em 2020 não tinham sido acolhidas dez recomendações e tinham sido apenas acolhidas parcialmente três recomendações. O Tribunal formulou, em 2021, apenas três recomendações, com objetivo de o Governo concentrar o seu esforço nas que são materialmente mais relevantes.

Por outro lado, o Tribunal vem manifestando um conjunto de preocupações que desde sempre partilhámos:

Primeiro, a necessidade de controlar o crescimento do endividamento no perímetro e fora do perímetro orçamental, cujas responsabilidades constituem, afinal, encargo da Região. E temos o exemplo do Orçamento de 2023 com o endividamento zero, iniciativa do Governo;

Segundo, a necessidade de continuar a reestruturação do Setor Público

Empresarial e de alargar a reestruturação aos serviços e fundos autónomos, sendo que, em 2021, o atual Governo extinguiu pelo menos três empresas públicas;

E, terceiro ponto, criar mecanismos que permitam uma distribuição equitativa das verbas pelas autarquias locais, corrigindo a prática seguida anteriormente, que beneficiava uns em detrimento de outros, sem qualquer critério para além do domínio partidário.

Em 2021, foram transferidos do Governo Regional para os municípios da Região 6,8 milhões de euros, mais 3 milhões do que no ano anterior. Os municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória absorveram, respetivamente, 28% e 18% daquela verba, ou seja, 46% do total, sendo certo que à data ambos os municípios eram socialistas, não sendo assim aplicado qualquer critério que beneficiasse municípios apoiados pelos partidos com responsabilidades governamentais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ao nível das freguesias, 34% das transferências, cerca de 2,1 milhões de euros, concentraram-se em 12 freguesias, das 155 freguesias dos Açores. Sendo certo que muitas dessas 12 freguesias são da responsabilidade do Partido Socialista, como é o caso da Maia, Capelas, Fajã de Baixo, Vila Nova (na Praia da Vitória), Santo António (em Ponta Delgada) e São Pedro (em Vila Franca).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

De acordo com o Tribunal de Contas, a dívida total do Setor Público Administrativo Regional, financeira e não financeira, abrangendo as entidades do Setor Público Administrativo e entidades reclassificadas, no final de 2020, atingiu 2489 milhões de euros, mais 368 milhões de euros do que no ano anterior. E em 2021, aumentou para 2636 milhões de euros, ou seja, um aumento de 147 milhões de euros, correspondente a mais de 5,9%.

O aumento da dívida financeira foi 206 milhões de euros, registando-se uma redução da dívida financeira de 60 milhões de euros. Mas, na verdade, as responsabilidades totais da Região, no final de 2021, são superiores. Se

adicionarmos as responsabilidades do SPER fora do perímetro orçamental – segundo o Tribunal, cerca de 394 milhões de euros, excluindo a EDA –, as parcerias público-privadas e contratos ARAAL, no valor de 648 milhões de euros, ultrapassando assim no total 3670 milhões de euros.

Tem sido tema de discussão neste Parlamento o critério da dívida pública, sendo que o anterior Governo e o Partido Socialista apenas consideravam o critério da dívida bruta, adotado pelo Eurostat e pelo INE. Foi uma forma redutora de encarar a realidade por mera conveniência política e partidária, numa tentativa de esconder dos açorianos as suas responsabilidades financeiras futuras, desresponsabilizando a governação socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mantemos a coerência. É nosso entendimento que deve ser considerado equacionada, para além da dívida bruta, tal como consta do critério do INE, também a dívida não financeira e ainda todas as restantes responsabilidades cujos pagamentos e reembolsos serão, de uma maneira ou de outra, encargos de Orçamentos Regionais presentes e futuros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em 2020, a taxa de execução do Plano de Investimentos baixou relativamente a 2019, ficando por executar 181 milhões de euros. Aliás, nos quatro anos da anterior legislatura, das verbas inscritas nos sucessivos Planos, ficaram por executar cerca de 500 milhões de euros. Em 2021, a taxa de execução do Plano foi elevada, atingindo 86%, com um recorde de investimento de 630 milhões de euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: O XIII Governo Regional, até ao final de 2021, deu provas de que acolheu muitas das preocupações do Tribunal de Contas, tendo tomado medidas concretas, designadamente em matéria de reestruturação do SPER, ou, na Conta de 2021, no cumprimento da recomendação relativa ao fim do período complementar de execução orçamental, ou, ainda, no Plano de Investimentos para 2021, transferindo algumas despesas do Plano com natureza de despesas de funcionamento para o Orçamento, demonstrando assim que se está no bom caminho.

No Orçamento para 2023, já foi dito, foi adotado o princípio do endividamento zero. Bem sabemos que este caminho é longo, sobretudo na inversão do crescimento da dívida pública. Entendemos que as políticas incluídas no programa do XIII Governo conduzirão os Açores para novos patamares de crescimento económico e melhor afetação de recursos públicos, condição essencial para a melhoria das nossas finanças públicas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Concluindo, o Grupo Parlamentar do PSD votará favoravelmente a Conta de 2021.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui novamente para debater assuntos de natureza económica e

financeira, tal como fizemos hoje de manhã.

E não poderia, nesta primeira fase da intervenção, deixar de refutar alguns dos elementos que foram apresentados pelo Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai votar contra?

O Orador: Falo, nomeadamente, dos contratos ARAAL. Já foi aqui anunciado pelo Partido Socialista que, dos contratos ARAAL celebrados desde 2021 por este Governo, 93% desses contratos foram celebrados com Câmaras Municipais das cores partidárias dos partidos que sustentam o Governo. E, portanto, é falso aquilo que disse.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Não! Está na Conta!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, falsa é a sua observação!

O Orador: Os dados são objetivos e estão publicados em Jornal Oficial, motivo pelo qual referimos novamente. E, portanto, os senhores estão a fazer pior do que aquilo que criticavam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É preciso não ter vergonha nenhuma!

O Orador: Segunda nota: o Sr. Deputado António Vasco veio aqui falar que mantém o critério, que o que interessa efetivamente são as responsabilidades financeiras futuras, que inclui a dívida, mas também encargos futuros e outras responsabilidades, mas não nos deu o valor do crescimento dessas responsabilidades. Se é esse o critério que efetivamente importa para o senhor, e é legítimo que assim seja, era importante conhecer qual é que foi efetivamente este crescimento, mas não nos trouxe essa informação.

E a verdade é que, em maio de 2022, o Secretário Regional das Finanças, Duarte Freitas, dizia que viria anualmente a este Parlamento prestar contas aos açorianos, efetivamente, sobre as Contas da Região e a situação financeira da Região. Mas a verdade, Sr. Secretário, é que passaram 14 meses...

Deputado João Vasco Costa (PS): Zero!

O Orador: E o Sr. Secretário aqui está hoje não por sua vontade, mas porque este

Parlamento assim o obriga.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não é verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que isso não é verdade!

O Orador: Nós estamos aqui, hoje, apesar de o Governo não querer prestar contas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

O Orador: E começa a ser uma rotina da sua parte, sempre que debatemos algum assunto de natureza económica ou financeira, o Sr. Secretário traz um novo elemento, um novo *soundbite*.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): É uma chatice!

O Orador: E, hoje, veio falar da execução do primeiro semestre. Mas há uma pergunta que se impõe: onde é que estão publicados esses dados, Sr. Secretário? É isso que o senhor considera que é transparência, falar de dados que o Parlamento desconhece, trazendo uma novidade? Essa é, de facto, uma prática sua, reiterada, mas que em nada contribui para a transparência que tanto apregoa, mas que pouco pratica. Este é outro facto que importa aqui realçar.

Sobre a Conta de 2021, ela, efetivamente, foi publicada em 2022. O Tribunal de Contas emitiu o seu parecer em dezembro de 2022. E mesmo depois desse parecer, o Governo continuou sem vir aqui prestar contas conforme prometeu. Portanto, nós podemos concluir desde logo que a sua palavra não conta, ...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Que horror! Isto só visto!

O Orador: ... porque prometeu uma coisa e o que faz é exatamente o contrário, não cumpre aquilo que prometeu.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

São declarações suas, e dizia em 12 de maio de 2022: “A transparência obriga, e

os açorianos merecem que transmita com regularidade os dados sobre a situação das finanças regionais.” Dizia mais: “Esta postura será replicada ano após ano, logo que tenhamos os valores reportados, confirmados e auditados.” E, portanto, passaram 14 meses, as contas já estavam publicadas e auditadas e o Sr. Secretário não veio aqui prestar contas conforme tinha referido. E, na verdade, o que nos leva a concluir é que o Governo perdeu o entusiasmo inicial que tinha e, afinal, os dados das Contas de 2021 marcam o início de uma tendência que é preocupante, uma tendência de aumento da dívida, ...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Deve ser isso!

O Orador: ... de aumento das responsabilidades futuras, de aumento das despesas correntes e de um défice recorde em 2021, que foi de 383,6 milhões de euros. Esta é mais uma marca negativa da vossa governação. E, portanto, talvez seja esse o motivo que fez com que o Sr. Secretário não tenha vindo aqui prestar contas conforme prometeu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado! Não é verdade!

O Orador: Além disso, há claramente uma mensagem que nós retiramos quando analisamos a Conta de 2021, que é a primeira Conta completa da vossa exclusiva responsabilidade, que sintetiza em três grandes matérias. Em primeiro lugar, há uma degradação das finanças públicas regionais. E isso já foi aqui realçado, quer na segunda-feira, na conferência de imprensa do Partido Socialista, quer hoje de manhã, que também já o realçamos. Marca o início de uma tendência de degradação financeira, baseada em dados muito concretos. Marca também uma falta de transparências gritante.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso! É isso mesmo!

O Orador: E basta atentar naquilo que diz o Tribunal de Contas e no juízo que é feito sobre a Conta, em que diz que a Conta está repleta de erros e omissões. E não são palavras minhas, foi realçado também pelo Deputado António Vasco, erros e omissões que distorcem de forma significativa a Conta da Região de 2021.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): As outras não estavam!

O Orador: Calma, Sr. Deputado, eu não disse isso!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O problema é que nunca disse isso durante 24 anos!

O Orador: Tem que ir ver as aulas de história. Eu percebo o incómodo, Sr. Deputado Joaquim Machado, ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Não há incómodo nenhum! O problema é que estamos cá há dois anos e meio e os senhores estiveram 24!

O Orador: ... mas tem que consultar melhor os diários das sessões.

A Conta de 2021, e vou citar o Tribunal de Contas, “está afetada por limitações de âmbito, erros e omissões materialmente relevantes, pelo que formula as reservas e ênfases seguintes (...)”

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): É a mesma coisa em 2019, 2020...

O Orador: São várias. Não poderia, Sr. Deputado. Vou-lhe dar alguns exemplos de como não poderia. É verdade que as Contas do passado também tiveram erros e omissões, é verdade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mais! Mais erros!

O Orador: E vou-lhe dar alguns exemplos daquilo que diz o Tribunal de Contas sobre a conta de 2021: ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Só diz isso porque o Deputado Sérgio Ávila não está aqui!

O Orador: ... “O saldo contabilístico da Administração Regional diverge em 13,6 milhões de euros do saldo apresentado nos mapas da Conta de 2020. Há impossibilidade de certificar o saldo de encerramento da conta da Administração Regional direta [são cerca de 80 milhões de euros]. Não foi possível obter prova suficiente e apropriada de modo a confirmar 2,7% da dívida financeira [são cerca de 65,6 milhões de euros]”.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O que vale é que não deixaram os papeis

todos!

O Orador: “A Conta omite dívida não financeira [dívida a fornecedores] na ordem dos 24 milhões de euros.”

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Como é que era em 2020, Sr. Deputado?

O Orador: Tem mais. Ouça esta, Sr. Deputado: “Realizaram-se operações à margem do Orçamento e da Conta, em violação do princípio da universalidade, no montante de 842,8 milhões de euros ao nível da receita e 842,7 milhões de euros ao nível da despesa.” Portanto, esses erros e omissões, claramente, não encontrava no passado.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Encontrava!

O Orador: Mas tem mais ainda. “Ênfases: Não foi observada a regra do equilíbrio orçamental. Continua a não ser cumprido o princípio da unidade de tesouraria.” Os senhores prometiam que iam fazer tudo melhor, era um novo paradigma, mas fazem pior!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Impossível!

O Orador: “Relativamente ao Setor Público Administrativo Regional não foi demonstrado o cumprimento das disposições legais em matéria de endividamento. O limite anual para a contração de dívida fundada [dívida que é amortizada nos anos seguintes ou no próprio ano] foi excedido em 5 milhões de euros. As operações com dívida fundada foram concretizadas sem sustentação legal. O Governo Regional autorizou a realização de operações ativas que excederam o limite legal em 84 milhões de euros.”

E, portanto, Sr. Deputado, erros, sim, foram cometidos no passado, mas com essa dimensão nunca tivemos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É ao contrário, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, isso é factual.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: E, conforme realcei, o que esta Conta também marca é o início de uma tendência de degradação das contas públicas e uma enorme falta de transparência, com muitos erros, com muitas omissões. E já dei bem nota daquilo que referi.

E também marca ainda outra matéria relevante, que é um profundo desequilíbrio entre as receitas e as despesas. E isso vem bem demonstrado no défice de 2021, que foi de 383 milhões de euros. Este valor por si só já é preocupante, mas o problema é que, em 2022, há um novo défice, que aumenta de 383 para 413 milhões de euros e que agrava a situação da Região. Isso demonstra uma tendência muito clara: o Governo Regional, sob a liderança de José Manuel Bolieiro, é já responsável por um défice acumulado na ordem dos 800 milhões de euros. E isso é da vossa responsabilidade.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Debatemos hoje a Conta da Região de 2021, aquela que é efetivamente a primeira que é da exclusiva responsabilidade do atual Governo Regional de direita e também numa altura em que já é conhecida, embora sem ainda o parecer do Tribunal de Contas, a Conta de 2022.

E já foi aqui recordado que em maio do ano passado, em maio de 2022, por iniciativa do Governo Regional, se debateu nesta Assembleia a situação financeira da Região. E, nessa data, também já aqui citado, tinha esta exata situação, o Sr. Secretário das Finanças afirmou: “A transparência obriga, e os açorianos merecem

que lhes seja transmitido com regularidade a situação das finanças regionais.”

Na sequência do parecer do Tribunal de Contas de 2020, o Sr. Secretário Regional das Finanças divulgou que as responsabilidades financeiras futuras da Região, um conceito que é muito caro ao PSD, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aos açorianos! Prejudicaram os açorianos!

O Orador: ... ascendiam, no final de 2020, a 3,6 mil milhões de euros. E, nessa data, o Sr. Secretário Regional das Finanças definiu o que entendia como responsabilidades financeiras futuras.

Deputado Carlos Silva (PS): 14 meses depois!

O Orador: E está efetivamente tudo dito quanto à credibilidade desse critério. Mas definiu-as como sendo a soma da dívida financeira com a dívida não financeira e outras responsabilidades, nomeadamente os compromissos com PPP, os passivos das empresas do setor público que não consolidam, com exceção da EDA, vai-se lá saber porquê.

De acordo com os valores reportados pelo Tribunal de Contas no parecer sobre a Conta da Região de 2021 e utilizando os critérios adotados pelo Governo, as responsabilidades financeiras futuras da Região referentes a 2021 superam os 4066 milhões de euros, um aumento de 468 milhões de euros. Isso nos critérios do Governo, não são os nossos, nem sequer aqueles em que se baseiam as contas nacionais.

Ora, quem, na oposição, passava os debates sobre a Conta a tentar alegar uma suposta insustentabilidade financeira da Região e a criticar o aumento das tais responsabilidades financeiras futuras, apresenta então um péssimo registo de acordo com os seus próprios critérios. E como se costuma dizer: “Bem prega Frei Tomás...”

E como se chega a este valor? Chega-se seguindo os exatos critérios do Governo, somando a dívida financeira do Setor Público Administrativo Regional (2421

milhões de euros), a dívida não financeira do Setor Público Administrativo Regional, reportada no final de 2021 (214,4 milhões de euros), o valor atual das responsabilidades futuras assumidas no âmbito das PPP (648,1 milhões de euros), os encargos com contratos ARAAL e acordos de cooperação (17,3 milhões de euros) e as dívidas do Setor Público Empresarial que não consolidam, com exceção da EDA (764,5 milhões de euros). Dados do Tribunal de Contas, Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Tenho aqui a página do Tribunal de Contas com esses exatos valores. E chega-se então ao valor das responsabilidades financeiras futuras em 2021, que superam os 4066 milhões de euros, de acordo com os critérios do Governo, não são os nossos, reafirmo.

Como já anteriormente afirmamos, este critério do Secretário Regional das Finanças e Administração Pública, que também é do PSD, referente às responsabilidades financeiras futuras, é altamente discutível e não se encontra definido em nenhuma legislação ou normativo relativo ao apuramento dos agregados das contas públicas. E segundo os critérios do Sr. Secretário Regional das Finanças, o Governo de direita chumba no seu próprio exame.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Bloco de Esquerda, ao contrário da direita, não diaboliza o recurso a endividamento para fazer face a investimento público, para fazer face às condições difíceis da maioria da população, para melhorar as condições de vida das pessoas, para as apoiar, por exemplo, num contexto de crise.

Mas com este Governo pouco se investe no que é essencial e não se acode às pessoas. Basta ver a execução do Plano, por exemplo, na área da saúde, em que quase todo o investimento real foi adiado para 2022 ou simplesmente não foi executado. E isto está claramente escrito pelo Governo no relatório de execução financeira do Plano.

Sendo este debate sobre a Conta de 2021, não podemos, no entanto, deixar de enquadrar este tema quanto à estratégia do Governo no que respeita ao

investimento e às finanças públicas.

Isso exige olhar para outros dados já conhecidos e mais recentes. Já conhecemos, por exemplo, a Conta da Região de 2022 e é impossível ignorar os seus grandes números. Em 2022, a dívida total financeira e não financeira do Setor Público Administrativo Regional atingiu os 3108 milhões de euros. Nos anos de 2021 e 2022, de responsabilidade do Governo da direita, a dívida do Setor Público Administrativo aumentou 738 milhões de euros. É neste contexto de forte aumento da dívida pública da Região, por responsabilidade da direita, que surge a ideia peregrina do endividamento zero em 2023.

E esta opção não tem qualquer racional, serviu e serve apenas para garantir a sobrevivência política do Governo, porque era uma exigência da Iniciativa Liberal para aprovar o Orçamento.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Estava no programa do Governo!

O Orador: Mas, para além de não ter qualquer racionalidade, não é sequer uma opção real, isto porque a Região continua, em 2023, neste ano, a recorrer a endividamento. E a Iniciativa Liberal finge que não vê.

A Região não recorre ao aumento da dívida financeira, mas coloca os fornecedores a financiar o défice da Região. E a direita, incluindo a Iniciativa Liberal e o Chega, aplaudem que sejam os fornecedores a emprestar à Região e não a banca.

Isso mesmo se verifica com clareza no saldo global consolidado, que é publicado no boletim de execução orçamental de maio, em que o défice atinge os 85,3 milhões de euros.

O défice existe. O endividamento existe, não é zero. E são os fornecedores quem financia. Mas não são apenas os fornecedores que suportam esta opção do Governo e da maioria que o suporta e aprovou o Orçamento, são as diversas entidades que aguardam pagamentos devidos pelo Governo, por exemplo os agentes culturais que se deparam com cortes draconianos nos apoios à cultura,

que esta semana começaram a conhecer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este é um Governo com uma política errada e errática, não tem uma estratégia de desenvolvimento que promova um desenvolvimento social e económico, que promova a coesão, o combate à pobreza, a melhoria dos serviços públicos, nem a criação de uma economia mais qualificada. E assim demonstra a sua gestão das finanças públicas.

O Governo de direita, em 2021 e 2022, aumentou muito significativamente a dívida pública e, em 2023, trava a fundo potenciando um desastre, tudo para garantir que sobrevive politicamente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, isso é que o incomoda!

O Orador: A dívida e o endividamento zero são a desculpa para não se resolverem os problemas da Região. E quem sofre, como se está a ver e como se começa cada vez mais a saber, são os açorianos e as açorianas.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ler o parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores, do Tribunal de Contas: “A Conta não foi remetida ao Tribunal de Contas no prazo legal.”

Outra referência: “Os instrumentos de gestão orçamental não foram utilizados de forma eficaz, conduzindo a um agravamento do desempenho orçamental.”

Outro parágrafo: “As regras de equilíbrio orçamental estabelecidas na Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores e na Lei das Finanças das Regiões Autónomas não foram cumpridas.”

Outro parágrafo que me parece preocupante: “O Setor Público Administrativo Regional apresenta um baixo grau de autonomia, sendo expressiva a dependência dos recursos financeiros provenientes de transferências e passivos financeiros.

Salienta-se o número significativo de entidades com um grau de dependência quase total das transferências recebidas e do recurso ao crédito bancário para o desempenho das suas atividades, existindo ainda serviços e fundos autónomos que não cumprem o requisito financeiro legalmente estabelecido para manterem a sua autonomia administrativa e financeira.

No que concerne à área de tesouraria, não se registaram progressos.

Destaca-se, pela sua relevância, a ausência de prestação de contas por parte das entidades que de facto exercem as funções de tesouraria da Administração Regional direta e da Região, neste último caso como conta única dos fluxos financeiros realizados pelo Setor Público Administrativo Regional.

A Conta não apresenta informação fiável sobre as operações específicas de tesouraria realizadas pelas entidades públicas reclassificadas, verificando-se que nem todas foram regularizadas no exercício orçamental em que tiveram lugar.”

Outro parágrafo que também me parece muito relevante: “A informação apresentada sobre os movimentos realizados pela Administração Regional direta, quando comparada com a constante da demonstração orçamental, permite identificar movimentos que não foram objeto de registo contabilístico, bem como a existência de registos contabilísticos que não têm correspondência nos movimentos efetuados pelas entidades com funções de caixa.”

Vou só ler mais dois ou três parágrafos: “A informação divulgada na Conta sobre a dívida total do Setor Público Administrativo Regional é incompleta, posto que, em relação à dívida não financeira, se limita a divulgar a dívida comercial já vencida, omitindo as restantes obrigações que integram o passivo, as quais, de acordo com a definição que decorre do n.º 5 do artigo 40.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, incorporam a dívida não financeira. Consequentemente, a Conta omite dívida desta natureza no montante de, pelo menos, 132 milhões de euros.

A trajetória de crescimento da dívida decorre essencialmente da degradação da

posição orçamental do Setor Público Administrativo Regional observada, pelo menos, desde 2014, que se traduz na geração de sucessivos e crescentes défices, situação que se tornou particularmente evidente a partir de 2017.”

Srs. Deputados, eu tenho que vos pedir desculpa porque tenho estado, por um erro, a ler o parecer da Conta de 2019, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Foi um lapso!

O Orador: ... que é a última da responsabilidade total do Partido Socialista, e deveria estar a ler a Conta de 2021.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor está preso ao passado!

O Orador: Sr. Presidente, por este facto quero desde já pedir-lhe desculpa pela forma como me enganei, mas todos se enganam. Pelos vistos, todos se enganam. E, portanto, da minha parte, peço imensa desculpa por este lapso.

Sr. Presidente, é evidente que não é possível alterar um conjunto de graves erros que têm vindo a ocorrer ao longo dos 24 anos de governação do Partido Socialista em apenas um ano. E, portanto, obviamente, há aqui um conjunto de referências em que não foi possível melhorar de todo essa situação. Observaram-se melhorias em muitas áreas, mas, evidentemente, o Tribunal de Contas assinala algumas insuficiências.

Mas eu quero também referenciar aquilo que me parece que é bastante positivo. Por exemplo, revela-se que a taxa de execução do Plano foi superior a 80%, mais precisamente 86,5%, o que é muito significativo, o que é superior a todos os outros anos do Governo do Partido Socialista, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Do que em 2022, é verdade! Mais dois pontos percentuais!

O Orador: ... durante a gestão e a responsabilidade do Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Há também uma contenção, e parece-me estratégico, das despesas de funcionamento, o que é algo muito positivo e muito significativo.

Do ponto de vista daquela que é a evolução da economia dos Açores e do que é o exercício orçamental, é preciso ter em conta que grande parte daquilo que aparece projetado nas contas referentes a 2021 é ainda uma herança, uma herança de dívida, uma herança relacionada com o desequilíbrio que se verificava nas empresas públicas regionais, em particular na SATA, um grande conjunto de responsabilidades herdadas desse período. E, portanto, há aqui, ao longo deste exercício de 2021, esse conjunto de enormes condicionamentos.

Mas quero aqui referenciar aquilo que considero que é mais positivo, que é mais importante. E o que é mais importante é quando há entidades que avalizam aquela que é gestão realizada por este Governo ao longo de dois anos e tal de exercício de funções, que é, por exemplo, prever-se que até 2027 – é a União Europeia que o prevê – o PIB açoriano deverá crescer um máximo de 7%.

Deputado Carlos Silva (PS): Ó Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

O Orador: O que significa, Srs. Deputados, para aqueles que acabaram de chegar a este Parlamento, mais do que a Estónia. Significa que vamos crescer mais do que a Estónia, por exemplo.

E, por isso, é evidente que eu tenho uma perspetiva otimista das alterações que estamos a concretizar e dos resultados que estamos a conseguir alcançar. Penso que isso é bastante importante.

É evidente que isto é a mesma coisa do que remar, mas durante os primeiros dois anos e provavelmente ainda durante os próximos, vamos ter que remar com uma herança que significa uma enorme carga para todos nós, para os açorianos e para o Governo Regional, na medida em que, evidentemente, com o grau de endividamento herdado, com os problemas que existiram e que nós herdamos dos Governos do Partido Socialista, a celeridade da recuperação não é tão rápida como nós desejamos.

Mas o que é importante é que, mesmo assim, a União Europeia projeta até 2027 que os Açores são a região da Europa que mais irá crescer. Isto é um resultado fantástico, se juntarmos a este resultado, por exemplo, 24 meses de crescimento ininterrupto dos índices de atividade económica...

Deputado Tiago Branco (PS): Em condições normais!

O Orador: ... e se juntarmos também outro dado que é fundamental para combater a pobreza e alcançar o progresso económico, que é o maior número de empregados que alguma vez a Região teve. Por isso, eu considero que este é um contexto favorável. É preciso melhorar. É preciso que o Governo continue neste rumo. Este é o rumo certo, porque este é o rumo que está a fazer os Açores recuperar em relação à economia estagnada que tínhamos e está a colocar os Açores a crescer mais do que nenhuma outra região na Europa. É isso que se projeta, repito, até 2027.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado José Luis Parreira, a quem dou a palavra. Faça favor.

(*) Deputado José Luís Parreira (IL): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É importante discutir o passado e tirar conclusões sobre os erros cometidos, para não os voltar a cometer no futuro. Todavia, tão ou mais importante do que discutir o passado é discutir o futuro.

Sras. e Srs. Deputados, o problema das finanças públicas na Região não se deve apenas à incompetência do Governo anterior, como acusa a coligação, ou à

incompetência do atual Governo, como atira oposição, o problema está na estratégia seguida até aqui. E se essa estratégia não for mudada, não podem esperar resultados diferentes no futuro, Sras. e Srs. Deputados.

Esta estratégia tem-nos trazido baixas rentabilidades sobre o capital investido e até mesmo destruição de capital.

Deputado Carlos Silva (PS): E as pessoas? Além do capital estão as pessoas!

O Orador: Portanto, se ambicionamos tornar-nos uma região mais rica, temos de tirar ou exigir maiores rentabilidades sobre o nosso investimento. Uma das formas de o fazermos é copiando bons exemplos de outras regiões – a isto chama-se importar boas ideias, ao invés de exportar bons talentos.

E peço aos Srs. Deputados a atenção para este pequeno texto: em relação à economia europeia, basicamente, nós temos uma abordagem muito simples no nosso país, uma abordagem muito camponesa, já que somos um país de camponeses e agricultores. Se aceitarmos as regras, temos de cumpri-las. Não gastamos mais do que ganhamos. Não pedimos emprestado mais do que conseguimos pagar de volta. Parece-me óbvio para mim. A vida é mesmo assim e seria bom se a Europa fizesse o mesmo.

E porque é que eu mencionei estes princípios elementares? Porque, para um país como o meu, já por duas vezes resgatamos países mais ricos do que nós e eu não sei por quanto mais tempo isto é sustentável. A solidariedade é, claro, um princípio fundamental que temos aqui, mas os eleitores domésticos, pelo menos em países como o meu, não aguentam por muito mais tempo pagar voluntariamente as extravagâncias de outros.

Este texto poderia ter sido dito pelo meu pai, pela minha mãe ou pela minha tia Alice. Foi isto que eu aprendi. No entanto, este texto foi dito pelo Presidente da República da Estónia, em resposta à S. Exa. o Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva, em 2013, na Cimeira do Grupo de Arraiolos.

Foram estas as lições que os meus pais me ensinaram e, no entanto, há quem diga,

nesta Casa, que os mesmos princípios que são usados para gerir a vida privada não funcionam quando são ao nível governativo.

Dentro do nosso poder negocial, que corresponde a um deputado, a Iniciativa Liberal conseguiu, no ano de 2022, reduzir o endividamento previsto no Orçamento Regional de cerca de 300 milhões para apenas 152 milhões. E no ano de 2023, pedimos e conseguimos o endividamento zero.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Programa do Governo! O seu partido votou a favor do programa do Governo!

O Orador: Exato, o nosso acordo, Sr. Deputado... Aliás, nós fomos um dos partidos que votamos o programa do Governo, exatamente porque o Governo incluiu dez medidas da Iniciativa Liberal no seu programa.

Deputado José Ávila (PS): Estão arrependidos!

O Orador: Além disso, além destas pequenas conquistas, que são pequenos passos para o poder negocial de apenas um deputado, propus, hoje de manhã, na minha declaração política, outras formas de mudarmos o paradigma de alocação de capital na nossa Região, que consiste em reduzir a quantidade de recursos, em percentagem do PIB, por exemplo, de 40 para 30%.

Os factos, os dados históricos e os exemplos de sucesso mostram que, havendo uma maior responsabilização dos cidadãos na gestão dos seus recursos, é possível tirar melhores rentabilidades. Dei o exemplo do caso de uma família que providencia o seu futuro comprando ações de negócios fora do país, mas também poderia ter dado o exemplo de outros cidadãos que investem, por exemplo, na reabilitação de habitações para acolher os turistas. Há uma diversidade de possibilidades que nenhum Governo consegue planear. E é exatamente por essa diversidade de possibilidades de alocação de recursos que a liberdade é importante, porque a liberdade permite um número maior de experimentos, o que por sua vez aumenta as probabilidades de sucesso.

Evidentemente, Sras. e Srs. Deputados, é necessário salvaguardar serviços e

investimentos públicos fundamentais, como são a manutenção das escolas, a prestação de cuidados de saúde ou infraestruturas como portos e aeroportos. Todavia, no nosso hino canta-se: “Deram frutos a fé e a firmeza.” Pois, Sras. e Srs. Deputados, a mim, parece-me que esta Casa tem muito pouca fé nas capacidades dos açorianos em gerirem a sua própria vida. Dizem-lhes que estes princípios, repito, que gerem a vida privada não funciona.

Aquele que é considerado um dos primeiros economistas, Adam Smith, escreveu, em 1776, que “o que é prudência na conduta de qualquer família privada, escassamente é insensatez num grande reino”.

Eu pergunto-vos, Sras. e Srs. Deputados: se estes princípios não funcionam, o que é que funciona? Foi o investimento feito na SATA Internacional que funcionou? É errado olhar para os efeitos de uma determinada política sobre um determinado grupo e esquecer os efeitos dessa política sobre outro grupo.

Sabem, por exemplo, quanto é que é a dívida da Estónia, em percentagem do PIB? 4% apenas! Sabem qual é que é o salário médio na Estónia, Sras. e Srs. Deputados? 800 euros a mais do que o salário médio em Portugal! Sabem qual é que é a taxa de imposto na Estónia? Uma taxa única de 15%!

Deputado Carlos Silva (PS): Vive na Estónia ou em Portugal?

O Orador: E o mais extraordinário nestes factos é que a Estónia aderiu à União Europeia 20 anos depois de nós, tem menos 20 anos de fundos e ajudas do que nós!

Sras. e Srs. Deputados, um dia esta Casa terá que aceitar que os fundos e as transferências do Estado serão reduzidos, exatamente porque há sempre alguém pior do que nós, há sempre regiões e países piores do que nós. E nós devemos e temos a obrigação de os ajudar.

Para concluir, Sras. e Srs. Deputados, devo dizer que sou um jovem obcecado com o crescimento. E só sou obcecado com o crescimento, exatamente porque me preocupa o futuro. E é por isso que na minha declaração política propus três

formas de fazer política de forma diferente que considero disruptivas do atual *modus operandi*.

Sras. e Srs. Deputados, se queremos realmente que nos próximos anos não andemos a tirar as mesmas conclusões de 2019, 2021 ou 2022, é preciso começar a fazer diferente.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo começar por dizer que, no passado, o CDS quando chegou a votar contra a algumas Contas da Região, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso aconteceu?

O Orador: ... esse sentido de voto prendeu-se, na maioria das vezes, com o facto de o documento ocultar despesas da Região, responsabilidades da Região e dos açorianos, nomeadamente, relativamente à SATA, por exemplo, foi sempre uma das questões, mas, de grosso modo, até de todo o perímetro do Setor Público Empresarial Regional. E, aliás, isso foi sempre realçado em todas as discussões de Contas da Região.

Ora, nesse particular, é aqui que há, consideramos nós, muitas diferenças. E este documento, nesse particular, é muito diferente porque é muito mais transparente. E é por isso que até o Partido Socialista pode dizer que é este Governo que assume os próprios valores da dívida que mencionaram na conferência de imprensa, do endividamento. E isso aí dizem que está na Conta, que é este Governo que o assume, que não é o Partido Socialista que o faz. E isso demonstra a transparência.

Deputado Carlos Silva (PS): Estava na Conta anterior!

O Orador: Não, não estava, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Silva (PS): Os valores já estavam antes!

O Orador: Não estava a consolidação. As contas da SATA não estavam. A Lotação não estava. A Sinaga não estava. Pronto, há uma série delas...

E ao mesmo tempo é necessário perceber o porquê destes valores e, no fundo, decompor também este endividamento que acontece e que, como com os senhores dizem e está refletido, ascende aos 600 milhões nos últimos dois anos. E temos que dizer que os tais 390 milhões de euros, por exemplo, de responsabilidades da SATA são dois terços deste endividamento, que é, no fundo, contraído já na governação desta coligação, para além dos 170 milhões, como foi dito de manhã, e bem, de gastos extraordinários com a Covid, ou seja, que são gastos e irrepetíveis.

Deputado Carlos Silva (PS): Receita extraordinária!

O Orador: Basicamente, quer dizer que resta a este Governo um endividamento na ordem dos 10 milhões de euros, em dois anos.

A juntar a isso, temos ainda para mais o Orçamento de 2023, que tem então o endividamento zero, que é um compromisso deste Governo e que foi plasmado no próprio programa do Governo.

E aqui, Sr. Deputado José Luís Parreira, devo-lhe dizer uma coisa: o programa do Governo, efetivamente, tinha pontos que podem ter sido acordados com a Iniciativa Liberal. Mas a Iniciativa Liberal, quando apareceu no panorama político regional, já havia histórico de outros partidos. E esse tipo de objetivo já era defendido por outros partidos, nomeadamente o CDS, o próprio PSD, ou seja, não foi a Iniciativa Liberal que veio agora trazer a luz aos açorianos e trazer a luz às contas públicas.

E devo-lhe dizer que acho interessante que a Iniciativa Liberal diga: quando temos o endividamento zero, é porque é uma proposta liberal; se eventualmente isso puder condicionar algum investimento público, a culpa é daqueles senhores, aí a Iniciativa Liberal já não tem responsabilidade nenhuma. A mesma coisa com a SATA. Quer dizer, sempre defendemos a privatização da SATA Internacional.

Aliás, quando o Partido Socialista tentou privatizar 49% do capital social, o que dizíamos, na oposição, é que 49% nas condições em que era, era inviável. Aliás, foi comprovado que não foi viável privatizar a SATA.

Quer dizer, isto não é: um deputado liberal faz toda a diferença, mas quando as coisas não correm tão bem, aí nós já não temos nada a ver com isso. Ou seja, esta dualidade não cola, Sr. Deputado. Não cola. O senhor não pode dizer que está dentro por um lado e que está fora por outro.

Depois, relativamente àquilo que são as responsabilidades do passado, devo dizer ao Sr. Deputado Carlos Silva que não vale a pena o Partido Socialista fugir àquilo que são as responsabilidades da governação desta Região, porque, infelizmente, essas responsabilidades não acabaram com a saída do Governo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Nunca!

Deputado Carlos Silva (PS): Nem vão acabar!

O Orador: E aqui também volto a dizer ao Sr. Deputado José Luís Parreira que com a mudança de Governo não houve um reiniciar de contas da Região, ou seja, as coisas não mudaram. Não é, agora, mudou de Governo, está tudo a zero, este Governo, agora, tem os mesmos mecanismos e tudo que são responsabilidades do passado acabaram e não são para pagar... Porque a realidade é que aquilo que não foi pago no passado foi agora assumido na Conta da Região! E é por isso também que estão os dados que estão lá e que, eventualmente, foram evidenciados e atacados como algo que é uma falha na governação desta coligação. Não é! Simplesmente, agora, há transparência e os açorianos sabem verdadeiramente aquilo que são os resultados desta Região.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E, depois, para finalizar, devo dizer que os reparos que o Tribunal de Contas apontou são reparos que nós consideramos que é para acatar. Aliás, aquilo que da parte do CDS este Governo também sabe, aquilo que chamamos a atenção sempre no passado, vamos continuar a exigir no presente e para o futuro. Não vai

ser diferente.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Soou a ameaça!

O Orador: Ou seja, é óbvio que há um esforço, e este Governo demonstrou que está a dar passos no sentido de conseguir que a Conta da Região tenha a maior transparência possível.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E, aliás, aquilo que é referido pelo próprio Tribunal de Contas relativamente à dívida ocultada, quer dizer, é uma ínfima parte dos 600 milhões que o Partido Socialista diz que foi o endividamento causado por este Governo, aquilo que não consta, que não é o que acontecia no passado, ou seja, só na SATA estamos a falar de dois terços dessa dívida.

E, depois, relativamente à execução, e para terminar, devo dizer que a execução é efetivamente baixa no ano de 2021.

Deputada Andreia Cardoso (PS): 2021 é alta, 2022 é que é baixa!

O Orador: Muito obrigado pela correção.

Deputada Andreia Cardoso (PS): De nada.

O Orador: De qualquer das formas, estava a falar da execução baixa, mas mesmo assim não é tão baixa como foi em 2015, na governação do Sr. Deputado (agora Deputado) Vasco Cordeiro.

Mas devo dizer que é exatamente o facto de ser um resultado histórico, de 86,5%, é exatamente essa execução que demonstra que o rumo que este Governo está a trilhar é o rumo certo, as políticas estão corretas e é isso que nos vai levar, no fim desta legislatura... aliás, tem-nos levado aos melhores indicadores económicos consecutivos que esta Região, felizmente, está a presenciar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O Governo está a diminuir. Não sei o que é que isso quer dizer.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Está mingando!

O Orador: Está mingando.

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Maria João Carreiro): Está a trabalhar!

O Orador: Olhe, eu ouvi agora a voz do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que estava à espera de o ouvir hoje, depois de o ouvir à frente de microfones. Isto à frente de microfones somos todos uns grandes heróis, que não tem o contraditório. Aqui é que custa um bocadinho.

A verdade é que economista não o sou, arqueólogo também não, também não sou arqueólogo. Esta coisa de andarmos, ao fim de três anos, a fazer arqueologia, a culpa é deste ou daqueles, já começa a cansar um bocadinho.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): É arqueologia 2021!

O Orador: Em 2021 já era este Governo da coligação.

Também, as promessas de que o PIB vai aumentar e que isto vai ser tudo muito bonito, não enche a barriga a ninguém.

Dizer que o Chega tem culpa nisto, quer dizer, isto é que é um abuso. E eu ouvi do Bloco de Esquerda que a culpa era do Chega. Bem, o Chega que não governa, que há de ser governo um dia, mas os senhores não vão estar cá para ver, que vai ser uma triste infelicidade do vosso partido... Mas a verdade é que culpar os outros dos males, que nós também contribuimos no passado para que fossem hoje uma

realidade esses males, também custa um bocadinho a ouvir.

A verdade é que o que as pessoas em casa querem saber, a execução... Bem, o que é que é execução? A vossa escola está pronta? As infiltrações estão remendadas? A vossa rua já foi... aquilo que prometeu? O loteamento está feito? A luz em tal sítio está feita? A habitação, que tanto temos falado, está feita? A prevenção às toxicodependências está feita? Não, não está!

Deputado Manuel Ramos (PS): A estrada está limpa?

O Orador: E não está, porquê? Qualquer pessoa que gosta de cozinhar – que não é bem o meu caso, só faço churrascos – sabe que quando a receita é má, o produto nunca há de sair bom. A receita má do Partido Socialista, que tentou ser copiada pela coligação... É o que as pessoas nos dizem constantemente na rua. As pessoas dizem-nos constantemente na rua que não viram grande diferença.

E quando o Sr. Secretário me disse pela primeira vez o endividamento zero, recordam-se muito bem do que é que ele disse: endividamento zero, normalmente, é investimento zero. Numa altura em que estamos a sair de uma crise pandémica, numa altura em que entramos numa guerra, distante, que até o pacote de batata frita já é mais caro nas festas, tudo à custa da guerra da Ucrânia, quer dizer, para as famílias...

(Aparte inaudível do Deputado António Lima)

O senhor quer roqueiras também? Então... É que eu ouço muito bem. O senhor é que tem dificuldade em ouvir, mas eu ouço muito bem.

Realmente, eu fico um bocadinho triste. É possível mudar essa trajetória? É, é possível mudar a trajetória. Mas, obviamente, não é culpa do Chega que os fornecedores não recebam o dinheiro, porque, se o Chega estivesse aqui a mandar, como aqueles senhores da “canhota” gostam de dizer que manda, os fornecedores já tinham recebido o dinheirinho todo.

Finalmente, não pode ser desculpa a falta de dinheiro. Se havia uma previsão de falta de dinheiro, então não tinham ido para o endividamento zero, tinham criado um mecanismo financeiro que permitisse gradualmente ir medindo, fazendo o endividamento necessário, se necessário fosse e quando fosse necessário. Como não houve essa previsão e, peço desculpa, foi-se à maluca por aí abaixo com a história do endividamento zero, agora, naturalmente, este Governo não tem dinheiro para nada. Mas quem está a pagar são os açorianos. E são os açorianos que me dizem isso todos os dias. Infelizmente, aqueles senhores cavaram um buraco. E os senhores estão a tentar cavar um mais pequenino.

É verdade que se conteve a despesa? É verdade. É verdade que, também, fruto da União Europeia, se travou esse colosso, que era a SATA, que estava a levar os Açores à falência? É verdade.

Eu vivo nos Açores. Não vou aqui como o meu colega falar de outros países. Eu vivo nos Açores. E continuo a achar que nós temos todas as condições para sermos felizes e para sermos, eu não digo ricos, mas remediados e viver com alguma folga.

Ainda hoje disse na minha declaração política: a maior parte dos açorianos não consegue chegar ao fim do mês com dinheiro na sua conta bancária para pagar as despesas. E se isto acontece, algo de muito grave se passa na nossa economia.

E se nós não sabemos fazer esse diagnóstico, em vez do passa-culpas, nós temos é que andar para a frente. É andar para a frente. E o andar para frente é com certeza, convicção e determinação. E isso, eu peço desculpa, eu não tenho visto. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faz favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As discussões acerca da Conta da Região, já há muitos anos, são sempre de grande índice técnico, por um lado, e talvez por isso também de alguma aridez para a população em geral.

A verdade é que anteriores Governos já fizeram esforços para melhorar a abordagem às Contas e conseguiram cumprir alguns dos requisitos que o Tribunal de Contas indicava. O XIII Governo também o fez e faz. Não, certamente, de forma perfeita, como nunca foi feita, mas de forma incremental, isto é, o nosso objetivo é, não resolvendo aquilo que são as críticas e aquilo que é apontado pelo Tribunal de Contas de um ano para o outro, ir reduzindo sucessivamente. E, nesse aspeto, com humildade, reconhecemos que não conseguimos fazer tudo aquilo que gostaríamos para resolver todas as indicações do Tribunal de Contas, mas ainda assim melhorámos relativamente à Conta anterior. E estas, sucessivamente, foram melhorando em relação às anteriores.

É por isso, também, compreendendo isto, que na altura os partidos da oposição nunca colocaram em questão votando contra as Contas, abstiveram-se no máximo. E é isto que os partidos com sentido institucional sempre fizeram e certamente fazem e farão.

Em relação aos dados da execução do Orçamento da Região para 2021, pode-se dizer que eles permitem concluir que os objetivos traçados pelo Governo, dos quais a questão do ataque à Covid, tiveram uma resposta eficaz.

A Conta revela, como disse, melhorias em relação à de 2020. Estas melhorias haviam sido sugeridas pelo Tribunal de Contas relativamente ao ano 2020. Por exemplo, algo que o Tribunal de Contas referia recorrentemente era a eliminação do período complementar de execução, por isso melhorando a consistência da informação apresentada pela Conta. Um grau de realização igual ou superior a 100% relativamente às projeções orçamentadas para as receitas próprias, principalmente ao nível das receitas fiscais. A contenção das despesas de funcionamento, nomeadamente ao nível da Administração Regional, Gabinetes

dos Membros do Governo e Direções Regionais. De uma forma especial a evolução das despesas com pessoal. Foi ainda possível uma redução do défice orçamental em valor e em percentagem do PIB.

Em 2021, as despesas de funcionamento, sem passivos financeiros e sem as medidas excecionais introduzidas, acréscimos das transferências para o setor da saúde e da educação no valor de 38 milhões de euros.

Deputado António Lima (BE): Isso é o essencial!

O Orador: Aumento extraordinário do Complemento Regional de Pensão em 4,5 e a inclusão dos encargos anteriormente suportados pelo Plano de 6,3. Não registaram qualquer acréscimo de despesa face ao ano anterior.

As despesas com pessoal da Administração Regional direta, os Gabinetes dos Membros do Governo e Direções Regionais atingiram um montante de 126 milhões de euros, mais 0,6% do que em 2020. Mas se excluirmos o efeito dos encargos da incorporação do pessoal da ex-SDEA, o acréscimo foi de apenas 0,1%. O correspondente acréscimo registado em 2020 face a 2019 foi de 7%.

Relativamente às receitas próprias da Região, estas ascenderam a 896,3 milhões, ultrapassando a previsão efetuada em sede orçamental em 29,7. As receitas fiscais, por isso, registaram cobrança global de 715,9, mais 38,6 do que os valores estimados, com uma taxa de crescimento de cerca de 7,2%.

O resultado da execução orçamental para 2021 aponta a um saldo global ou efetivo de -92 milhões de euros, muito inferior ao registado no ano anterior, que atingiu -246,1 milhões de euros. Portanto, regista-se aqui uma melhoria de 154,1 milhões de euros.

Em síntese e sem ser um documento perfeito, humildemente reconhecendo que precisamos de fazer mais, pode concluir-se que, em termos técnicos, o resultado da execução orçamental de 2021 obteve, ainda assim, melhores resultados do que havia acontecido. E, como disse, isto é um processo incremental.

Agora, permitam-me que deixe duas notas que penso que são relevantes. E tenho

pena de dar informações aqui, mas elas não ilibam a responsabilidade de dar formalmente. É o que aconteceu na última sessão plenária, eu pedi desculpa pelos dados da execução do Plano do primeiro trimestre não estarem publicados. E foram publicados nesse mesmo dia. Mas foi um lapso dos serviços, que eu assumi e reconheci que teria que ser melhorado, não falhando. Mas aquilo que eu trouxe nesse plenário e que hoje trouxe é o acrescento de transparência àquilo que já é publicado periodicamente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Mas nós não temos acesso!

O Orador: Mas nesse aspeto e também por essa via é importante que nós registemos o seguinte: tem-se dito muito e tem-se falado muito dos problemas das finanças regionais. Há quem diga que é por causa do endividamento, que não é. Há quem diga que é por causa do aperto que o Governo da República dá à Região. Há quem diga que é porque não fazem as transferências. Há um conjunto de informações. E para quem ouve parece, de facto, que a situação, nomeadamente de dívidas a fornecedores, está a agravar-se. Bom, vamos ver o que diz a Direção-Geral do Orçamento relativamente aos dados publicados relativamente ao final do primeiro trimestre de 2023. Para que fique clarinho, porque isto é fácil de dizer que há dívidas, que é por causa disto... Agora, temos que ver, de facto, concretamente, tecnicamente, se se está a dizer a verdade ou se por se pensar que dizer uma mentira muitas vezes vai transformá-la em verdade, se isso acontecerá ou não.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Foi o senhor que disse!

O Orador: Bom, segundo a Direção-Geral do Orçamento, o prazo médio de pagamentos a fornecedores da Região Autónoma dos Açores, no final do primeiro trimestre de 2023, era de 129 dias. Sendo que da Administração Regional direta, do Governo Regional, é de 12 dias.

Deputado António Lima (BE): O senhor não paga à EDA há anos!

O Orador: E dos Hospitais EPE, cujas dívidas à EDA vêm desde 2015, e não ouvi o senhor dizer nada sobre isso aqui...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Muito bem!

Deputado António Lima (BE): Não ouviu?!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito bem!

O Orador: Vou retomar, o prazo médio de pagamento a fornecedores, no final do primeiro trimestre, segundo a Direção-Geral do Orçamento, é globalmente de 129 dias. Do Governo Regional em si é de 12 dias.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é falso!

O Orador: Dos Hospitais EPE, 277 dias. E é aqui que está o grande problema, de facto. Agora, isto deve ser por causa do endividamento zero, não é?

Deputado António Lima (BE): O senhor é que sabe!

O Orador: Então, vamos ver o último trimestre de 2020, para ver se é do endividamento ou de que é que é, vamos lá ver: no último trimestre de 2020, o prazo médio de pagamento a fornecedores era de 156 dias, mais do que os 127 sem endividamento; o prazo de pagamento do Governo Regional era de 17 dias com endividamento, mais do que os 12 dias atuais sem endividamento; e em relação aos Hospitais EPE, o prazo médio de pagamento no terceiro trimestre 2020 era de 385 dias com endividamento, agora e sem endividamento é de 277 dias. E é esta a realidade das finanças da Região Autónoma dos Açores se compararmos a data de hoje ao último trimestre de 2020, quando havia endividamento e agora não há.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Acresce que, sem endividamento, temos a melhor execução no primeiro semestre do Plano desde que há registo. Eu falei em mais de dez anos. Fomos procurar e não encontramos mais registos. Desde que há registo, há pelo menos dez anos que não temos uma execução tão grande, em termos percentuais 40,3%. Em termos absolutos só é ultrapassada pelo primeiro semestre de 2020, pelas razões que todos conhecemos.

Ora, com uma execução destas do Plano, com os prazos médios de pagamentos que acabei de referir, bastante melhores do que no último trimestre de 2020, os senhores ainda têm coragem de falar de descalabro das finanças?! Descalabro foi o que os senhores fizeram e nós ainda estamos a pagar!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Duarte Freitas):* Estes é que são os dados! Espero que a comunicação social tenha sido célere em anotá-los!

Deputado Carlos Silva (PS): Não perca a humilhada, Sr. Secretário!

Presidente: Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Carlos Silva, para além da parte que eu nunca esperei que acontecesse, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Qual?

O Orador: ... que fosse ler recomendações e conclusões do parecer da Conta de 2021, muitos deles são exatamente os mesmos nas Contas de 2020. E o Sr. Deputado Paulo Estêvão desmentiu, lendo aquilo que eram as mesmas matérias relativamente à Conta de 2019 e que serão iguais relativamente às de 2018, 17 e 16. E o próprio juízo da Conta, em que há uma alteração a partir de 2016. E, portanto, essa parte, Sr. Deputado, nem vale a pena perder mais tempo com aquilo que disse.

Agora, relativamente aos municípios, aquilo que tinha afirmado, todos os números que eu utilizei na intervenção são números que estão aqui na Conta. E o Sr. Deputado, quando está a desmentir, também está a desmentir a Sra. Relatora, porque números que leu ali no relatório são exatamente aqueles que tinha mencionado aqui.

Deputado Carlos Silva (PS): Responsabilidades futuras!

O Orador: Mas vamos aos municípios, que foi aquela que o Sr. Deputado mencionou com mais veemência. Na página 73 está exatamente aquilo que eu disse aqui, o município de Angra do Heroísmo, em 2021, recebeu 28% daquilo que eram as verbas transferidas do Orçamento da Região para os municípios. E o município da Praia da Vitória recebeu 18%.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso são contratos para habitação! O senhor sabe disso!

O Orador: Eu estou a falar naquilo que foram transferências do Orçamento da Região para municípios da Região.

E, portanto, não vale a pena o Sr. Deputado estar a dizer que não, porque é aquilo que está na página 73.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Contratos ARAAL...

O Orador: Se calhar, vou ter que ler. Se calhar, a Sra. Deputada entende melhor se tiver que ler. Mas está aqui na página 73 aquilo que foram as transferências, que foi o que eu falei. Não falei em novos contratos ARAAL. Falei naquilo que

foram as transferências do Orçamento, em 2021, para os municípios da Região. Relativamente aos números da dívida, Sr. Deputado, aquilo que mencionei foi aquilo que a Sra. Relatora também mencionou. E está aqui na página 87.

Deputado Carlos Silva (PS): E as responsabilidades? Não é esse o critério!

O Orador: E relativamente ao critério que nós temos utilizado, para além da dívida bruta, são números que estão aqui no parecer do Tribunal de Contas.

E esse valor, relativamente às empresas fora do perímetro orçamental, que está na página 99, aquilo que são responsabilidades fora do perímetro orçamental avalizadas pelo Governo, o valor que lá está são 384 milhões de euros. O valor que o Sr. Deputado António Lima falou foi na totalidade do passivo das empresas públicas. Eu mencionei o valor daquilo que são os empréstimos fora do perímetro orçamental que estão com garantia da Região. Mas podemos discutir esse critério. E, portanto, as contas que fiz somavam cerca de 3700 milhões de euros e o Sr. Deputado António Lima mencionou o total do passivo das empresas públicas.

Relativamente à omissão de dívida não financeira que falou o Sr. Deputado Carlos Silva, o Sr. Deputado fala numa questão, foram 24 milhões de euros em 2021, quando a mesma questão, em 2020, no Governo da responsabilidade do Partido Socialista, foram 115 milhões de euros. Na Conta da Região de 2020, na altura, o Governo só considerou a dívida vencida.

E também olhando para a Conta de 2022, e não estamos aqui a discutir a Conta de 2022, o critério em 2022 foi idêntico àquele que o Tribunal de Contas utiliza.

Mas faz-me impressão que o Sr. Deputado tenha falado nos 24 milhões de euros de divergências, quando exatamente na mesma situação, no último parecer da Conta da Região, na Conta de 2020, essa diferença foram 115 milhões de euros.

E, agora, para não deixar o Sr. Deputado José Luís Parreira sem resposta ou sem algum comentário, vamos lá ver uma coisa, é sempre fácil para qualquer política económica encontrar exemplos muito bons, mas também exemplos maus. Por exemplo, o caso da Inglaterra, no ano passado, que levou à queda de uma

Primeira-Ministra, a queda de impostos teve as consequências que teve.

O Sr. Deputado falou, se é que eu percebi bem, eu posso não ter percebido bem, que o objetivo era baixar o peso da despesa pública de 40 para 30% do PIB.

Deputado José Luís Parreira (IL): Não!

O Orador: Mas falou de 40 para 30%.

Deputado José Luís Parreira (IL): O Orçamento Regional representa 40% do PIB.

O Orador: Sim, passar para 30%. E a pergunta que faço é: em valor absoluto, o que é que isso representa, Sr. Deputado? Representa 500 milhões de euros. Não vou estar a questionar. O PIB de 2022 serão 500 milhões de euros. As despesas de funcionamento da Região centram-se, mais de 80%, em despesas de educação e de saúde. As despesas do Plano, se executadas a 100%, serão 600 milhões de euros. Quando o Sr. Deputado tira 500 milhões de euros dessa equação, ou não há investimento, ou não há saúde, ou não há educação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, tudo isso tem que ser feito com outra profundidade. A não ser que me diga: o nosso objetivo é, em 15 anos, passar de 40 para 30%. Mas diga que são em 15 anos. Portanto, quando o Sr. Deputado diz que vamos passar a despesa pública de 40 para 30% do PIB, tem que complementar o seu raciocínio num período bastante mais alargado, porque senão não faz qualquer sentido.

Mas admito que do ponto de vista económico alguém entenda que, à medida que se vai baixando o peso do setor público, a economia vai crescer mais rapidamente, vão ser cobrados mais impostos... Tudo bem. Agora, tem que juntar a isso um período temporal, porque senão ninguém pode levar a sério. E o período temporal são 15 anos, 20 anos. Para quem concordar. Eu não estou a dizer que concordo. Mas tem que completar isso.

Deputado José Luís Parreira (IL): Claro!

O Orador: Só para que tenha presente que, quando se fala de 40 para 30%, se

está a falar de menos 500 ou 600 milhões de euros.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Parreira.

(*) **Deputado José Luís Parreira (IL):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Fazer política é essencialmente fazer uma gestão de prioridades. A história lembrará aqueles que tiverem a coragem de definir menos prioridades, melhores prioridades e conseguirem realmente melhorar o futuro desta terra.

Sr. Deputado, esses 500 milhões de euros que alertou quase que chegam aos 600 milhões de euros, que são 400 milhões de euros os valores de fundos comunitários e outros fundos, mais 300 milhões de euros os valores das transferências do Orçamento de Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por referir que o que nós dizíamos no passado e que mantemos hoje é que os erros e omissões devem ser corrigidos. Mantemos isso. A verdade é que, dos erros e omissões que são relatados pelo Tribunal de Contas, há dados que são relevantes e que são novos. Há dados que se mantêm e há dados que são novos. Vou-vos dar alguns exemplos: o Tribunal de Contas diz que não conseguiu

comprovar como é que os 60 milhões de euros para projetos com participação comunitária foram efetivamente investidos. Um dado que não vinha no passado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah estava, estava!

O Orador: O Tribunal de Contas também diz que, dos 110 milhões de euros para investir em medidas Covid, também não conseguiu comprovar onde é que efetivamente foram investidos. Mais um dado.

O Tribunal de Contas também diz mais, diz que, dos 75 milhões de euros recebidos como adiantamento do PRR, 67 não se sabe como é que foram utilizados.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Já se sabe, Sr. Deputado! Já se sabe isso tudo!

O Orador: Ó Sr. Deputado António Vasco, vai-me dizer que também é um dado antigo? O PRR não existia antigamente.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): E a nível nacional, como é?

O Orador: Dos 75 milhões de euros recebidos em 2021, o Governo não sabe, não explica e esconde onde é que aplicou 67 milhões de euros. Em 2022, recebeu mais 25 milhões de euros de adiantamento. Continua sem explicar. No total são 84 milhões de euros que não estão explicados. E, portanto, esses são dados novos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Onde foram parar os 20 milhões de euros recebidos em dezembro de 2019? Onde é que foram parar? Quando foi do Lorenzo, esses 20 milhões onde é que foram parar?

O Orador: Exerça a sua influência, Sr. Deputado Paulo Estêvão, para que o Governo consiga efetivamente explicar onde é que gastou 84 milhões de euros de adiantamentos do PRR.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu estou a fazer-lhe uma pergunta: os 20 milhões de dezembro de 2019?

O Orador: Porque é importante. Os açorianos merecem essa explicação. E o Governo esconde essa informação. E, portanto, o senhor, como líder da coligação

que sustenta o Governo, ...

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

O Orador: ... também deveria exercer a sua influência e garantir que o Governo finalmente explique onde é que gastou 84 milhões de euros recebidos como adiantamento do PRR. E, portanto, era relevante que essa informação fosse tornada pública.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): 20 milhões em dezembro de 2019!

O Orador: O Sr. Secretário Duarte Freitas vem aqui falar de uma parte da história, mas não da história toda, Sr. Secretário. Em primeiro lugar, continua sem referir quais é que são efetivamente as responsabilidades financeiras da Região, de acordo com o seu critério, até 12 de maio de 2022. O senhor apresentou aqui um número, mas não atualizou os dados de 14 meses depois. E era importante que o fizesse por uma questão de coerência.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Transparência!

O Orador: O que nós dizíamos e que para nós era relevante, é que o critério que adotávamos era o critério da dívida bruta para efeitos de procedimento de défices excessivos. É o mesmo, Sr. Deputado. E, de acordo com este critério, em 2020, eram 2405 milhões de euros. Em 2021, de acordo com o mesmo critério, aumentou 278 milhões de euros, para 2683 milhões de euros. E, em 2022, já sabemos que o valor aumentou para 3022 milhões de euros. E, portanto, em apenas dois anos da vossa governação, a dívida bruta para efeitos do procedimento de défices excessivos aumentou 617 milhões de euros, são mais 26%. Este é o critério que nós adotávamos. E, portanto, estamos a falar de uma média de endividamento superior a 300 milhões de euros por ano, o triplo daquele que se registava durante 24 anos de média na governação do Partido Socialista.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é factual. Mantemos o mesmo critério.

O que o Sr. Deputado António Vasco dizia e o Sr. Secretário Duarte Freitas

também dizia, pelo menos até 12 de maio de 2022, é que o que relevava para vocês, legitimamente, é uma opção, não era só a dívida bruta, mas também encargos com PPP e outras responsabilidades. Em 2020, nas vossas contas, o valor era de 3600 milhões de euros. E em 2021, qual é que é? Na vossa Conta, qual é o valor que lá está para essas responsabilidades? Não colocam. Se esse é o critério que vos interessa, porque não colocam lá o valor? Isso dá bem nota da vossa falta de coerência e falta de transparência!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: São quase mais 400 milhões de euros só num ano. Em dois anos, essas responsabilidades, de acordo com o vosso critério, são mais 727 milhões de euros. E, portanto, esses são os vossos números. Expliquem porque é que tomaram essas opções e expliquem em que é que isso se traduz em bons resultados da governação, porque nós não conseguimos compreender.

Relativamente a dívidas a fornecedores, o que o Sr. Secretário Duarte Freitas não disse é que, no final do primeiro trimestre, as dívidas a fornecedores totalizavam cerca de 132 milhões de euros. Não é apenas o Partido Socialista que refere, são as Câmaras de Comércio, o Conselho Económico e Social e outras associações, que refletem bem as suas preocupações com o aumento das dívidas a fornecedores. E isso traduz-se praticamente no prazo que é publicado pela Direção-Geral do Orçamento, em que o prazo médio passa de 116 dias no segundo trimestre de 2022 para 129 no primeiro trimestre de 2023.

E, por fim, para concluir, não poderia deixar de fazer uma menção às declarações do Deputado José Parreira, porque vem aqui falar que o capital, o capital, o capital... Essa não pode ser apenas a preocupação da Região, não pode ser a prioridade da Região. A nossa prioridade são as pessoas, é o desenvolvimento sustentável da Região e não o crescimento económico desenfreado. Não é essa a nossa ambição, não era e continua a não ser.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E fico ainda mais preocupado quando o Sr. Deputado refere que para a Iniciativa Liberal apenas são relevantes três setores, segundo percebi: educação, saúde, portos e aeroportos. Foi aquilo que referiu, as vossas prioridades. O resto, então, é para cortar. Apoio social? Cortamos. Apoio aos idosos, apoio às crianças, apoio às famílias, cortamos.

Deputado Berto Messias (PS): Apoios à agricultura, pescas...

O Orador: Cultura? Cortes já existem. Então, o senhor ainda quer cortar mais. Apoios às empresas, às microempresas, que são 90% do nosso tecido empresarial? É para cortar, exceto no SIFROTA. O SIFROTA mantemos, porque é uma proposta da Iniciativa Liberal. E é muito liberal essa proposta!... A agricultura? É para cortar. As pescas? É para cortar. O ambiente? Também é para cortar no investimento. Ó Sr. Deputado, permita-me, com franqueza: de que forma é que os Açores se enquadram nessa utopia em que o Sr. Deputado vive?

Deputado João Vasco Costa (PS): É no espaço!

O Orador: Não se enquadram. As opções que o Sr. Deputado defende não servem os açorianos. Não servem. Isso não tem a ver com seja PS ou PSD, não servem. Com as vossas opções, nós íamos deixar os mais vulneráveis ainda mais para trás. Com o vosso apoio governamental, já estão a ficar para trás.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não concordo! Falso!

O Orador: Na cultura estão a cortar nos apoios. Nas empresas estão a cortar. Em várias áreas cortes e cativações...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: No mundo perfeito que o Sr. Deputado defende, e é legítimo, só há lugar ao capital. E as pessoas? E os mais frágeis? E aqueles que precisam de apoio? O que é que dizemos a eles?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Em todas as fases da nossa vida, as políticas liberais podem fazer sentido para alguns, mas numa região como a nossa, com tantos desafios para vencer, certamente não há lugar ao liberalismo, muito menos ao liberalismo que os Srs. Deputados defendem.

E, portanto, nós defendemos, e não abdicamos, um estado social forte que proteja os mais fracos, que apoie empresas, famílias, instituições, que garanta, de facto, que a região onde vivemos e que pretendemos continuar a viver é uma região em que vale a pena apostar. E disso não abdicamos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, faça favor.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Carlos Silva voltou a insistir no défice e na dívida bruta, em 2022, de 3022 milhões de euros, exatamente o que está nas contas, validadas pelo INE e pelo Eurostat.

E no parágrafo antes, o Sr. Deputado teve oportunidade de ler. No parágrafo antes do quadro que tem esse dado, diz o seguinte...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas é verdade ou não é verdade?

O Orador: Nós sempre assumimos isso. Diz o seguinte: o saldo, em 2022, da Região foi condicionado pelas medidas de Covid em 42,1 milhões de euros.

Deputado Carlos Silva (PS): Receberam fundos também para isso!

O Orador: Mas o resultado é também explicado pela concessão e garantias de injeção de capital do Governo na empresa SATA nos montantes de 135, se quiser tomar nota, mais 62, o que dá 197 milhões de euros, mais 42 milhões de euros de Covid e, ainda, pela incorporação da dívida da Lotaçor, da Santa Catarina e da Sinaga nos montantes de 23 milhões de euros.

Sr. Deputado, não custa nada somar isso. Em vez de estar aqui a enganar as pessoas, o senhor soma as coisas e falamos todos a mesma linguagem, com verdade, que é isso que lhe falta!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Parreira.

(*) Deputado José Luís Parreira (IL): Sr. Deputado Carlos Silva, a mim não me choca socorrer os mais frágeis da sociedade. A mim, o que me choca é tudo o que é negócio nesta Região depender do apoio do Governo. Aquilo que me choca, Sr. Deputado, é que, se houver uma moção de censura ao Governo, a economia desta Região para! Sr. Deputado, só lhe digo uma coisa: aquilo que me choca, Sr. Deputado, é que quem mais contribui pagando impostos nesta Região também é quem mais beneficia – os mais pobres, Sr. Deputado. Os mais pobres pagam impostos, mesmo que no reembolso do IRS não paguem nada, mesmo que na retenção na fonte não paguem nada. Os mais pobres pagam imensos impostos, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Silva (PS): Quais são? Na Estónia não pagam nada!

O Orador: São os impostos que os ricos transferem para os pobres. Sabe porquê? Porque os ricos, por norma, têm mais poder negocial. Os ricos, por norma, conseguem transferir para os pobres...

Deputado Carlos Silva (PS): Os ricos são os que defendem a Iniciativa Liberal!

O Orador: Desculpe, Sr. Deputado, numa economia de troca, até os impostos são transacionados. E os pobres, infelizmente, pagam muitos impostos, mesmo que vocês digam que não, que a retenção na fonte deles é zero. Isso é o que me choca. Eu quero uma Região em que o Governo se foque exatamente em funções essenciais. E socorrer os mais pobres é uma delas. Não os socorrer eternamente, mas socorrê-los em períodos da sua vida em que estão mais frágeis.

Deputado Mário Tomé (PS): E está a dizer isso ao Partido Socialista?

O Orador: Pronto, termino, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Já esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção. Em primeiro lugar, em resposta ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros, dizer que os dados que me suportei são aqueles que estão, por um lado, no relatório do Tribunal de Contas, em que a dívida das entidades públicas regionais fora do perímetro ascendem a 1117 milhões de euros – dívida, não passivos – e até no relatório da Comissão sobre a Conta e no próprio parecer do Tribunal de Contas, em que se refere que a dívida da EDA é de 352 milhões de euros, o que somado à dívida do Setor Público Administrativo Regional dá a módica quantia de 4066 milhões de euros de responsabilidades financeiras futuras, de acordo com o critério do Governo. E dou aquela que é a nossa leitura do critério do Governo à questão do Sr. Deputado Carlos Silva, mas que,

naturalmente, também saberá fazer essas contas até melhor do que eu.

Mas, Sr. Secretário, eu não posso deixar de perguntar... O Sr. Secretário refere que as dívidas a fornecedores até não estão assim tão más. É o que quer fazer parecer. Mas o que lhe pergunto é: perante a opção do Governo em não aumentar o endividamento líquido, quem é que está a suportar o défice da Região? Fica a questão. Porque alguém tem que suportar.

Também, neste debate, aliás, na continuação daquilo que aconteceu de manhã, é curioso verificar alguns aspetos, numa leitura mais política do que financeira. Os partidos que suportam o Governo, ou melhor, os partidos que aprovaram o último Orçamento, que têm como principal bandeira...

Deputado José Pacheco (CH): Palco!

O Orador: ... o endividamento zero, essa lógica que criaram após dois anos de aumento de endividamento... Como já disse, nós não achamos que a dívida é má por si só. Ela, se for bem aplicada, é um mecanismo que devemos usar para investimento, para apoiar as pessoas em situações de crise. Mas quem apoiou essa medida e viabilizou este Orçamento, já temos vários partidos a colocarem-se de fora desse filme. O PAN diz que não concorda com o endividamento zero, mas votou a favor do Orçamento. O Chega já hoje levanta problemas e se distancia, novamente coloca-se fora da fotografia do endividamento zero, mas aprovou o Orçamento. Bem, só falta a Iniciativa Liberal. Pelos vistos, o Sr. Deputado já não tem tempo. Mas a Iniciativa Liberal está mais dogmática do que nunca. E, perante as dificuldades das pessoas, o que diz é: comprem ações no estrangeiro, que todos ficaremos melhor. E não vou dissertar mais sobre isso porque o Sr. Deputado já não tem tempo.

Mas esse curioso registo de que quem aprovou o Orçamento, que tem como principal medida o endividamento zero, quando os problemas começam efetivamente a surgir, colocam-se de fora e não querem estar na fotografia do desastre que está a ser a execução deste Orçamento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava que me explicassem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como é que é possível, Sr. Deputado António Lima, depois de ouvir os dados que lhe dei aqui, o senhor continuar a falar num desastre da execução. Temos a melhor execução da história, no primeiro semestre, do Plano de Investimentos!

Deputado António Lima (BE): As pessoas estão piores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Temos prazos médios de pagamentos a fornecedores menores do que no último trimestre de 2020, quando havia endividamento. Ora, com a melhor execução do Plano de Investimentos da história, com a diminuição do prazo médio de pagamentos aos fornecedores, comparado com 2020, como é que ainda se coloca essa questão?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Os senhores, por muito martelarem a realidade, ela não vai ficar como os senhores desejam. A realidade é esta: a melhor execução do Plano, no primeiro semestre, da história! A diminuição do prazo de pagamento a fornecedores, desde o último trimestre de 2020!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ó senhor, não é verdade!

O Orador: Isto é feito com um endividamento zero, é verdade, mas não foi o endividamento zero o mantra do Orçamento. Sabe qual foi o mantra do

Orçamento? Ser o Orçamento com o maior pendor social da história da autonomia! Esse é que foi o mantra, o alfa e ómega do Orçamento para 2023!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E é por isso que talvez seja mais estranho o seu voto do que o voto da Iniciativa Liberal, do Chega ou do PAN, porque o seu voto foi globalmente contra aquilo que foi anunciado, aprovado e demonstrado como o Orçamento com o maior pendor social da autonomia. E como é que o senhor votou? Contra!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Não foi o Orçamento do endividamento zero. Tinha endividamento zero e, mesmo assim, foi o de maior pendor social da história da autonomia, ...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): No papel!

O Orador: ... com a melhor execução no primeiro semestre. E com a diminuição de prazos de pagamento a fornecedores.

E os senhores querem insistir que isto não é positivo e que é uma realidade terrível, que o Diabo vem aí?! Não vem!

Deputado António Lima (BE): Para as pessoas vem!

O Orador: Não vem, porque o turismo está crescendo, os funcionários públicos estão recebendo mais, os pensionistas estão recebendo mais, as famílias estão a ser mais apoiadas, o CREDITHAB está a funcionar, o apoio social escolar cresceu 23%. É o Orçamento com o maior pendor social da história da autonomia, com a execução que está a ter! E os senhores ainda colocam isto tudo em causa?! Com o desemprego a níveis historicamente baixos, com a maior população ativa da

história, com a maior população empregada da história, crescendo há 24 meses seguidos! E os senhores o que é que têm a dizer a isso? Não dizem: ainda bem para os açorianos. Dizem: ah, isso é mau para a oposição. Mas eu julgava que, no fim, no fundo, o que fosse bom para os açorianos era bom também para a oposição. Mas não, pelos vistos é só bom para quem está no Governo e para quem apoia o Governo. Isto, sendo lamentável, é também triste.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: E, portanto, aqui estamos, firmes, com o Orçamento de maior pendor social da história da autonomia, com o endividamento zero, a diminuir o prazo de pagamento a fornecedores em relação ao último trimestre 2020, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): A aumentar há quatro semestres consecutivos!

O Orador: ... com a maior execução, no primeiro semestre, do Plano de Investimentos.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Tudo isto é factual. Como é que os senhores ainda põem em causa e continuam com insinuações, mentiras e falsidades de uma deficiente execução orçamental? Como é que é possível? Há coisas que ultrapassam, de facto, a nossa racionalidade!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não ultrapassam nada!

O Orador: Como é que é possível? Os senhores acham que por continuarem a dizer e a repetir isso vão torturar a verdade até que ela se torne mentira? Não vão conseguir! A verdade é esta!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: 24 meses de crescimentos consecutivos, o Orçamento de maior pendor do social da história da autonomia, execuções como estamos a ter...

Não está tudo perfeito. É verdade.

Deputado Tiago Branco (PS): Não? Parecia!

Deputado Berto Messias (PS): Olhe, quem ouve o Sr. Deputado Paulo Estêvão não pensa assim!

O Orador: Precisamos fazer mais. É verdade. Precisamos de olhar para as pessoas. Foi isso que fizemos.

Atenção, criticaram a Iniciativa Liberal por não olhar para as pessoas. A Iniciativa Liberal votou a favor do Orçamento de maior pendor social da autonomia. Os senhores é que votaram contra. Por amor de Deus!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): Estão arrependidos!

O Orador: A Iniciativa Liberal e todo o arco que votou a favor deste Orçamento, penso que o fez com orgulho, porque tinha um Orçamento com este pendor social. Podiam duvidar, eventualmente, alguns, legitimamente, se o endividamento zero poderia prejudicar a execução do Plano e Orçamento. Mas a prova está aqui, que isso não aconteceu.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Muito bem!

O Orador: Foi exatamente o contrário, temos a maior execução, no primeiro semestre, da história.

Senhoras e senhores, para além disto, o que mais querem? Talvez pudessem, em vez de tentar torturar a verdade, usar um bocadinho de energia para que o Governo da República cumprisse com as suas obrigações.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): Estávamos a ver que não chegava aí!

O Orador: É que tudo isto é feito com endividamento zero e sendo torpedeados pelo Governo da República, porque as verbas que estavam previstas em 2021, em 2022 e em 2023, para a solidariedade em relação ao furacão Lorenzo, vieram zero! E vão vir zero até ao final do ano! Ainda assim, não deixamos de dar as mãos aos florentinos. Os senhores é que deixaram de dar as mãos aos açorianos.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não iria falar neste ponto, mas fui chamado à receção pelo microfone do Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Não disse mentira nenhuma!

O Orador: Apesar de este objeto ser a Conta da Região de 2021, não vou entrar em engano como o Sr. Deputado Paulo Estêvão, que por troca estava a falar sobre 2019, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Enganei-me!

O Orador: ... não vou falar também sobre a Conta da Região de 2023 porque eu não consigo passar de forma quântica para o futuro, por isso vou só apenas corrigir

aquilo que tem que ser corrigido.

Está a fazer um ano neste preciso momento em que eu tive uma reunião formal com o Sr. Secretário Regional das Finanças sobre o endividamento de zero. E eu disse que não concordava. Contudo, a aprovação do PAN neste Orçamento de 2023 não se resume unicamente a um ponto, relativamente ao endividamento zero.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Duarte Freitas*): Claro!

O Orador: Isso seria uma redução tão ignorante da parte do partido, que nunca iríamos fazer. Aliás, esta votação favorável no Orçamento foi mais do que o PAN, foi mais do que o Deputado Pedro Neves, tanto como cidadão, como deputado, foi para todos os açorianos. E foi para todos os açorianos porque o ano de 2023 seria um dos piores anos que poderíamos ter a nível mundial por inúmeras razões, desde Covid, porque houve uma retenção em termos monetários, porque não tivemos as mesmas receitas, tivemos muito mais despesas e isso, obviamente, tem que ser alargado numa amortização durante vários anos, taxas de juro, inflação... E seria muito mau da parte do nosso partido não termos a maturidade e a responsabilidade política em votar favoravelmente. Aliás, foi a única vez que o fizemos.

Aproveito também para correção, para dizer que o IL ainda não era IL, não sabia sequer que seria IL. E o PAN, em 2016, na campanha, já dizia que queria privatizar a SATA Internacional. É só para ficar tudo corrigido.

Obrigado.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Duarte Freitas*): Tudo o que disse é verdade!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário das Finanças, agradeço a sua intervenção, mas o senhor não respondeu quem é que está a financiar o défice da Região. E essa é uma dúvida que, julgo eu, este Parlamento, os açorianos e açorianas merecem ter resposta.

Mas a sua intervenção revela uma nova versão da célebre declaração de Luís Montenegro no tempo da troika, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, já cá faltava!

O Orador: ... em que dizia que a vida das pessoas não está melhor, mas o país está melhor.

A execução do Plano de Investimentos da Região, diz o Sr. Secretário, está ótimo, está excelente, melhor é impossível.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Antecipou-se ao PS!

O Orador: Mas ontem, por exemplo, nós soubemos que houve um promotor cultural que teve um corte num apoio para a realização de um festival, que passou de 14500 euros para 3500 euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor viu tudo o que está aí?

O Orador: E todos recebemos esta informação. Aliás, isto é transversal na cultura.

A vida das pessoas não está melhor, mas a execução do Plano do Sr. Secretário está muitíssimo boa.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Essa é a insensibilidade e o desprezo que esse Governo demonstra pelas pessoas, pelas suas atividades e pelas legítimas expectativas que tinham, que veem, assim, cortadas a direito todas elas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do

Governo:

Sr. Deputado António Lima, verdadeiro desprezo pelas pessoas é o senhor pôr em causa o Orçamento de maior pendor social da história por causa de um apoio cultural. Isso é que é o desprezo pelas pessoas!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O senhor votou contra o Orçamento com o maior pendor social da história, mas agora critica porque há um agente cultural que recebeu menos do que era habitual receber.

Deputado António Lima (BE): Não é um, são muitos!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Um não, centenas!

O Orador: Quanto a isto estamos entendidos sobre o desprezo pelas pessoas.

Aumentámos o apoio social escolar, aumentámos o abono de família, o complemento regional de pensão, os funcionários públicos, aumentámos isso tudo. Não interessa isso para o Bloco de Esquerda. Isso de ser o Orçamento com o maior pendor social da história não interessa. O que interessa são os agentes culturais que recebiam cinco e que vão receber quatro. Isso é que interessa para o Bloco de Esquerda. Isso é que é a consideração que o Bloco de Esquerda tem pelas pessoas.

Deputado Carlos Silva (PS): Continue assim que está no bom caminho!

O Orador: Sr. Deputado, acho que quem indicia que os resultados do Bloco de Esquerda no futuro próximo podem ser muito maus, acho que estão muito certos nas previsões.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, só para terminar, dizer o seguinte: quem se preocupa tanto com as pessoas, já provámos que não, antes pelo contrário, mas enche a boca de falar

das pessoas, o que é que é mais importante? Não é o emprego?

Deputado António Lima (BE): Qual emprego?

Deputado Carlos Silva (PS): Que visão é essa, meu Deus?

O Orador: Já o desafiei mais do que uma vez para vir aqui dizer que se congratula pela taxa de atividade, que se congratula pelo número de pessoas empregadas, que se congratula pelo programa Contratar, que foi o programa de maior combate à precariedade da história da autonomia.

Deputado António Lima (BE): Do aumento da precariedade!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas o senhor não é capaz de o fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: A sua preocupação são os agentes culturais. Não são as pessoas, não são as famílias, são os agentes culturais.

Deputado Carlos Silva (PS): Os agentes culturais não são pessoas?

Deputada Ana Luís (PS): Os agentes culturais também não têm contas para pagar?

O Orador: E é a isto que está resumido o Partido Socialista. E é a isto que está resumido o Bloco de Esquerda.

Pois, a nós interessa à cultura, mas, Sr. Deputado António Lima, um Orçamento com o maior pendor social da história e o senhor votou contra. O senhor não é capaz de reconhecer o combate à precariedade que temos feito.

Ainda hoje anunciámos uma nova abordagem relativamente ao sistema de incentivos, em que há prémios para os empregadores que pagam mais aos seus colaboradores, em que há prémios aos empregadores que dão benefícios sociais aos seus trabalhadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado António Lima (BE): E para os trabalhadores qual é o prémio?

O Orador: Esta é a visão social-democrata que nós temos, ...

Deputado António Lima (BE): Prémios para os empregadores!...

O Orador: ... criar condições para que os trabalhadores tenham mais estabilidade, formação, contratação, melhores vencimentos. É isso que está matricialmente no nosso sistema de incentivos. É isso que está matricialmente no Contratar. É isso que está matricialmente neste Governo.

E é por isso que estamos muito convictos...

Deputada Alexandra Manes (BE): De que os agentes culturais vão votar contra!

O Orador: ... e muito satisfeitos com o crescente apoio popular que vamos sentindo.

Deputado António Lima (BE): Sim, sim...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, começava por dizer Tribunal de Contas, aquela entidade que normalmente serve de arma de arremesso de uns contra os outros. É prática corrente, isso acontece na Assembleia Regional, isso acontece nos municípios, isso acontece variadas vezes. Portanto, quando dá jeito, venha o Tribunal de Contas ou venham as recomendações do Tribunal de Contas para criticar a outra parte.

Bem, as advertências e as observações que o Tribunal de Contas faz e que são recorrentes não são corrigidas, porquê? Umas são corrigidas. Em sete, oito ou dez, corrigem-se duas ou três, as outras ficam para outras alturas, para outras calendas.

E porquê? Porque dá jeito. Porque há uma coisa que se chama: os custos da democracia. E há recomendações do Tribunal de Contas que incomodam à democracia, porque não se pode cortar a torto e a direito, tem que se salvaguardar determinadas situações. E, pronto, essa recomendação fica para outra altura.

Acima de tudo e como já foi falado aqui esta manhã e esta tarde, estamos numa altura em que nunca houve tanto emprego Região. As pessoas lá fora sabem disso. Atualmente, estão empregados todos aqueles que têm o mérito de ter o emprego, todos aqueles que foram colocados nos serviços pelo Partido Socialista e, mais, todos aqueles que foram colocados por esses desde que chegaram à governação. Está tudo empregadinho, à conta de Deus.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é um insulto aos empresários!

O Orador: Toda a gente está empregada. Não há desemprego. Os senhores, também, quando chegaram, disseram assim: eh pá, a gente não vai mexer nos deles, a gente vai arranjar lugar para os nossos. É o que está acontecendo. É isso. Os senhores sabem que isso é verdade. Devagarinho, devagarinho... E toda a gente sabe isso nas freguesias e nos concelhos, como é que as coisas acontecem.

E, portanto, à conta disso as dívidas aumentam. As recomendações do Tribunal de Contas relativamente à dívida pública: eh pá, arruma-se isso numa gaveta.

Não se vai mexer na SATA porque não se pode despedir ninguém da SATA. À volta de um avião podem estar 10, 12 ou 13 pessoas, que não tem mal nenhum.

Não se vai mexer na secretaria tal, porque embora, se calhar, tenha lá gente a mais, também não se vai pôr ninguém em casa.

Depois, à conta disso fica o que fica, que é: depois, chegamos aos hospitais... Sra. Secretária da Saúde, pergunte ao pessoal que a senhora gere. Não há Betadine nos centros de saúde, não há nos hospitais. Pensos e outros equipamentos de uso quotidiano nos hospitais para cuidados de saúde há falta todos os dias. Todos os dias há pessoas a se queixarem de que chegam às unidades de saúde e não têm os devidos cuidados e tratamentos porque falta material. E falta material, porquê?

Por aquilo que já vimos. Olhe, aos hospitais pagavam a 385 dias, agora pagam 277. Pagam mais cedo, pagam. Mas pagam mais cedo, porquê, Sr. Secretário Regional das Finanças? Pagam mais cedo porque as empresas que fornecem já não fornecem ou fornecem menos. E depois entra naquilo que eu disse, que é a rutura de material.

Sr. Secretário das Finanças, procure saber esses princípios. É que os números às vezes traduzem umas coisas que não é a realidade do dia a dia, Sr. Secretário. Enquanto a saúde não tiver uma dotação suficiente e adequada àqueles que são os cuidados de saúde, vamos ter esse problema.

E o Sr. Secretário das Finanças lembra-se perfeitamente, na reunião que eu tive consigo e com o Sr. Presidente do Governo, que eu era a favor, a 100%, do endividamento zero.

Deputado António Lima (BE): Já não é?

O Orador: Eu era, deixei de ser, porque há um ponto a partir do qual... Olhe, na minha terra, Sr. Deputado António Lima, diz-se: só os burros é que não mudam de ideias.

Eu também gostava do endividamento zero, mas quando começar a faltar material nos hospitais, quando começar a faltar dinheiro nas escolas para fazer as refeições das crianças, ...

Deputada Alexandra Manes (BE): Vai-se pagar às empresas para irem prestar serviços lá!

O Orador: ... aí, nessa altura, eu mudo de ideias. Eu mudo de ideias porque é preciso salvaguardar esses princípios base numa sociedade que, infelizmente, é pobre e precisa desses cuidados de saúde, desses cuidados de educação, básicos, para satisfazer as necessidades dessas famílias.

Portanto, Sr. Secretário das Finanças, se o senhor tiver que fazer um Orçamento retificativo para acautelar os interesses e as necessidades básicas dessa população, pode contar aqui com o Deputado independente. Para algumas coisas já deixou de

contar, mas para essas situações o homem está aqui, para assumir que tinha um objetivo, como vocês também tinham, mas para assumir que há um dia a partir do qual não faz sentido ter esse objetivo porque deixaram de ficar salvaguardados princípios basilares de uma sociedade, que se quer justa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, eu tenho pouco tempo, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu acho que ainda tem muito!

O Orador: ... mas não resisto a fazer duas referências. Primeiro, Sr. Deputado Carlos Silva, como viu aqui, o Governo não disse que o Tribunal de Contas estava errado, não se refugiou nesse tipo de argumentos.

Veja em 2019. Dizia V. Exa., terça-feira, 2 de julho de 2019: “O que aqui foi feito por alguns partidos da oposição, focaram-se apenas e em exclusivo em algumas reservas e recomendações que são feitas, que são legítimas, mas a verdade é que isso ficou bem patente relativamente à Conta de 2016, que nem sempre o Tribunal de Contas recomenda [diz V. Exa.] de forma igual para os Açores, para a Madeira e para o Estado.”

Deputado Carlos Silva (PS): É verdade!

O Orador: “Portanto, também é normal que haja algumas divergências, o que não significa que haja incumprimento da lei.” Ou seja, em conclusão, a culpa era do Tribunal de Contas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não apoiado!

O Orador: E essa atitude mudou em relação a este Governo, mudou em relação a esta maioria. E o Tribunal de Contas já não é aqui diminuído ou desprestigiado.

Nós respeitamos as instituições. E, portanto, sobre esta matéria, Sr. Deputado Carlos Silva, houve uma mudança significativa.

Deputado Carlos Silva (PS): Não houve!

O Orador: Finalmente, eu não vejo a discussão agora sobre o endividamento zero. Há agora uma questão aqui sobre o endividamento zero, mas o Sr. Deputado Vasco Cordeiro já tinha fechado essa discussão. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro já tinha dito: os senhores enveredaram pelo endividamento zero porque os senhores não podem pedir mais dinheiro. Os senhores não podem. Como não podem, não pediram. E agora diz V. Exa.: a opção pelo endividamento... Então, mas temos a opção ou não temos a opção? Podemos escolher ou não podemos escolher? É que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro diz que nós não podemos escolher.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E, Sr. Deputado Carlos Silva, afinal, podemos ou não podemos endividar-nos? Afinal, Sr. Deputado... Só lhe deixo uma recomendação: não diga o contrário do que disse o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu disse e mantenho o que disse relativamente ao

Tribunal de Contas nessa matéria muito específica, tem a ver com a contabilização das transferências do Orçamento de Estado. E, aliás, eu mantenho o mesmo entendimento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quer que eu lhe leia o parágrafo?

O Orador: E o Governo atual mantém o mesmo entendimento do Governo anterior, que tem a ver com a contabilização e a distinção entre despesas correntes e despesas de capital. E receitas, também, respetivamente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nem pensar nisso! Não, não! Eu já lhe leio o parágrafo!

O Orador: E, portanto, não há nenhuma incoerência.

O que me surpreende da sua parte é que não tenha refutado aqui nenhum dos argumentos que apresentamos relativamente ao crescimento da dívida da Região em 2021 e em 2022, que é também da sua responsabilidade e que também o devia preocupar, mas não o preocupa.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão na sua primeira intervenção falou, vangloriou-se da execução do Plano de Investimentos 2021, que era de 86%.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Referiu! O Tribunal de Contas referenciou!

O Orador: Mas a taxa de execução do Plano de Investimentos de 2022 foi de 66%. E o que é que tem a dizer sobre isso? São menos 20 pontos percentuais, uma taxa de execução historicamente baixa. Qual é a sua opinião sobre este assunto? Ficamos a aguardar.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É a segunda mais alta de sempre!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, o que é que eu tenho a dizer? Eu tenho a dizer, por exemplo, que em 2012 a taxa de execução foi 65,78%, ou seja, mais baixa do que a referência que V. Exa. está a dar.

Deputado Carlos Silva (PS): E depois? Eu disse historicamente baixa!

O Orador: E também, Sr. Deputado, o que lhe quero dizer é que a sua explicação não colhe, porque não é esse o enquadramento e o contexto da sua intervenção.

E, Sr. Deputado, também teve a oportunidade de dizer, o Sr. Secretário das Finanças já lhe referenciou que a taxa de execução do primeiro semestre é histórica, a taxa de execução do Plano é histórica.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual taxa?

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado, essa é uma informação que lhe foi transmitida. E, pelos vistos, a V. Exa. essa parte não interessou ouvir.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, reconheço-lhe a habilidade. Isso é um facto indesmentível. Mas há algo que eu também gostaria de questionar: o Sr. Deputado já conhece então a taxa de execução do primeiro semestre de 2023?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pelo que disse o senhor!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acabou de ser revelada aqui!

O Orador: Não, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi o que foi dito!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Disse que é a maior de sempre!

O Orador: Sr. Deputado, explique a este Parlamento e aos açorianos como é que o senhor tem acesso...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor sabe que eu não tempo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor teve o mesmo acesso que ele! Foi dito aqui!

O Orador: Posso continuar?

Sr. Deputado Paulo Estêvão, explique a este Parlamento e aos açorianos como é que o senhor tem acesso a informação que os restantes partidos não têm aqui!

E há um outro pormenor muito relevante: se considera que essa taxa que foi anunciada, mas que não é conhecida, o investimento não é conhecido por nós e os documentos não estão publicados, se considera que isso é historicamente alto. E é muito relevante essa taxa de execução.

E se ela representa um corte significativo em áreas como a cultura, imagine se essa taxa fosse mais baixa o que é que isso significaria para os agentes culturais, para os apoios às IPSS que têm aumento de gastos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aumentaram! O maior aumento de sempre!

O Orador: As IPSS estão com aumentos de gastos com energia em cerca de 40% e cujo valor padrão que recebem não é suficiente.

Deputado Carlos Freitas (PSD): 14 anos sem serem aumentadas!

Deputada Délia Melo (PSD): Isso é demagógico!

O Orador: Sr. Presidente, se puder continuar...

Sra. Deputada Délia Melo, demagogia é o que a Sra. Deputada faz muitas vezes. E, portanto, se os cortes que o senhor tem aplicado na cultura, a falta de verbas para compensar as IPSS e outras instituições com o aumento de gastos com energia, por exemplo... E só numa instituição foi um aumento de mais de 40% só em 2023 e não há apoios do Governo para esta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pergunte ao Sr. Deputado Francisco César quanto é que a energia baixou!

O Orador: E há um outro facto indesmentível: o Sr. Secretário veio aqui anunciar a existência de um novo sistema de incentivos, que é muito semelhante ao que

existia anteriormente...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Mas o senhor conhece? Pensei que o senhor desconhecesse!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Conhecemos as suas declarações!

O Orador: Sr. Secretário, explique como é que as empresas açorianas estão há 18 meses...

Presidente: Sr. Deputado Carlos Silva, este assunto não está no âmbito deste debate.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Qual assunto?

Deputado Berto Messias (PS): Não está?! Eles não falam de outra coisa, Sr. Presidente! O Sr. Presidente acordou agora?

O Orador: Qual assunto, Sr. Presidente?

Presidente: O assunto a que o senhor se está a referir.

O Orador: Não sei. Pode-me referenciar, por favor?

Presidente: O das empresas e o do sistema de incentivos.

O Orador: Sr. Presidente, eu agradeço a sua explicação, porque o Sr. Secretário da Finanças veio aqui fazer anúncios sobre sistema de incentivos, sobre taxa de execução do primeiro semestre de 2023, e o Sr. Presidente não fez nenhuma reprimenda nem nenhuma chamada de atenção.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Quando é o Partido Socialista, faz de forma reiterada. E isso mostra bem uma tendência que é preocupante. E eu espero, muito sinceramente, que o Sr. Presidente não tente censurar os Deputados do Partido Socialista, porque isso não é aceitável!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Eu iria terminar a minha intervenção, referindo que é lamentável que as empresas açorianas...

Presidente: Sr. Deputado Carlos Silva, acabou o seu tempo. Agradeço que termine.

O Orador: ... estejam há 18 meses sem sistema de incentivos. E sobre isso os senhores também não dizem nada.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado Carlos Silva, o senhor bem conhece a minha postura e a minha condução dos trabalhos aqui nesta Casa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Por isso mesmo!

Presidente: E, portanto, eu não lhe admito que me diga que eu estou a censurar A, B ou C, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tem que admitir!

Presidente: ... porque já dei provas bem suficientes para que o senhor tenha outro entendimento!

Deputado Berto Messias (PS): Não foi o caso agora!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, o que lhe vou solicitar é uma informação. Se V. Exa. estiver em condições, poderá transmitir, mas compreendo perfeitamente que não possa acompanhar todos os momentos do debate. E o que eu lhe pergunto, porque foi colocado aqui de alguma maneira em causa que eu, simples deputado corvino, tive acesso a um conjunto de informações do Governo que não deveria ter, obviamente... Eu ouvi e penso que todos ouviram, aliás, ficou gravado que a taxa de execução deste semestre é a mais elevada de sempre. Foi o que disse o Sr. Secretário das Finanças.

Deputado Carlos Silva (PS): E isso é um assunto da Conta de 2021, não é Sr. Presidente?

O Orador: E, portanto, a minha fonte foi o Sr. Secretário das Finanças. E o que eu lhe pergunto, Sr. Presidente, é se se lembra desta expressão. E, recorde, compreenderei se o Sr. Presidente não se recordar.

Deputado Berto Messias (PS): Um simples deputado corvino... É preciso ter lata!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Recordo-me, sim, senhor.

Sr. Secretário Regional, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, de facto, apenas para confirmar aquilo que aqui foi referido, por mais do que uma vez nesta sessão, como já aconteceu em sessões anteriores, dei nota das mais recentes taxas de execução do Plano. Aliás, até no mês passado pedi desculpas por a do primeiro trimestre não estar publicada como devia. O Sr. Deputado António Lima certamente se lembrará.

E hoje, aqui, já tive oportunidade de dizer mais do que uma vez: a maior taxa de

execução, em percentagem, desde que há registos, 40,3%.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é o período, Sr. Secretário?

O Orador: No primeiro semestre de 2023. Em termos absolutos, 259 milhões de euros, que só é ultrapassado pelo ano de 2020, porque foi o primeiro semestre em pleno Covid. Foi isto que eu disse aqui. E, portanto, é natural que o Sr. Deputado Paulo Estêvão, como qualquer outro Sr. Deputado, o tenha registado, até porque o repeti mais do que uma vez.

Agora, o que eu acho extraordinário é que o Sr. Deputado Carlos Silva, não tendo ouvido isto, acuse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, supostamente, de informações privilegiadas.

Deputado Berto Messias (PS): Supostamente não!

Deputado Carlos Silva (PS): Construir 2030!

O Orador: Mas, pelos vistos, quem as tem é ele, porque ele diz que o novo sistema de incentivos é uma cópia do passado. Ora, como é que ele sabe que é uma cópia do passado se ele ainda não está publicado?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah está, está! De onde é que vem a fonte?

O Orador: Isto é uma coisa muito estranha! De qualquer maneira, devo dizer-lhe, Sr. Deputado Carlos Silva, a informação privilegiada que o senhor possa ter levou-o em erro. Tem muito pouco a ver com o anterior. Investimento em capital fixo ligado à formação e à contratação, prémios a melhores salários.

Deputada Alexandra Manes (BE): Prémios a melhores salários?! Isto é uma coisa...

O Orador: Mais exigência em capitais próprios. Tem um conjunto vasto de aberturas, inclusivamente os pequenos negócios até 50 mil euros, que têm muito a ver com as nossas realidades. Isto é o novo sistema de incentivos, pelo menos em traços gerais. Essa informação privilegiada que o senhor teve não o privilegiou neste debate, Sr. Deputado.

De resto, é com muito orgulho que nós estamos a apresentar esse sistema de

incentivos. É com muito orgulho que temos esta execução no Plano para 2023, no primeiro semestre.

Deputada Alexandra Manes (BE): Isso não faz sentido!

O Orador: É com muito orgulho que estamos a diminuir o prazo médio de pagamentos a fornecedores. É com muito orgulho que temos a maior população ativa e a maior população empregada de sempre. Tudo isto com o Orçamento com mais responsabilidade social, com o maior pendor social da história e com o endividamento zero.

Perguntam: como é que é possível? Eu percebo que daquele lado não entendam como é que isto é possível.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

O Orador: Aliás, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que ontem, sem contraditório, falou e hoje teve oportunidade aqui de retorquir aquilo que eu disse, manteve-se calado até ao fim. Por alguma coisa será.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E, portanto, renovo tudo aquilo que disse em relação à execução orçamental, ao prazo médio de pagamentos, ...

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: Termino já.

... em relação ao novo sistema de incentivos, em relação à população empregada, em relação ao crescimento do turismo, em relação às boas novas que os Açores estão a ter...

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores estão alheados da realidade! Os senhores não estão neste mundo!

O Orador: ... e que, pelos vistos, entristecem e levam muita gente a tentar cobrir

de falsidades uma realidade que, felizmente, é muito boa para as açorianas e para os açorianos.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para uma interpelação, creio eu, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, faço uma interpelação à Mesa para questionar S. Exa.: qual foi o momento da intervenção do Sr. Secretário Duarte Freitas, durante quatro minutos, em que fez alguma menção à Conta de 2021? E por que motivo o Sr. Secretário Duarte Freitas não mereceu o mesmo tratamento que eu mereci quando me desviei do assunto da Conta de 2021? Porque o Sr. Secretário Duarte Freitas apenas falou de dados de 2023, a execução, sistema de incentivos...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Para responder a si!

O Orador: Nenhuma referência a 2021 e à Conta da Região. E eu gostaria de questionar o Sr. Presidente porque é que há essa diferença de tratamento.

Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Carlos Silva.

A sua interpelação está registada e bem registada.

Vamos prosseguir. Pergunto se há mais inscrições. Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação. Vamos votar a Proposta de Resolução n.º 8/XII – “Conta

da Região do ano 2021”.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução n.º 8/XII foi aprovada, com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do Deputado independente; 25 votos de abstenção do PS, 2 do BE, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas e 20 minutos.

Eram 17 horas e 56 minutos.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 26 minutos.

O ponto 2 da nossa agenda é a **Anteproposta de Lei n.º 15/XII – “Primeira alteração à Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, que regula a utilização e o acesso pelas forças e serviços de segurança e pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil a sistemas de vigilância para captação, gravação e tratamento de imagem e som”**. É uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas.

Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores traz a esta Casa a Anteproposta de Lei que procede à primeira alteração à Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, que regula a

utilização e o acesso pelas forças e serviços de segurança e pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil a sistemas de vigilância para captação, gravação e tratamento de imagem e som.

A estratégia deste Executivo tem-se norteado pelos princípios basilares definidos a nível europeu, no âmbito da Política Comum das Pescas, incluindo um vasto conjunto de medidas adotadas tendo em vista a salvaguarda do nosso património natural, que constitui o nosso mar, e a pretendida sustentabilidade do setor das pescas.

Neste âmbito, a monitorização, o controlo e a fiscalização assumem-se de especial importância para atingir o desiderato atrás referido, sendo certo que uma maior frequência ou eficiência são necessárias de modo a combater as atividades ilegais, tendo em conta o controlo de toda a subárea dos Açores da Zona Económica Exclusiva nacional, com uma extensão de 931 mil quilómetros quadrados, que dificulta a fiscalização necessária de modo a assegurar a erradicação de atividades piscatórias ilegais.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: A premência da necessidade de aumentar a capacidade de fiscalização e controlo da pesca é justificada pelo facto de as capturas correspondentes à pesca ilegal terem um peso considerável, ano após ano, o que causa consequências gravosas no ambiente marinho, para além de defraudar pescadores, pelo sentimento de impunidade despoletado junto dos infratores e do efeito desmotivador que criam para a atuação no âmbito da fiscalização da pesca na Região Autónoma dos Açores.

Torna-se, por isso, necessário e urgente a implementação de sistemas de videovigilância em áreas marinhas protegidas ou com influência marinha, em áreas proibidas ou temporariamente vedadas ao exercício da pesca, em áreas de restrição à pesca relacionadas com distância da costa ou de outros pontos de referência, ou com profundidades inferiores ao legalmente estabelecido para o

tipo das artes de pesca utilizadas, que permita a deteção, em tempo real ou através de registo, de atividade ilegal da pesca, e cujas imagens captadas possam ser utilizadas como meio de prova em processos de contraordenação em matéria de pesca. E este é o principal ponto deste diploma. Repito, imagens captadas para que possam ser utilizadas como meio de prova em processos de contraordenação em matéria de pesca.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em suma, pretende-se:

Aumentar a vigilância nestas áreas e despoletar ações de inspeção sempre que necessário;

Reduzir as utilizações não autorizadas destas áreas;

Dissuadir infratores através da divulgação da vigilância remota do local;

Contribuir para a concretização dos objetivos de interesse público que nortearam a criação das áreas a monitorizar;

Reduzir custos operacionais e otimizar as ações de fiscalização e assegurar que as atividades de pesca contribuam para a sustentabilidade económica, social e ambiental.

Obter imagens sobre os possíveis infratores, bem como a sua posição, e ao integrar esta informação com os mecanismos de *tracking* que já são utilizados, como o VMS, cruzando-a com os dados sobre a matrícula da embarcação, cadastro e diários de pesca, o controlo será mais eficaz do que o que obtemos com meios convencionais e conseguiremos resultados exponencialmente melhores no que à erradicação da pesca ilegal concerne.

Com a adequada cobertura de videovigilância das nossas áreas marinhas protegidas, ou com influência marinha, permitimos às autoridades competentes monitorizar e fiscalizar em tempo real a atividade piscatória, garantindo uma alternativa eficiente a vários níveis.

Refira-se, a propósito, que em Estados-membros da União Europeia já são utilizadas tecnologias com recurso a satélites para a geolocalização, além de aplicações para telemóveis, aeronaves de vigilância e *drones* para identificar possíveis atividades ilegais.

A monitorização através da videovigilância da pesca é uma solução inevitável para o futuro desta atividade, tendo já demonstrado responder eficazmente à necessidade de fiscalização e de obtenção de dados fiáveis.

Por isso, a instalação deste sistema, para ser plenamente eficaz enquanto mecanismo que permite a proteção das áreas marinhas protegidas ou com influência marinha, e responsabilize infratores, deve ser antecedida pela presente alteração legislativa que possibilite que as imagens captadas sejam instrumentos colocados ao serviço das autoridades competentes como meios de prova.

Disse.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

A Mesa já tem uma inscrição.

Sr. Deputado Luís Soares, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta Anteproposta de Lei que nos traz aqui o Governo Regional procura atribuir aos serviços de controlo, inspeção e vigilância na área das pescas competências da Lei n.º 95/2021, que até agora são da exclusiva responsabilidade das forças e serviços de segurança e da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Portanto, este diploma procura trazer estas competências também para estes

serviços, como disse, de controlo, inspeção e vigilância das pescas.

Para nós, faz todo o sentido que assim seja. Não nos parece que seja qualquer tipo de entrave, até pelo contrário. Serão, com certeza, pessoas que, nesta área, têm uma especial vocação para identificar os fenómenos. E na área das pescas, diga-se, a nossa área molhada é talvez o sítio onde é praticado o maior número de ilícitos, quer de ordem contraordenacional, quer de ordem criminal, em que os seus autores não são responsabilizados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade, sim, senhor!

O Orador: Não são responsabilizados devido à vastidão do nosso mar, como foi dito ali pelo Sr. Secretário, com mais de 900 000 km². Devido às nossas características de costa, que somos nove ilhas, nove costas, é muito complicado, humanamente, monitorizar todos estes locais.

É claro que os OPC, também com competências na matéria, da Guarda Nacional Republicana e da Polícia Marítima também não conseguem fazer esse trabalho, pela dificuldade de recursos que têm, que não é responsabilidade nossa, é responsabilidade de alguém que não a assume.

E nós, aqui, o que pretendemos é poder instalar sistemas de videovigilância, camaras acopladas a *drones*, câmaras nas zonas costeiras, para que possam recolher imagens para servir de matéria probatória em autos de contraordenação ou até mesmo em processos-crime. Portanto, para nós, sem dúvida, é uma mais-valia estas entidades relacionadas com as pescas poderem operar e trabalhar esse tipo de meios de obtenção de prova.

Só o facto de nós instalarmos os meios, só o facto de haver lei, de haver mais pessoas que possam operacionalizar esta lei, é *per se* já dissuasor ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... do cometimento de uma série de fenómenos, que, com certeza, não irão acontecer.

Não nos podemos esquecer que os nossos recursos piscatórios – e é um

reconhecimento tangível, é aquilo que nos vão transmitindo – estão a sofrer graves pressões pela pesca ilegal. São as nossas zonas protegidas que estão a ser mesmo ecologicamente destruídas. Portanto, é preciso fazer alguma coisa. E acho que este é um passo muito importante para a manutenção destes espaços.

Com as propostas de alteração que foram introduzidas pelo signatário, entendemos que a lei ficou bem mais ajustada, até aquela que era a pretensão ou pelo menos aquelas que foram as orientações dadas no parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados. E parece-nos que ela está muito mais equilibrada e muito mais apta a ser aprovada em qualquer Assembleia.

Obrigado.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Luis Parreira, faça favor.

(*) **Deputado José Luís Parreira (IL):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É importante proteger e fiscalizar os recursos que são de todos nós.

Não posso deixar de notar que, de acordo com o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, esta era uma competência do Governo de Portugal, a fiscalização do mar dos Açores.

Poderíamos discutir do ponto de vista ético ou de justiça fiscal se faria ou não sentido ser a Região, com recursos próprios, a pagar a fiscalização do seu mar, mas esta é uma região que está fora do foco deste assunto. No entanto, reconheço

que também não podemos ficar eternamente à espera que o mar dos Açores seja devidamente fiscalizado.

Apesar disso, manifesto a preocupação pela Anteproposta de Lei como foi escrita na sua origem, porque não acautela na totalidade a privacidade das pessoas, uma vez que permitiria, por exemplo, a gravação de imagens perto de zonas balneares. Entretanto, surgiram propostas de alteração que melhoram significativamente esta medida.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Temos aqui uma proposta que visa melhorar a vigilância da nossa zona costeira, a vigilância para uma melhor e mais efetiva preservação do nosso ambiente, das zonas marinhas protegidas e, conseqüentemente, os recursos marinhos nas nossas águas.

É uma proposta para colocar a tecnologia ao serviço dessa segurança, colocar a tecnologia e as suas vantagens, sobretudo, em termos financeiros, porque trata-se de meios que são bem mais económicos no seu emprego do que fazer a vigilância de toda esta área circundante às nossas ilhas através de meios aéreos tripulados ou meios navais. E, portanto, havendo essa tecnologia disponível, seja através de câmaras instaladas na orla costeira, seja através de câmaras transportadas por aeronaves não tripuladas, vulgo *drones*, faz sentido usar essa tecnologia. As câmaras, hoje em dia, já têm uma definição muito grande, que permite a uma distância considerável obter imagens de elevada definição. E, portanto, para os objetivos que se pretendem alcançar com esta iniciativa, faz sentido usar essa tecnologia e, portanto, faz sentido esta proposta que o Governo nos apresenta.

Obviamente que já tivemos o cuidado de submeter um conjunto de alterações que

visam conformar esta proposta do Governo às recomendações da Comissão Nacional de Proteção de Dados, para que fique assegurada a privacidade de todos os cidadãos que frequentam as zonas balneares e que, portanto, se cumpra as normas do Regulamento de Proteção de Dados e, portanto, que os elementos de prova que sejam ou venham a ser obtidos através do emprego desta tecnologia possam ter o seu valor judicial e não venham a ser considerados nulos por força de um expediente legal.

E, portanto, fizemos estas propostas de alteração exatamente para melhorar esta proposta do Governo e, portanto, garantir que estamos criando aqui um mecanismo que vai ser eficaz para garantir uma melhor salvaguarda dos nossos bens, que são os recursos marinhos, ou seja, o peixe e o marisco, na periferia, na orla costeira das nossas ilhas.

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A sustentabilidade do património dos nossos recursos piscícolas e dos nossos fundos marinhos é, sem dúvida nenhuma, de primordial importância. E o Partido Socialista, também ele, entende que tudo se deve fazer para cumprir e para assegurar essa mesma sustentabilidade sem delapidar esse património, quer seja ambiental, quer também seja o ganha-pão de todos aqueles que se dedicam à pesca na nossa Região. E, portanto, aplicar novas tecnologias para a fiscalização mais

efetiva desses recursos é, sem dúvida nenhuma, uma boa iniciativa.

Não posso é deixar de dizer, como nota, que, relativamente a este diploma aqui trazido, só tenho uma de duas interpretações: isso foi uma coisa feita à pressa, meia atamancada, uma coisa feita em cima do joelho, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Como assim?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quantos anos o seu Governo andou a prometer vigilância?

Deputado José Ávila (PS): E os senhores riam-se!

O Orador: ... porque eu não quero crer que não se tenha previsto todas aquelas que foram as limitações e as recomendações dadas pela Comissão de Proteção de Dados, designadamente na caracterização excessiva e na desproporcionalidade que existia entre aquilo que se pretende acautelar e os bens e valores fundamentais, como direitos, liberdades e garantias, que seriam, portanto, desprotegidos por via de uma aplicação *tout court* daquilo como tal qual estava previsto.

Em boa hora os partidos da coligação fizeram propostas de alteração, que nos farão votar a favor do diploma com essas alterações, porque, caso contrário, não poderíamos, de todo, votar a favor. E, portanto, corrigido que foi o diploma, à exceção daquela especificação e das recomendações da Comissão Nacional de Proteção de Dados, à exceção da especificação das áreas a bater ou a fiscalizar, que não está previsto ainda, não estava antes no diploma, nem está nas vossas alterações, à exceção disso, na grande maioria acautelam aquelas que eram as preocupações da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso é que nós fizemos as audições!

O Orador: E, portanto, percebemos essas alterações, concordamos com elas e votaremos a favor do diploma tal qual assim seja.

É bom de ver que o Sr. Secretário, também, ali da tribuna, foi dizendo que a intenção era poder servir de prova ou obter meios de prova conducentes a um

processo contraordenacional, que, obviamente, tem como consequência, tal como bem sabe, a aplicação de sanções e de coimas. E, portanto, eu percebo, não quero é acreditar que seja apenas e só para ir buscar mais dinheiro por via das coimas que se queira estabelecer isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Taxas e taxinhas é convosco!

O Orador: Realmente, nós vemos que este Governo, liderado por José Manuel Bolieiro, relativamente às associações com fins culturais, no ano passado, por exemplo, que afetam diretamente as pessoas, em ilhas com economias débeis, deixou de dar apoios. Ou melhor, prometeu dar os apoios. 50% deles, relativos a 2022, ainda não pagou. Relativamente a 2023, nem tão pouco respondeu, muito menos pagar a primeira tranche ou o que seja.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto é videovigilância, Sr. Presidente?

O Orador: Afunilam e estrangulam essas associações.

E eu não quero crer que seja para ir buscar dinheiro para poder remendar essas falhas que isto aqui surge.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Partido Socialista, feitas essas correções pelas propostas de alteração aqui efetuadas, vai votar a favor deste diploma. Não podia era deixar de dar esta nota.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta Anteproposta de Lei do Governo Regional pretende alargar as finalidades da instalação e utilização de sistemas de videovigilância aos objetivos de proteção e

conservação do meio marinho e preservação e recuperação de recursos.

De facto, a proteção e conservação de recursos é um objetivo primordial das políticas públicas e é um objetivo que o Bloco de Esquerda leva muito a sério e que, naturalmente, acompanha, porque sem ecossistemas marinhos bem preservados não existem atividades ligadas ao mar, para não falar do valor intrínseco que têm esses ecossistemas. Mas sejam as atividades extrativas ou não, elas não existem sem esses mesmos ecossistemas bem preservados, não há pesca, não há efetivamente atividades ligadas ao mar não extrativas, como o mergulho ou observação de cetáceos.

E há reais preocupações, neste momento, nos Açores e não só, mas é dos Açores que falamos, grandes preocupações quanto à sustentabilidade dos recursos marinhos. Há, efetivamente, pressão causada pela pesca profissional, pela pesca lúdica, legal e ilegal. E essa será uma das causas da degradação dos recursos marinhos a nível global e nos Açores em particular. Mas outros fatores também estarão aqui em causa, nomeadamente perturbações nos ecossistemas causadas pelas alterações climáticas, a poluição a diversos níveis, a introdução de espécies exóticas, entre outras.

Esta proposta do Governo Regional foca-se na fiscalização numa determinada área, na fiscalização da atividade da pesca profissional através de videovigilância. E a fiscalização, não negamos, é de extrema importância para a garantia do cumprimento da legislação em vigor no setor das pescas e, naturalmente, com o objetivo da preservação dos ecossistemas marinhos.

Todavia, esta preocupação do Governo Regional choca com o facto de este Governo ter, em dezembro de 2021, adiado *sine die* a obrigatoriedade dos palangreiros terem equipamento de monitorização a bordo para a fiscalização da sua atividade. Ou seja, o mesmo Governo que não quer que um determinado segmento da frota tenha esse equipamento que permita a sua monitorização em tempo real, quer agora que as imagens de videovigilância possam ser utilizadas

como meio de prova para processos contraordenacionais.

Sendo esse objetivo do Governo um objetivo com algum sentido, a sua implementação com a proposta que está aqui em debate é demasiado abrangente e desproporcional e levanta questões complexas, nomeadamente no que respeita à restrição dos direitos, liberdades e garantias.

Aliás, o parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados alerta mesmo para essa desproporcionalidade quanto ao fim que se pretende atingir e os meios utilizados.

Recomenda a Comissão Nacional de Proteção de Dados a proibição da captação e gravação de som, que esta proposta permite e que não tem qualquer utilidade no âmbito da fiscalização do meio marinho, como é evidente. É um aspeto que a proposta de alteração da coligação procura resolver.

Em segundo lugar, recomenda, também, a proibição de captação e gravação de imagens em zonas balneares e de fruição pública, pois isso constitui uma ingerência na vida privada e familiar. Outra alteração que a coligação procura resolver com a sua proposta de alteração. E que nos parece serem adequadas nestes dois pontos.

Todavia, há uma terceira recomendação por parte da Comissão Nacional de Proteção de Dados que não é de menos importância, que é a recomendação da definição de um regime específico para a utilização de *drones*, incluindo nas zonas costeiras. Isso não é feito pela coligação. E fica este aspeto, em nosso entender e de acordo com aquele que é o parecer da Comissão de Proteção de Dados, não totalmente resolvido e com algumas dúvidas que, naturalmente, ainda nos suscitam.

Acresce aos alertas da Comissão Nacional de Proteção de Dados o facto de o Governo assumir que não vai, por exemplo, instalar câmaras de vigilância em toda a costa da Região Autónoma dos Açores. Como é óbvio, isso seria desproporcional, seria dispendioso e teria enormes problemas no que diz respeito

aos problemas já apontados pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, no que diz respeito à reserva da vida privada e familiar.

A fiscalização por *drones*, que parece ser esse o objetivo da proposta, não é muito menos dispendiosa, a menos que se queira implementar um sistema de fiscalização através de *drones* de consumo, ou seja, equipamentos de uso civil. Fica a questão para o Sr. Secretário, que nos poderá esclarecer. E, possivelmente, terão que ser utilizados equipamentos com tecnologia de ponta, eventualmente tecnologia militar, para terem um alcance mínimo que permita fiscalizar uma gigantesca área marinha, que é aquela que os Açores têm. Por isso, tendo em conta que o Governo quer utilizar estas imagens, deverá ter já um planeamento sobre os equipamentos que pretende utilizar neste processo. Fica esta outra questão ao Sr. Secretário Regional das Pescas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Para o Bloco de Esquerda o bom era não fiscalizar nada!

O Orador: Não estou a levantar objeção à tecnologia, estou a perguntar qual é a tecnologia, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não, não! O senhor está sempre contra!

O Orador: Aquilo que estou a perguntar é qual é a tecnologia. E se me deixar terminar, talvez já vai perceber.

O que consideramos que seria mais eficaz, proporcional e mais simples de resolver e de implementar seria a obrigatoriedade de instalação em todas as embarcações, sejam de pesca profissional ou lúdica, de equipamentos de monitorização remota. Isso pode ser feito. Isso só está nas mãos do Governo Regional. Obrigatoriedade essa que existia para os palangreiros, que o Governo Regional optou por adiar sem data marcada. Ora, este passo, como estava a dizer, está nas mãos do Governo, não fica dependente de uma aprovação da Assembleia da República e não coloca qualquer questão ao nível constitucional, não coloca qualquer questão ao nível da reserva da vida privada, de dados pessoais. Está,

efetivamente, à distância de uma decisão do Governo Regional em torná-la obrigatória.

Neste sentido, tendo em conta as propostas de alteração que foram apresentadas, que resolvem parte das nossas reservas e parte dos problemas desta proposta, o Bloco de Esquerda irá abster-se, tendo em conta que permanecem ainda dúvidas que não estão, de modo algum, totalmente resolvidas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este nosso grande quintal que nós temos, que é a nossa zona marítima, onde os bravos e corajosos homens, os pescadores, e também algumas senhoras pescadores, vão tirando seu sustento.

Obviamente que o Chega acompanha esta medida, porque inúmeras vezes temos dito que é necessário fiscalizar. É necessário fiscalizar, não contra os nossos pescadores, mas sim a favor deles.

Isto defende os nossos pescadores, que trabalham a sério, que são homens honrados, que tiram o sustento do mar.

São muitos os relatos que todos nós vamos ouvindo de alguma pesca ilegal, até de embarcações estrangeiras, inclusive na zona das Formigas, uma zona sensível, reservada.

Nós temos que saber defender o que é nosso. Infelizmente, o Governo da República foi falhando com isso ao longo dos tempos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: É verdade que, agora, a tecnologia já permite, aqui já foi referido, existe outro tipo de tecnologia por satélite, etc., que consegue ser muito melhor.

Eu acho que, aqui, também, protege um pouco o nosso pescador ao nível da

segurança o facto de termos a fiscalização, sejam eles *drones*, sejam lá o que for... Também, de certa forma, protege.

Também concordo, nós, se calhar, precisávamos de, em cada embarcação, poder ter aqui uma observação remota das embarcações, não para os vigiar, mas para os proteger.

E, finalmente, gostaria de dizer que esta medida sirva, sim, para defender os nossos pescadores, não sirva para os perseguir e andar à caça da multa, que, infelizmente, às vezes, é o que acontece nestas situações. Isso não me iria deixar satisfeito. O Chega não iria aceitar. Mas nós, como pessoas de boa-fé, achamos sempre que isto irá ser para a proteção, para a melhoria do nosso meio ambiente e das pessoas que vão à pesca profissional e não só, também às lúdicas, que o façam até com alguma segurança.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Exatamente como a iniciativa estava inicialmente, o PAN não era, obviamente, favorável. Ainda bem que vieram, de bom grado, as propostas de alteração que entraram na Mesa da Assembleia. E fez a diferença total relativamente ao nosso sentido de voto.

Nós sabemos, todos os partidos que estão aqui nesta Assembleia querem proteger o mar dos Açores, querem proteger os nossos ecossistemas. Mas nós não conseguimos proteger se não fiscalizarmos. E isto é uma hipótese de haver essa fiscalização.

Só que, pela proposta inicial, eu verificava que a proposta do Governo estava mais interessada em fiscalizar as zonas balneares ou pelo menos dentro da nossa orla costeira, ou os nossos pescadores.

Eu tenho dúvidas, exatamente como o Bloco de Esquerda disse, e muito bem, sobre qual é o tipo de *drone* que vai ser usado, porque há uma grande diferença entre um *drone* civil e um *drone* militar, que usa o satélite. Porque se nós usarmos um *drone* civil, nós não conseguimos, nunca, fiscalizar o mar dos Açores até umas determinadas milhas.

E, Sr. Deputado José Pacheco, aí estamos a querer verificar os nossos pescadores e não estamos a verificar as embarcações estrangeiras.

Deputado José Pacheco (CH): Isso é que é mau!

O Orador: Porque as embarcações estrangeiras nós não conseguimos ver com o *drone* se o *drone* for civil. E isso é, sem dúvida, a nossa dúvida.

Exatamente como temos na exposição de motivos, isto permite uma poupança significativa em recursos humanos. Mas qual poupança? Nós não temos recursos humanos a fiscalizar o mar dos Açores. Já perdemos tudo. Em 20 anos, já perdemos tudo na fiscalização do mar açoriano.

Deputado José Pacheco (CH): É verdade, sim, senhor!

O Orador: Isto é o nosso problema. Além de nós querermos a gestão do mar – e não há nenhum partido que não queira, obviamente – para a Região Autónoma dos Açores, estamos a perder também os nossos recursos humanos para a fiscalização do mar, independentemente de qual é a autoridade de que estejamos a falar, seja ela militar ou seja ela civil. Temos cada vez menos recursos. Não há poupança porque não há nada a poupar.

E sem dúvida que isto é uma mais-valia em termos de videovigilância fixa, sim, mas também os *drones*. Faz toda a diferença, por isso é que nós gostaríamos de saber qual é o *drone* que nós estamos a falar. Porque se for o *drone* civil, nós não vamos fiscalizar mar absolutamente nenhum. E o Governo quer é fiscalizar os pescadores açorianos e não a pesca ilegal feita pelas embarcações estrangeiras.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu creio que fui suficientemente explícito na minha primeira intervenção quando disse que tínhamos aqui uma proposta para colocar a tecnologia ao serviço de todos nós, ao serviço dos açorianos, ao serviço da proteção do nosso mar dos Açores, dos recursos marinhos do mar dos Açores, das zonas protegidas do mar dos Açores, dos nossos pescadores que exercem a sua atividade legitimamente e regulamentarmente, portanto, devidamente registados.

E, portanto, fico com uma questão em relação à intervenção do Sr. Deputado António Lima. O Sr. Deputado António Lima contrapôs que seria mais fácil e seria melhor que as embarcações, mesmo as embarcações de pesca lúdica, usassem um dispositivo eletrónico e isso, sim, era menos invasivo da privacidade das pessoas que usam a orla costeira e que desfrutam da orla costeira e das nossas zonas balneares. Sr. Deputado, duas questões: mesmo colocando um dispositivo eletrónico nas embarcações de pesca, independentemente da sua categoria profissional, e nas embarcações de pesca lúdica, em que é que isso fiscaliza as outras embarcações estrangeiras...

Deputado António Lima (BE): Ah, essas não pescam?

O Orador: ... ou não estrangeiras que andem a pescar ou que andem a circular em zonas marinhas protegidas, em zonas de exclusão? Não vigia, não protege, porque esses dispositivos apenas geolocalizam a embarcação onde ela está colocada.

Depois, o Sr. Deputado António Lima argumenta que há uma desproporcionalidade de meios em relação ao fim a alcançar. Muito bem, então vamos considerar que a solução proposta pelo Bloco de Esquerda é a menos desproporcional, que é usar um dispositivo eletrónico nas embarcações. Então, o Sr. Deputado António Lima tem uma licença de pesca lúdica e tem uma pequena

embarcação. De acordo com a proposta do Bloco de Esquerda, vai ter que colocar um dispositivo eletrónico na sua embarcação. Acontece que o Sr. Deputado António Lima, e bem, também usa a embarcação para passear com a família. E no dia em que for passear com a família, não vai pescar com os seus amigos. Sr. Deputado António Lima, não é desproporcional também o uso desse dispositivo eletrónico na sua embarcação quando estiver a passear com a sua família?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para o Bloco de Esquerda não!

O Orador: É que se vamos falar de desproporcionalidade de meios em relação ao fim, de que é que interessa saber onde é que está a sua embarcação no dia em que estiver a passear com a família e não estiver a fazer pesca lúdica? Portanto, o seu argumento da desproporcionalidade não pega. Não pega, porque qualquer que seja o mecanismo que a gente arranje, há de haver sempre uma ponta qualquer em que vai ser desproporcional para alguém.

E, portanto, Sr. Deputado António Lima, que se queira abster, tudo bem, que o Bloco de Esquerda seja um partido contra as regras, contra a vigilância, ...

Deputada Alexandra Manes (BE): Eh, onde isto chegou! Vai chegar à Venezuela!

Deputado Carlos Silva (PS): Está descontrolado!

O Orador: ... que seja um partido mais facilitador de atividades mais libertinas, tudo bem. Nós vivemos bem com essa vossa convicção política. Agora, vir dizer que os meios propostos pelo Governo para proteger aquilo que nos é muito caro, e que já houve vários debates neste Parlamento, não só nesta legislatura, mas em legislaturas passadas, em que todos os partidos de uma maneira ou de outra se manifestaram preocupados com a proteção do meio ambiente, preocupados com a proteção das zonas costeiras, dos nossos recursos pesqueiros, das zonas protegidas... Sr. Deputado, se estamos todos preocupados com isso e ao longo dos anos mostrámos essa preocupação, nós não compreendemos como é que agora pode vir criticar um governo que quer implementar uma medida exatamente com

essa finalidade de proteger.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Alexandra Manes (BE): Ele explicou! Ele explicou!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Soares, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, eu sei que não é normal o senhor estar distraído e sei que lê os documentos todos com muita atenção. No entanto, no artigo 13.º-A, no n.º 2, na proposta de alteração, diz que o sistema de registo, gravação e tratamento de dados referidos no número anterior não permite a captação e gravação de som.

Deputado António Lima (BE): Mas eu já disse isso! O senhor devia estar distraído!

O Orador: Não, o que o senhor disse foi que não podiam gravar o som, que a Comissão Nacional de Proteção de Dados tinha aconselhado a não gravação do som, mas que na proposta estava a gravação do som. Nas alterações não está a gravação do som.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ele fez a distinção!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Às vezes, acho que há um certo retrocesso civilizacional nestes nossos tempos. Há aqui muita gente preocupada com a privacidade dos dados e tudo isto. E, hoje, fiquei a saber que, nas nossas praias, se uma senhora estiver a fazer *topless*, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E no Corvo?

Deputado António Lima (BE): Onde isso já vai...

O Orador: ... imaginem, quem se sente incomodado na sua privacidade pode chamar o polícia marítimo, para aconselhar a senhora a tapar-se. Acho isto surpreendente. Acho que este tipo de fundamentalismos está a criar uma civilização exatamente ao contrário.

Deputada Alexandra Manes (BE): Ainda não percebi a posição do Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: Evidentemente que uma senhora que seja chamada à atenção para não praticar *topless*, obviamente, ela é que se vai sentir ofendida e condicionada naquilo que é legítimo que possa fazer e na sua liberdade.

Bem, isto só para dar um exemplo dos excessos...

Deputada Alexandra Manes (BE): Mas o senhor é a favor ou contra os *drones*?

O Orador: Já vou chegar aos *drones*.

Deputado Berto Messias (PS): É a favor do *topless*!

O Orador: Isto foi uma introdução para captar a vossa atenção. É um truque de oratória, como sabem, para conseguir captar a atenção de todo o auditório.

Deputada Alexandra Manes (BE): Mas concorda, ou não?

O Orador: Sim, o Sr. Deputado Berto Messias ficou entusiasmado com o assunto.

Deputado Berto Messias (PS): Sim, pode-se dizer que sim, mas mais com o

topless do que com os *drones*!

O Orador: Mas o que é importante é que nesta matéria, obviamente, com as alterações que a coligação implementou, não há qualquer questão em relação à proteção de dados, obviamente, ou a questões de privacidade. Não há. O que há aqui é que se está a utilizar uma tecnologia para a proteção das áreas marinhas protegidas, reforço, para as áreas marinhas protegidas. Esta é uma tecnologia que todos nós, através, agora, então, dos recentes acontecimentos na Ucrânia, na guerra entre a Ucrânia e a Rússia, já verificámos a enorme capacidade destes meios e a sua enorme eficácia. E porque não utilizá-los o mais rapidamente possível do ponto de vista da fiscalização das nossas áreas marinhas protegidas, que, como sabem, é enorme e exige um conjunto muito significativo de recursos?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é que importa!

O Orador: Portanto, esta proposta é uma proposta que é lógica, que irá permitir a proteção da nossa área marinha e proteger o nosso ecossistema. E só traz vantagens.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É evidente que há gente que ainda vive na Idade da Pedra do ponto de vista ideológico. Mas é evidente que este conjunto de tecnologias devem e podem ser utilizadas para potenciar a fiscalização das áreas protegidas.

A proposta é tão-somente isto. É evidente que é uma Anteproposta, precisa ser aprovada também na Assembleia da República, mas tem uma enorme eficácia.

Todos os aspetos que foram referenciados em Comissão e que poderiam colocar alguma questão do ponto de vista legal, todos esses aspetos já foram afastados através das propostas de alteração que são aqui apresentadas pela coligação.

Portanto, convido esta Câmara e todos os Srs. Deputados a entrarem no tempo da modernidade e a aprovarem uma iniciativa que terá benefícios muito grandes para a Região Autónoma dos Açores, nomeadamente para a proteção das suas áreas marinhas protegidas e para a proteção do nosso ecossistema. Tudo o resto é ruído.

São argumentos que não têm em consideração o bem maior, que é, de facto, a proteção do nosso sistema ecológico, a proteção das áreas marinhas protegidas. E, muito bem, esta Região é pioneira nessa matéria. E com estas propostas, com esta iniciativa, passamos a ter capacidade de fiscalização efetiva nestas áreas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por isso, esta iniciativa merece, obviamente, a aprovação por parte do PPM também, não existisse uma ligação tão grande entre o PPM e o Sr. Secretário que apresenta a iniciativa, ou seja, o Governo, formalmente.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Mário Tomé, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou entrar no debate para reforçar tudo o que foi dito e também para fazer e deixar alguns considerados. Obviamente, não pode passar a imagem de que não existe fiscalização do mar dos Açores, porque ela existe. Ela foi criada através do Decreto-Lei n.º 310/98, que cria o sistema de motorização da atividade da pesca, através do MS, que é a denominada caixa azul.

Mais tarde, no ano 2000, e bem, o Governo Regional é pioneiro com a criação dos serviços inspetivos na Região Autónoma dos Açores. E, de facto, também começa a ser implantado o chamado MS, numa primeira fase, nos atuneiros com mais de 20 metros e, numa fase posterior, com os palangreiros.

Quero salvaguardar outras questões que também são extremamente importantes:

este diploma, na opinião do Partido Socialista e como já foi referido pelo meu colega, é de extrema importância para o controlo e a atividade da pesca. Quem vai beneficiar com este diploma são os profissionais da pesca, os verdadeiros profissionais da pesca, aqueles que exercem a atividade de uma forma séria e de uma forma legal. Permite ir, na minha opinião, para as questões ambientais, as descargas que são feitas muitas vezes. Pode permitir, portanto, observarmos esses navios que passam no mar dos Açores.

Uma salvaguarda aqui entre as 100 e as 200 milhas, em que, enfim, existe frota estrangeira. De facto, é preciso perceber que há um acordo de pesca que Portugal tem com outros países, nomeadamente com a Espanha, que permite aos espanhóis pescarem de palangre flutuante as espécies migradoras, que é o caso dos tubarões. E, obviamente, isso é controlado não só através do MS, da caixa azul, como também pelos próprios diários de pesca.

Mas houve um percurso feito nesta área: a diminuição, nos últimos 20 anos, das licenças de pesca, que passaram setecentas e tal para quinhentas e pouco; a diminuição da arte de palangre de fundo, que é uma arte mais predadora; a limitação às linhas de costa.

Por isso, era fundamental o que o Sr. Deputado e colega António Lima estava a dizer, da possibilidade de instalar nos palangreiros, especialmente os de menos 10 metros, que não têm o MS, a caixa azul, de forma a controlar. O que não implica, obviamente, a importância que é nós termos o sistema de videovigilância, assim como os *drones*.

E curioso é que, na legislatura de 2012 a 2016, houve um Secretário Regional, que na altura tinha a tutela da Ciência e Tecnologia, que, neste Parlamento e pensando um bocadinho mais à frente, veiculou várias vezes a necessidade de se ter *drones* para colaborar com a Marinha, no sentido de fiscalizarmos a atividade da pesca. E alguns partidos se riram. Muita gente, enfim, punha em causa...

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

O Orador: ... esta aplicação e a sua importância.

Há poucos recursos humanos, como já foi elencado, no caso da Inspeção Regional das Pescas, e falo de experiência própria, são nove inspetores, um está basicamente afeto ao SIFICAP, ao controlo da atividade da pesca pelo sistema de monitorização, outros estão envolvidos em processos de contraordenação, o que torna extremamente difícil e extremamente complexo conseguir fiscalizar as embarcações de pesca dos Açores, especialmente até às seis milhas da costa.

Uma recomendação, Sr. Secretário, se me permite, tem a ver com o preâmbulo da Anteposta de Lei, o segundo parágrafo, com a implantação do Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2022/A, de 2 de julho, em que a Inspeção Regional das Pescas passa a ter outra designação: Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos. É só um pormenor, mas que tem que tem muita importância.

Portanto, o PS revê-se nesta matéria. O PS foi pioneiro na implantação do sistema de videovigilância na Região. Temos o caso das Formigas, uma área protegida. Temos o caso do Condor e de outros locais.

Portanto, uma coisa é termos ideias diferentes sobre determinados assuntos e sobre terminadas matérias, mas no que toca à importância de protegermos os nossos mares, obviamente, estamos todos no mesmo caminho.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Informar a Câmara que foi votar favoravelmente essa Anteposta de Lei, porque entendo que esse mecanismo é necessário para preservar os nossos ecossistemas, mas também é necessário para preservar o bom nome dos profissionais da pesca. Não é raro, infelizmente, percebermos que alguma franja da população critica alguns profissionais da pesca por extração excessiva e em locais onde não deveriam fazer essa pesca.

E como quem não deve não teme, estou convencido que os verdadeiros profissionais da pesca, aqueles que pescam, mas que também respeitam as regras, não terão, com certeza, problema nenhum em a sua atividade ser monitorizada, porque aí fará prova de atividade lícita e regular que os mesmos fazem. Por esta razão, vou votar favoravelmente essa iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Manuel São João*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Desde logo, há unanimidade praticamente da Câmara, à exceção do Bloco de Esquerda, que já anunciou a sua intenção de voto, que achamos que, enfim, não diminui, mas de alguma forma não mostra aquela unanimidade que seria necessária remetermos para a Assembleia da República. Mas o Bloco de Esquerda é livre de tomar as posições que bem entender. É assim em democracia.

E começando por responder ao Bloco de Esquerda, quanto à utilização dos equipamentos de MONICAP em concreto, aquilo que foi suspenso em 2021, ó Sr. Deputado, foi tão-só pelo simples facto de que foi prorrogado porquanto, se tornássemos obrigatório, não poderíamos depois fornecer os equipamentos. A nossa intenção é utilizar fundos comunitários para poder dotar as embarcações. Tivemos uma oferta da DGRM de 30 MONICAP, que estão praticamente

instalados. Necessitamos de mais de 102. Mas entendemos que 30 seriam beneficiados porque a DGRM os ofereceu. E os outros, se impuséssemos a norma, a obrigatoriedade, já não poderiam ser apoiados.

E, portanto, é por isso que ainda não fizemos. Mas já estamos com um procedimento em curso. Também temos essa preocupação e achamos que é fundamental que os palangreiros assim estejam devidamente monitorizados.

Relativamente ao tipo de *drone*, pois, terão de ser entidades que compõem o SIFICAP, enfim, a determinar quais são os *drones* que preenchem os objetivos pretendidos.

Depois, também, relativamente aos pareceres da Comissão Nacional de Proteção de Dados, estas questões que aqui são suscitadas, como bem sabem, há pareceres anteriores, nomeadamente de junho 2020, também acerca deste assunto e, portanto, o que aqui está em causa é tão-só a utilização das imagens como meio de prova.

As recomendações da Comissão Nacional de Proteção de Dados foram observadas, como já aqui foi dito, por propostas de alteração, sendo que a alínea c) era a definição do regime para a utilização de *drones* nas faixas marítimas, com exclusão da zona costeira.

Deputado António Lima (BE): As pessoas vivem nas zonas costeiras!

O Orador: Ora, isto não faz sentido, a nosso ver, ficar na lei, porquanto, como acontece no âmbito da aplicação a nível nacional desta lei em vigor, nomeadamente, por exemplo, no Gabinete da Secretária de Estado da Administração Interna, o Despacho n.º 9421-A/2022, é por despacho que são fixados. Portanto, é requerido que fiscalização é que se quer fazer. E, depois, a administração fixa. E, por exemplo, neste caso concreto, os meios aéreos não tripulados devem ser operados a uma altitude média 100 metros do solo, deve ser assegurado que a captação de imagens salvaguarda a reserva da vida íntima e privada. Ou seja, depois, é solicitada uma fiscalização em concreto e, em função

dessa fiscalização, são fixados os critérios. Portanto, é isso que entendemos que aqui também deverá ser feito.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Mário Tomé, portanto, é evidente que é isso que nos une, é a defesa...

Também dar conta que, em termos de inspeção, penso também que é uma boa notícia, temos cinco inspetores regionais que, portanto, foram formados na Escola do Mar dos Açores, tiraram um curso que lhes permitirá, a curto prazo, a alguns deles, embarcar no navio da EFCA, porque os Açores nunca tinham tido inspetores a bordo dos navios da EFCA. E, portanto, agora, sim, daqueles cinco, algum deles poderá integrar missões internacionais, que para nós também é um motivo de orgulho.

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, naturalmente, agradecer ao Sr. Secretário as respostas que nos transmitiu.

Já lá vou, mas gostaria apenas de dizer ao Sr. Deputado Pedro Pinto que registo a sua preocupação com as embarcações de recreio, mas tenho que lhe dar uma informação: os *drones* não vão excluir da sua filmagem do mar as embarcações de recreio.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não, estava só a falar da

desproporcionalidade dos meios!

O Orador: Por isso, a sua preocupação deveria também estar da mesma forma relativamente à fiscalização e à eventual intromissão nos barcos de lazer, nos barcos de recreio. E devo-lhe dizer que eu não tenho barco, por isso não se me aplica.

Mas, pegando na resposta do Sr. Secretário, queria dizer que o principal motivo da nossa reserva relativamente a esta medida é que, efetivamente – e foi um alerta da Comissão Nacional de Proteção de Dados –, não existe, e cito, “a definição de um regime específico para a utilização de *drones* nas várias faixas marítimas, com exclusão da zona costeira”. Ora, esta exclusão da zona costeira é importante. E não é só nas zonas balneares. É importante especialmente nos Açores, porque todos nós sabemos que nos Açores há uma grande parte da população que vive literalmente em cima do mar, vive na zona costeira, vive a poucos metros do mar. E esta matéria, tendo sido um alerta deixado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, parece-nos que é de maior importância. E, efetivamente, ainda pode ser feito na Assembleia da República, se a Assembleia da República assim entender. Agora, nós não estamos de modo algum confortáveis com esta indefinição quanto a este regime.

Mas, também, Sr. Secretário, eu registo que não há verba ou não houve verba até agora para comprar cento e poucos aparelhos de monitorização, chamados MONICAP, mas vai haver verba para comprar não sei quantos *drones*, que o senhor nem nos sabe dizer quais são. Eu registo essa enorme dualidade nos critérios de investimento. Este investimento e esta competência de instalar esses aparelhos, e falemos dos palangreiros, já não vou a todas, por exemplo, à linha de mão, mas falando dos palangreiros, dos mais pequenos, como o senhor referiu, esta matéria está nas mãos da Região, não precisa de esperar pela Assembleia da República.

E não me diga que estamos a falar aqui de um investimento de 50 milhões de

euros, nem pouco mais ou menos, estamos a falar de um investimento relativamente reduzido e que é importantíssimo para a fiscalização, efetivamente, do nosso mar, para a proteção dos ecossistemas.

E o Governo entrou em funções em 2020. Em 2021, adiou esta obrigatoriedade. E nós estamos em 2023 à espera que o Governo tenha cabimento orçamental para isto. E o que é que faz? Apresenta uma Anteproposta de Lei e remete para a Assembleia da República. Para nós, essa não é a melhor forma de fiscalizar o nosso mar, que é sacudir a responsabilidade para a Assembleia da República. Essa responsabilidade está em parte na Região.

E a fiscalização só não é mais assertiva e não é mais rigorosa porque o Governo não quer, porque adiou, efetivamente, essa obrigatoriedade. E não foi, certamente, por falta de cabimento orçamental, porque o orçamento para uma medida destas não se trata, como disse, de 50 milhões de euros.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Manuel São João*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, Sr. Deputado António Lima, dando nota dos valores do MONICAP, são 600 mil euros. Estamos a falar de um investimento de 600 mil euros.

Deputado António Lima (*BE*): 600 mil euros?

O Orador: Portanto, relativamente à fiscalização que se pretende fazer com *drones* e tendo em conta que, como bem sabe, tem existido aqui algumas parcerias, nomeadamente com a Marinha, não faz sentido estarmos aqui, neste momento, a definir que investimentos é que vamos fazer, o tipo de *drones*... Nós aqui teremos que, com todos os elementos, com todos os participantes do SIFICAP, identificar quais são os melhores aparelhos para cumprir com os objetivos que pretendemos, que é a fiscalização da nossa zona económica, tal

como ficou aqui dito. Portanto, penso que seria prematuro vir aqui dizer-lhe que era o *drone* modelo A, B ou C, sem que fossem as entidades que depois identifiquem.

O que está aqui em causa é a utilização das imagens para efeitos contraordenacionais. E não é nenhuma perseguição para efeitos, como também já aqui foi dito, o receio que existia, de andar na caça à multa, não é? Portanto, nós temos aqui preocupações a nível da fiscalização, mas também a nível da sustentabilidade dos recursos haliêuticos. É isso que nos move.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Luis Parreira.

(*) Deputado José Luís Parreira (IL): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu gostava só que me pudessem responder a uma dúvida. Nesta discussão, não estou a perceber o que é que querem dizer com a diferença entre um *drone* civil e um *drone* militar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ora aí está, grande pergunta!

Deputado Carlos Silva (PS): Um *drone* liberal!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

(Pausa)

Vamos iniciar a votação, na generalidade, da Anteproposta de Lei n.º 15/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 15/XII foi aprovada, em votação na generalidade, com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 25 votos de abstenção do PS, 2 do BE e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Vamos iniciar a votação e o debate na especialidade. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Luís Soares, faça favor.

Deputado Luís Soares (PSD): É uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente, quando estivermos na votação... Menciona-se aqui duas vezes o artigo 2.º. Portanto, na segunda vez em que é mencionado o artigo 2.º deve-se entender artigo 3.º.

Presidente: Sim, depois é corrigido em redação final. Peço à Comissão que tenha isso em consideração. Obrigado pelo alerta.

Vamos iniciar. Está à votação o artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; 2 votos de abstenção do BE e 1 do PAN.

Presidente: Entramos no artigo 2.º do diploma. A primeira proposta de alteração

é do PSD, do CDS-PP e do PPM, ao n.º 1 do artigo 17.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Proposta de alteração, também do PSD, do CDS-PP e do PPM, ao n.º 1 do artigo 20.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Proposta de alteração ao n.º 2 e ao n.º 3 do artigo 23.º do diploma que estamos a alterar, que também é do PSD, do CDS-PP e do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 2.º do diploma com as propostas de alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2.º foi aprovado, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Entramos no artigo 3.º. A primeira proposta de alteração é do PSD, do CDS-PP e do PPM. É uma proposta de alteração do proémio do n.º 2 do artigo 13.º-A do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Também do PSD, do CDS-PP e do PPM, uma proposta de aditamento de um n.º 3 ao artigo 13.º-A do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 3.º do diploma com as propostas que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3.º foi aprovado, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Coloco à votação o artigo 4.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4.º foi aprovado, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 15/XII foi aprovada, em votação final global, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, para uma declaração de voto? Não? Há alguém que pretende fazer uma declaração de voto? Ninguém pretende fazer uma declaração de voto.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Atendendo à nossa hora, encerramos os nossos trabalhos por agora. Regressamos amanhã às 10 horas.

Boa noite a todos. Bom descanso.

Eram 19 horas e 38 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Manuel José da Silva Ramos

Partido Social Democrata (PSD)

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras
Rui Miguel Oliveira Martins

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Iniciativa Liberal (IL)

José Luís Pires Parreira

Documentos entrados

1 – Projetos de Lei:

Assunto: N.º 832/XV (IL) – Cria um Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Sexual e de Promoção da Segurança Digital e Presencial de Crianças e Jovens - Audição n.º 208/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 06 - 21

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de Parecer: 2023 – 07 – 10;

Assunto: N.º 821/XV (PCP) – Condições de Saúde e Segurança no Trabalho nas Forças e Serviços de Segurança - Audição n.º 209/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 06 - 23

Comissão: Política Geral

Data-Limite de Parecer: 2023 – 07 – 13;

Assunto: N.º 841/XV (PSD) – Procede à quinta alteração ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, aprovado em anexo à Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, à quarta alteração ao Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de abril, à segunda alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada em anexo à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, e à primeira alteração ao Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 323-d/2000, de 20 de dezembro - Audição n.º 210/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 06 - 28

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data-Limite de Parecer: 2023 – 07 – 18;

Assunto: N.º 852/XV (PS) – Altera o Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, e o Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril, criando o subsídio para acompanhamento no âmbito de deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência da grávida - Audição n.º 211/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 07 - 04

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de Parecer: 2023 – 07 – 24.

2 – Projeto de Resolução:

Assunto: N.º 835/XV (PSD) – Recomenda ao Governo a inclusão de um representante por cada uma das Regiões Autónomas no Conselho Geral de

Supervisão da ADSE - Audição n.º 212/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 07 - 07

Comissão: Política Geral

Data-Limite de Parecer: 2023 – 07 – 27.

3 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que regula as atividades de investigação científica marinha realizadas por entidades não nacionais no espaço marítimo nacional – MEM – (Reg. DL 275/XXIII/2022) - Audição n.º 136/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 06 – 16

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de Parecer: 2023 – 07 – 04;

Assunto: Que estabelece os regimes especiais de acesso e ingresso no ensino superior, alterando o regime de acesso e ingresso no ensino superior e o concurso especial para acesso ao curso de medicina MCTES - (Reg. DL 245/XXIII/2023) - Audição n.º 137/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 06 – 27

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de Parecer: 2023 – 07 – 04;

Assunto: Que procede à criação da Museus e Monumentos de Portugal, E. P. E. - MC - (Reg. DL 274/XXIII/2023) - Audição n.º 138/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 06 – 29

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de Parecer: 2023 – 07 – 18;

Assunto: Que procede à criação do Património Cultural, I. P., e aprova a respetiva lei orgânica - MC - (Reg. DL 275/XXIII/2023) - Audição n.º 139/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 06 – 29

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de Parecer: 2023 – 07 – 18;

Assunto: Que altera o regime específico de seleção e recrutamento de docentes do ensino artístico especializado da música e da dança - MEDU - (Reg. DL 151/XXIII/2023) - Audição n.º 140/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 07 – 07

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de Parecer: 2023 – 07 – 17.

4 – Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 92/XII

Assunto: Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 11/2019/A, de 24 de maio, Programa Casa Renovada, Casa Habitada

Proveniência: Deputado Independente

Data de Entrada: 2023 – 06 – 15

Comissão: Política Geral

Data-Limite de Parecer: 2023 – 07 – 17;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjDLR092.pdf>

N.º 93/XII

Assunto: Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/2019/A, de 5 de novembro, que aprova o Regime Jurídico de Apoio ao Cuidador Informal na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2023 – 06 – 21

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de Parecer: 2023 – 07 – 24.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjDLR093.pdf>

5 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

N.º 61/XII

Assunto: Estabelece o Regime Jurídico da Cooperação Técnica e Financeira entre a Administração Regional Autónoma e as Freguesias e Associações de Freguesias dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 06 – 23

Comissão: Política Geral

Data-Limite de Parecer: 2023 – 07 – 24;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPpDLR061.pdf>

N.º 62/XII

Assunto: Regime jurídico das instalações desportivas de uso público

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 07 – 03

Comissão: Assuntos Sociais

Data-Limite de Parecer: 2023 – 08 – 02.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPpDLR062.pdf>

6 – Projetos de Resolução:

N.º 167/XII

Assunto: Recomenda ao Governo Regional a realização de um estudo para a construção de uma estrada alternativa de acesso à Ribeira Quente

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2023 – 06 – 13

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR167.pdf>

N.º 168/XII

Assunto: Universalidade na atribuição do programa Nascer +, com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

Proveniência: Deputado Independente

Data de Entrada: 2023 – 06 – 14

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de Parecer: 2023 – 07 – 05;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR168.pdf>

N.º 169/XII

Assunto: Exigência do cumprimento do contrato-programa de financiamento da Universidade dos Açores, com pedido de urgência

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2023 – 06 – 14

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de Parecer: 2023 – 07 – 03;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR169.pdf>

N.º 170/XII

Assunto: Apoios aos sectores agrícola e pecuário da Região Autónoma dos Açores pelo aumento dos custos de produção, com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2023 – 06 – 14

Comissão: Economia

Limite de Parecer: 2023 – 07 – 05;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR170.pdf>

N.º 171/XII

Assunto: Revisão Constitucional

Proveniência: Mesa da CEEA

Data de Entrada: 2023 – 07 – 04

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR171.pdf>

7 – Proposta de Resolução:

N.º 14/XII

Assunto: Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2022

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 06 – 28

Comissão: Todas as Comissões Especializadas Permanentes

Limite de Parecer: Aguarda parecer do Tribunal de Contas

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPpR014.pdf>

8 – Requerimentos:

Assunto: Graciosa está a ser prejudicada no transporte de pescado

Autores: José Ávila e Manuel Ramos (PS)

Data de Entrada: 2023 – 06 – 19

Referência: 54.02.04 – N.º 662/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque662.pdf

Assunto: Constrangimentos nos matadouros prejudicam produtores açorianos

Autores: Patrícia Miranda e Carlos Silva (PS)

Data de Entrada: 2023 – 06 – 20

Referência: 54.02.00 – N.º 663/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque663.pdf

Assunto: Investimentos no sector espacial na ilha de Santa Maria

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2023 – 06 – 26

Referência: 54.06.01 – N.º 664/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque664.pdf

Assunto: Governo esconde processo de criação de Zona Livre Tecnológica nos Açores

Autores: Ana Luís, Tiago Branco, Lubélio Mendonça, Sandra Dias Faria e Carlos Silva (PS)

Data de Entrada: 2023 – 06 – 26

Referência: 54.02.00 – N.º 665/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque665.pdf

Assunto: Investimentos no sector espacial na ilha de Santa Maria - **substituição**

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2023 – 06 – 26

Referência: 54.06.01 – N.º 664/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequesub664.pdf

Assunto: Relatório do Laboratório Regional de Engenharia Civil relativo às arribas da Vila das Capelas

Autora: Patrícia Miranda (PS)

Data de Entrada: 2023 – 06 – 28

Referência: 54.02.02 – N.º 666/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque666.pdf

Assunto: Empreitada de Reparação dos Estragos do Porto de Pescas do Calhau -
2

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2023 – 07 – 03

Referência: 54.06.06 – N.º 667/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque667.pdf

Assunto: Funcionamento da Unidade Médica de Evacuações Aéreas do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2023 – 07 – 03

Referência: 54.10.03 – N.º 668/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque668.pdf

Assunto: Queixa judicial por alegadas ameaças do chefe de gabinete de membro do Governo Regional

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2023 – 07 – 04

Referência: 54.06.00 – N.º 669/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque669.pdf

Assunto: Número de crianças em creche e respetiva lista de espera

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2023 – 07 – 07

Referência: 54.06.00 – N.º 670/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque670.pdf

Assunto: Relatórios e contas das unidades de saúde de ilha

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2023 – 07 – 07

Referência: 54.06.00 – N.º 671/XII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque671.pdf

9 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: Homologação do Ensino Secundário da Viola da Terra

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 06 – 22

Referência: 54.03.00 – N.º 637/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp637.pdf

Assunto: Desafio Kahoot – Cultura Geral dos Açores e Azores Quiz

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 06 – 22

Referência: 54.10.00 – N.º 640/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp640.pdf

Assunto: Doentes oncológicos sem acesso a TAC no Hospital do Divino Espírito Santo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 06 – 22

Referência: 54.08.02 – N.º 641/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp641.pdf

Assunto: Requalificação do edifício da creche da Associação de Bem-estar Infantil de Santa Clara

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 06 – 22

Referência: 54.06.02 – N.º 645/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp645.pdf

Assunto: Ajudantes de Educação nos Açores II

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 06 – 22

Referência: 54.06.00 – N.º 646/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp646.pdf

Assunto: A recuperação do tempo docente intercarreiras deve ser transparente e justa

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 06 – 22

Referência: 54.02.00 – N.º 647/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp647.pdf

Assunto: Governo deve garantir que não há rutura de stock de vacinas contra o tétano na Região

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 06 – 22

Referência: 54.02.00 – N.º 648/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp648.pdf

Assunto: Trabalhadores dos serviços da Administração Pública Central, Regional e Local que recebem o salário mínimo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 06 – 22

Referência: 54.06.00 – N.º 649/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp649.pdf

Assunto: Obra de melhoramento do Porto das Poças

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 06 – 22

Referência: 54.06.08 – N.º 652/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp652.pdf

Assunto: Informação sobre diretores de serviço, diretores clínicos e diretores de comissões técnicas institucionais

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 06 – 22

Referência: 54.06.00 – N.º 653/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp653.pdf

Assunto: Dívidas da Região à EDA

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 06 – 22

Referência: 54.06.00 – N.º 658/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp658.pdf

Assunto: As lutas internas do Governo Regional da Direita estão a degradar o sector da saúde nos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 07 – 03

Referência: 54.02.00 – N.º 625/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp625.pdf

Assunto: Instituições com situação tributária ou contributiva irregular

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 07 – 03

Referência: 54.06.00 – N.º 644/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp644.pdf

Assunto: Assistentes operacionais contratados no âmbito do projeto LIFE VIDALIA

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 07 – 03

Referência: 54.06.00 – N.º 650/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp650.pdf

Assunto: Despesa pública com a tauromaquia

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 07 – 06

Referência: 54.08.00 – N.º 651/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp651.pdf

Assunto: Gruas avariadas no Porto comercial das Lajes das Flores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 07 – 06

Referência: 54.06.08 – N.º 659/XII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp659.pdf

Assunto: Queixa judicial por alegadas ameaças do chefe de gabinete de membro do Governo Regional

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2023 – 07 – 06

Referência: 54.06.00 – N.º 669/XII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp669.pdf

10 – Informações:

Assunto: Ofício n.º 51/2023 a acusar a receção e a agradecer o envio de cópia da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 19/2023 – Extensão do Programa APOIAR FREGUESIAS aos Açores e à Madeira e a informar Sua Excelência o Presidente da ALRAA que foi publicado o Despacho n.º 5071/2023, de 2 de maio, que aprova o Regulamento do Programa Apoiar Freguesias – Regiões Autónomas, no âmbito da Emergência de Saúde Pública da doença COVID-19, cujas candidaturas são apresentadas junto da Direção-Geral das Autarquias Locais, no Portal Autárquico

Proveniência: Tatiana Alexandre, Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território

Data de Entrada: 2023 – 05 – 31;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer da Proposta de Resolução n.º 13/XII – 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023, até 3 de julho de 2023

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 06 – 16;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer das

Propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 57/XII (GOV) – Décima nona alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril, 1/2018/A, de 3 de janeiro, 6/2019/A, de 12 de fevereiro, 8/2019/A, de 9 de maio, 1/2020/A, de 8 de janeiro, 12/2020/A, de 3 de junho, 15-A/2021, de 31 de maio, 9/2022/A, de 23 de maio, e 1/2023/A, de 5 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional, até 3 de julho de 2023 e 59/XII (GOV) – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, que estabelece o regime jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores – FUNDOPESCA, até 7 de julho de 2023

Proveniência: José Manuel Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 06 – 20;

Assunto: Of._A 30, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os Decretos Legislativos Regionais n.ºs 17 e 20/2023, devidamente assinados, que foram enviados para publicação no Diário da República

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete de Sua Excelência O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2023 – 06 – 21;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer, por 30

dias, do projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 90/XII (BE) – Comissão para o Recrutamento de Dirigentes da Administração Pública Regional e da Petição n.º 46/XII – Pela IGUALDADE no trabalho, 35 horas para todos os Ajudantes de Educação dos Açores

Proveniência: Elisa Sousa, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 06 – 22;

Assunto: Ofício n.º 1065-ST a remeter, para conhecimento, o Relatório n.º 02/2023-FS/SRATC – Auditoria à reforma do sector empresarial e das participações locais dos Municípios da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Tribunal de Contas, em sessão de 22 de junho de 2023

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2023 – 06 – 23;

Assunto: Ofício n.º 1067-ST a remeter, para conhecimento, o Relatório n.º 03/2023-VIC/SRATC – Verificação interna da conta do Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária do Nordeste (exercício de 2021), objeto de recusa de homologação pelo Tribunal de Contas, em sessão de 22 de junho de 2023

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2023 – 06 – 23;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer do Projeto de Resolução n.º 157/XII (IL) - Recomenda ao Governo Regional novo paradigma no transporte aéreo entre os Açores, a Madeira e o Continente, até 31 de agosto de 2023

Proveniência: José Manuel Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 06 – 27;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer por sessenta dias, do Projeto de Resolução n.º 165/XII (PS) - A promoção do livro e da leitura na Região Autónoma dos Açores como uma das estratégias de combate à pobreza e à exclusão social

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 06 – 28;

Assunto: Ofício ref.^a 55475042, remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com insistência no pedido de autorização para que o Senhor Deputado Vasco Ilídio Alves Cordeiro, possa prestar depoimento como testemunha nos autos de Ação de Processo Comum n.º 1961/22.4T8PDL, que corre termos no Juízo Central Cível e Criminal de Ponta Delgada

Proveniência: Dr. Renato Grazina, Meritíssimo Juiz de Direito

Data de Entrada: 2023 – 06 – 28;

Assunto: Ofício SAI-SRFPAP/2022/132, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, as demonstrações financeiras referentes ao 1.º trimestre de 2023 das Empresas do sector Público Empresarial Regional

Proveniência: Vassili Plesov, Adjunto do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Data de Entrada: 2023 – 06 – 28;

Assunto: Of._A 32, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Decreto Legislativo Regional n.º 20/2023, devidamente assinado, que foi enviado para publicação no Diário da República

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete de Sua Excelência O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2023 – 07 – 03;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 171/XII – Revisão Constitucional

Proveniência: Francisco Coelho, Presidente da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia

Data de Entrada: 2023 – 07 – 04;

Assunto: Solicitação de substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 90/XII (BE) – Comissão para o Recrutamento de Dirigentes da Administração Pública Regional

Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2023 – 07 – 04;

Assunto: Solicitação de segunda substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 78/XII (PAN) – Eco taxa marítima

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2023 – 07 – 04;

Assunto: of. ref.^a RPIL044/2023, a solicitar a Sua Excelência o Presidente da

ALRAA, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 5.º do Estatuto dos Deputados e conforme certificado de incapacidade temporária para o trabalho, a sua substituição temporária no exercício das funções de Deputado eleito pelo círculo de compensação, com efeitos a partir do dia 5 de julho e até 16 de julho de 2023, inclusive e a informar o Senhor Presidente da ALRAA que, na sequência desse pedido, a vaga será preenchida pelo candidato, que não tem os poderes verificados, José Luís Pires Parreira, com efeitos em igual período

Proveniência: Nuno Barata, Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal

Data de Entrada: 2023 – 07 – 05.

11 – Relatórios:

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 07 – 10;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI18194.pdf

Assunto: Da audição do Gestor Público indigitado para a Presidência do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 06 – 29;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI18143.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Resolução n.º 13/XII (MESA) – 1.º Orçamento

Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 06 – 29;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpR013.pdf>

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Vasco Ilídio Alves Cordeiro, possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Comum n.º 1961/22.4T8PDL

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 06 – 29;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI18126.pdf

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Rui Filipe Ferreira Vieira Anjos, possa prestar depoimento, no âmbito da Ação de Processo Comum n.º 932/23.8T8PDL

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 06 – 29;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI18127.pdf

Assunto: Sobre a Verificação de Poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, José Luís Pires Parreira

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 07 – 07.

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI18184.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 07 – 10;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI18188.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 801/XV (PAN) – Atribui carácter vinculativo às deliberações da CADA emitidas em resposta a queixas dos particulares, alterando a Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, e o Código de Processo nos Tribunais Administrativos - Audição n.º 205/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 06 – 20;

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1868-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Define uma medida especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público – PCM - (Reg. DL 234/XXIII/2023) - Audição n.º 134/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 06 – 27;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Estabelece o regime das carreiras especiais de especialista de sistemas e tecnologias de informação e de técnico de sistemas e tecnologias de informação, e o cargo de consultor de sistemas e tecnologias de informação – PCM - (Reg. DL 253/XXIII/2023) - Audição n.º 135/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 06 – 27;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 821/XV (PCP) – Condições de Saúde e Segurança no Trabalho nas Forças e Serviços de Segurança - Audição n.º 209/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 07 – 07;

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1878-AR.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 07 – 10;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI18189.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 88/XV (GOV) – Transpõe a Diretiva Delegada (UE) 2022/2100 e reforça normas tendentes à prevenção e controlo do tabagismo - Audição n.º 204/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 06 – 20;

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1870-AR.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XII (GOV) – Sétima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/A, de 2 de dezembro, que estabelece o Regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 06 – 29;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpDLR056.pdf>

Assunto: Sobre a Petição n.º 45/XII – Em defesa do atual passeio de calçada portuguesa na Avenida Marginal, património modernista da cidade da Horta

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 07 – 03;

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpare3.pdf

Assunto: Sobre a Petição n.º 50/XII – Em Defesa do Teatro Micaelense e dos seus trabalhadores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 07 – 03;

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpare637.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Regula as atividades de investigação científica marinha realizadas por entidades não nacionais no espaço marítimo nacional – MEM - (Reg. DL 275/XXIII/2022) - Audição n.º 136/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 07 – 04;

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Estabelece os regimes especiais de acesso e ingresso no ensino superior, alterando o regime de acesso e ingresso no ensino superior e o concurso especial para acesso ao curso de medicina MCTES - (Reg. DL 245/XXIII/2023) - Audição n.º 137/XII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 07 – 04;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 832/XV (L) - Cria um Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Sexual e de Promoção da Segurança Digital e Presencial de Crianças e Jovens - Audição n.º 208/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 07 – 07;

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1876-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 168/(DI) – Universalidade na atribuição do programa Nascer +

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 07 – 07;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjR168.pdf>

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 169/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Exigência do cumprimento do contrato-programa de financiamento da Universidade dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 07 – 07.

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjR169.pdf>

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 07 – 10;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI18191.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 798/XV (CH) – Estabelece o programa de

subsidição à cabotagem marítima entre os arquipélagos dos Açores e da Madeira e entre estes e o continente, e estabelece condições para o acesso ao mesmo -
Audição n.º 206/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 06 – 21;

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1872-AR.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 90/XV (GOV) – Autoriza o Governo a transpor a Diretiva (UE)2019/2121, na parte respeitante às transformações, fusões e cisões transfronteiriças - Audição n.º 207/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 06 – 26;

http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIP1874-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 170/XII (BE) – Apoios aos sectores agrícola e pecuário da Região Autónoma dos Açores pelo aumento dos custos de produção

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 06 – 28;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjR170.pdf>

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XII (GOV) – Décima nona alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A,

de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril, 1/2018/A, de 3 de janeiro, 6/2019/A, de 12 de fevereiro, 8/2019/A, de 9 de maio, 1/2020/A, de 8 de janeiro, 12/2020/A, de 3 de junho, 15-A/2021, de 31 de maio, 9/2022/A, de 23 de maio, e 1/2023/A, de 5 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 07 – 06;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpDLR057.pdf>

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 59/XII (GOV) – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, que estabelece o regime jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores – FUNDOPESCA

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 07 – 06;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPpDLR059.pdf>

Assunto: Sobre a Petição n.º 52/XII – Por uma sede condigna para o Clube Naval da Horta

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 07 – 06;

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpare1040.pdf

Assunto: Sobre a Petição n.º 54/XII – Pelo aumento do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 07 – 06;

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpare1269.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 156/XII (CDS-PP/PSD/PPM) – Regime Jurídico da Operação Turística de Observação de Cetáceos

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 07 – 10;

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPjR156.pdf>

Assunto: Segundo Relatório Intercalar

Proveniência: Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia (CEAA)

Data de Entrada: 2023 – 07 – 04.

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI18169.pdf

12 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 108, 109, 110, 111 e 113.

O redator, André Silva